



Universidade Federal do Pará
Instituto de Educação Matemática e Científica
Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemáticas
Doutorado Acadêmico em Educação em Ciências e Matemáticas

Marcelino Carmo de Lima

**CONDIÇÕES CULTURAIS DE INSERÇÃO DA HISTÓRIA NATURAL
NA INSTRUÇÃO PÚBLICA DO PARÁ (1851-1891)**

Belém – PA

2023

Marcelino Carmo de Lima

**CONDIÇÕES CULTURAIS DE INSERÇÃO DA HISTÓRIA NATURAL
NA INSTRUÇÃO PÚBLICA DO PARÁ (1851-1891)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemáticas da Universidade Federal do Pará, como requisito para a obtenção da titulação de Doutor em Educação em Ciências. Orientador Prof. Dr. José Jerônimo de Alencar Alves.

Belém – PA

2023

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a)
autor(a)**

L732c Lima, Marcelino Carmo de.
Condições culturais de inserção da História Natural na
Instrução Pública do Pará (1851-1891) / Marcelino Carmo de
Lima. — 2023.
118 f. : il. color.

Orientador (a): Prof. Dr. José Jerônimo de Alencar Alves
Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará,
Instituto de Educação Matemática e Científica, Programa de
Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemáticas,
Belém, 2023.

1. Filosofia e História da Ciência. 2. História Natural.
3. Instrução Pública. 4. Cultura. 5. Pará. I. Título.

CDD 508.8115

Marcelino Carmo de Lima

**CONDIÇÕES CULTURAIS DE INSERÇÃO DA HISTÓRIA NATURAL NA
INSTRUÇÃO PÚBLICA DO PARÁ (1851-1891)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemáticas da Universidade Federal do Pará, como requisito para a obtenção da titulação de Doutor em Educação em Ciências. Orientador Prof. Dr. José Jerônimo de Alencar Alves.

Banca de Avaliação

Prof. Dr. José Jerônimo de Alencar Alves PPGECEM/UFPA (presidente)

Prof. Dr. Iran Abreu Mendes PPGECEM /UFPA (membro interno)

Prof. Dr. Eduardo Paiva de Pontes Vieira PPGECEM/UFPA (membro interno)

Prof^a. Dr^a. Márcia Regina Barros da Silva FFLCH/USP (membro externo)

Prof. Dr. Jônatas Barros e Barros FENCI/UFPA (membro externo)

Prof. Dr. Ruy Guilherme Castro de Almeida CCSE/UEPA (suplente)

Belém – PA

2023

Ao meu pai Maurino Antônio de Lima, pelo exemplo de honestidade e pelo sacrifício da criação. À minha mãe Antônia Carmo de Lima, pelo amor à família, e irrestrito apoio em minha trajetória acadêmica.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu orientador, professor Dr. José Jerônimo de Alencar Alves. Um ser de luz, homem sábio, que em sua forma singela de ser, sempre me conduziu compassivamente no intenso percurso da pesquisa acadêmica em História da Ciência e da Educação Científica. Como ele mesmo costuma dizer, que faz o que faz, isso quer dizer, nos orienta, por diversão (sendo o orientador “*que não orienta*” ao invés de ser o que “*desorienta*”), também afirmo que cada minuto na sua presença significa a aprendizado, mesmo nos momentos de “jogar conversa fora”, os quais são sempre muito aprazíveis... Muitas vezes, um *não*, significava um “*veja bem...*” que eu tinha que me esforçar para compreender... o que não significava um erro, mas uma possibilidade diferente de ver e organizar as coisas dentro do texto. “*Marca isso aqui de amarelo*”, “*guarda isso pra depois*”, isso significava, às vezes, tirar do texto, quando ele não dizia aberta *DEL*. Isso, na maioria das vezes, impunha uma inflexão, que de certo modo me deixava nervoso, mas era sempre com intuito de mostrar o melhor rumo. Muito obrigado, professor!

Agradeço à Universidade Federal do Pará, especialmente, ao Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemáticas (PPGECM), do Instituto de Educação Matemática e Científica (IEMCI), pela oportunidade de cursar o Doutorado Acadêmico em Educação em Ciências.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), por ter possibilitado condições de continuar no curso, auxiliando-me com a concessão de uma bolsa de estudo, no período de realização desta pesquisa.

Agradeço o apoio dos amigos do Grupo de Filosofia e História da Ciência e Educação na Amazônia (GFHCE), prof. Dr. José Arimatéa Gouveia dos Santos, prof. Dr. Jorge Ricardo Coutinho Machado, prof^a. Ma. Sulenir Cândida Nascimento, prof. Me. Raimundo Nascimento, prof^a. Dr^a. Patrícia Campos, prof. Me. Roberto Santos e em especial ao prof. Dr. Jônatas Barros e Barros e prof. Dr. Eduardo Paiva de Pontes Vieira, pelas contribuições para a pesquisa. Agradecimento especial também ao meu querido amigo e professor Dr. Ruy Guilherme Castro de Almeida, grande incentivador e, em parte, responsável pela minha trajetória acadêmica. Se cheguei até aqui, foi pelo seu pleno apoio, desde a construção do trabalho de conclusão de curso de graduação, ao meu ingresso no Mestrado e, posteriormente, no Doutorado.

Agradecimentos mais que especiais à minha mãe Dona Rosa e ao meu pai, Seu Mauro, pelo amor e dedicação.

Finalmente, porém, o mais importante de todos, um agradecimento de fé, a Deus, pela sua própria existência, que possibilitou tudo isso.

“Não adianta tentar acabar com as minhas ideias, elas já estão pairando no ar e não tem como prendê-las. Não adianta tentar parar os meus sonhos porque quando eu parar de sonhar, eu sonharei pela cabeça de vocês e pelos sonhos de vocês. Não adianta achar que tudo vai parar no dia que o Lula tiver infarto. É bobagem porque o meu coração baterá pelo coração de vocês e são milhões de corações. Não adianta eles acharem que vão fazer com que eu pare, eu não pararei porque eu não sou mais um ser humano. Eu sou uma ideia. Uma ideia misturada com a ideia de vocês.”

Luiz Inácio Lula da Silva (Discurso... 07 de abril de 2018)

RESUMO

Esta tese pretende contribuir para a historiografia que procura compreender o processo de institucionalização das ciências nas escolas e tem como principal objetivo analisar o processo inicial de inserção da História Natural na instrução pública do Pará, as características que assumiu nesse processo e as condições culturais que possibilitaram essa inserção. A tese abrange um período que se entende entre 1851 até o período inicial da primeira República, em 1891. A escolha deste período inicial de análise se justifica pelo fato de que um dos ramos da História Natural, a Botânica, foi inserida no currículo do Liceu Paraense, com a criação da cadeira *Elementos de Física, Química e princípios gerais de Botânica*, em 1851. Enquanto disciplina autônoma, a História Natural só seria introduzida em 1873, quando passou a fazer parte do currículo do Curso Normal, anexo ao Liceu Paraense, integrando a cadeira *Noções Gerais de Física, Química, História Natural e Agricultura*, sendo retirada logo em seguida, em 1874. Após o advento da República, em 1889, disciplinas do campo da História Natural foram introduzidas nos currículos do Liceu Paraense e da Escola Normal, aparecendo, inclusive, outras disciplinas como Biologia, Higiene e Higiene Escolar, em ambas as escolas. Os três momentos que se destacam acima constituem os capítulos desta tese, que tem como embasamento teorizações dos campos de estudos da História do Currículo, História das Disciplinas Escolares e dos Estudos Culturais. Para analisarmos as características, as representações e os significados atribuídos à História Natural em cada um desses contextos, resgatamos os planos de ensino e outros documentos que pudessem indicar as especificidades que esta ciência assumiu no currículo escolar paraense. No que se refere às condições que a possibilitaram, averiguamos, principalmente, os discursos da época, impressos, sobretudo, em jornais e relatórios governamentais da época. Constatamos que, primeiramente, a presença de atividades ligadas ao campo da História Natural, como as dos naturalistas e de pesquisas na área da Botânica no contexto da cultura local, se constituíram fatores importantes para a inserção, num primeiro momento, da Botânica entre as ciências que constituíram a primeira cadeira científica do currículo da instrução pública paraense. Posteriormente, notamos que, embora existisse pessoas com pensamento voltado para a inserção de tais conhecimentos na educação, propondo sua inserção, eles não se mantiveram por questões culturais alegadas nos discursos veiculados nos jornais da época, como sendo de desinteresse. No último período, o da República, há indicações de que estes conhecimentos possam ter sido introduzidos e consolidados na cultura e no sistema escolar local, tendo em vista que houve reformas no sentido de adequar a um novo regime em que as ciências passaram a ser mais valorizadas.

Palavras-chave: História Natural, currículo, instrução pública, cultura, Pará.

ABSTRACT

This thesis intends to contribute for historiography about the process of institutionalization of science in schools and your main objective is to analyze the process of insertion of the Natural History in public education in Pará, the characteristics it assumed and the cultural conditions that made possible. The thesis covers a period between 1851 and the initial period of the first Republic, 1891. This initial period of analysis is justified by the fact of the Botany was included in the curriculum of Liceu Paraense, with the creation of the subject *Elements of Physics, Chemistry and general principles of Botany*, in 1851. The subject Natural History would only be introduced in 1873, when it became part of the curriculum of the Curso Normal, attached to the Liceu Paraense, integrating the subject *General Notions of Physics, Chemistry, Natural History and Agriculture*, being withdrawn shortly afterwards, 1874. After the advent of the Republic, in 1889, disciplines from the field of Natural History were introduced into the curriculum of Liceu Paraense and Escola Normal, with other disciplines such as *Biology, Hygiene* and *School Hygiene* appearing in both schools. The three moments that stand out above constitute the chapters of this thesis, which is based on theorizations of the fields of study of curriculum history, history of school subjects and Cultural Studies. In order to analyze the characteristics, representations and meanings attributed to Natural History in each of these contexts, we rescued the teaching plans and other documents that indicate the specificities that this science assumed in the Pará school curriculum. With regard to the conditions that made it possible, we will investigate, above all, the speeches of the time, printed, above all, in newspapers and government reports of the time. We found, firstly, the presence of activities linked to the field of Natural History, such as those of naturalists and research in Botany at context of the local culture, were important factors for the insertion, at first, of Botany among the Sciences, which constituted the first scientific subject in the curriculum of public education in Pará. Posteriorly, we saw that although there were people with thoughts focused on the insertion of such knowledge in education, proposing its insertion, they did not remain for cultural reasons alleged in the speeches conveyed in the newspapers of the time as being of disinterest. In the last period, that of the Republic, there are indications that this knowledge may have been introduced and consolidated in the culture and in local school system, bearing in mind that there were reforms in order to adapt to a new regime in which science became more valued.

Keywords: Natural History, curriculum, public education, culture, Pará.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Recorte da cena mostrando o personagem de Charles Chaplin em <i>Tempos Modernos</i> (1936), entrando entre as engrenagens da grande máquina.....	15
Figura 2: Plano do Pará em detalhes.....	42
Figura 3: Programa de ensino do Liceu Paraense, de 1951.....	48
Figura 4: Regulamento do Curso Normal publicado no Jornal do Pará, em 5 de abril de 1873.....	50
Figura 5 – Recortes do Regulamento da Escola Normal mostrando as matérias que constituíam o currículo da Escola Normal em 1871.....	63 e 64
Figura 6: Recorte da Lei que criou o Curso Normal e extinguiu a Escola Normal do Pará.....	66
Figura 7: Regulamento do Curso Normal de 21 de março de 1873.....	67
Figura 8: Recortes do documento Atos do Poder Executivo do Pará de 1890.....	81
Figura 9 – Recortes das disposições aditivas e modificativas adicionais ao regulamento das Escolas Normais de 1890.....	84
Figura 10: Plano e distribuição das matérias de ensino da Escola Normal em 1891.....	86
Figura 11: Recorte do Regulamento ao Liceu Paraense de 1890.....	88
Figura 12: Recorte do currículo do <i>Curso Integral de Letras e Ciências</i> do Liceu Paraense em 1891.....	90

SUMÁRIO

RECORTES AUTOBIOGRÁFICOS E A EMERGÊNCIA DA HISTÓRIA DAS CIÊNCIAS EM MINHA TRAJETÓRIA ACADÊMICA	14
1. Percepções sobre processos de subjetivação	15
2. No horizonte uma olaria... dela libertar-me queria!.....	17
3. Ser ou não ser, eis a opção: tornar-me docente de Biologia.....	17
4. A emergência da História das Ciências em minha trajetória acadêmica. ...	20
5. O Mestrado em Educação em Ciências	22
Referências Bibliográficas	25
INTRODUÇÃO	27
Referências Bibliográficas	35
CAPÍTULO/ARTIGO 1	37
A INSERÇÃO DA BOTÂNICA NA INSTRUÇÃO PÚBLICA DO PARÁ: LICEU PARAENSE (1851-1873).....	37
Introdução	38
1. A Presença da História Natural na Amazônia em meados do Século XIX ..	41
2. A inserção da História Natural no Sistema Escolar Paraense	47
Considerações Finais	51
Referências Bibliográficas	53
CAPÍTULO/ARTIGO 2	56
TRAJETÓRIA INICIAL DA HISTÓRIA NATURAL NAS INSTITUIÇÕES DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO PARÁ (1870-1890).....	56
Introdução	56
1. Condições culturais antecedentes à inclusão da História Natural no Curso Normal.....	59
2. A inserção da História Natural na instituição destinada à formação de professores	62
Considerações finais	69
Referências Bibliográficas	70
CAPÍTULO/ARTIGO 3	75
A HISTÓRIA NATURAL NA INSTRUÇÃO PÚBLICA NO PARÁ NO ALVORECER DA PRIMEIRA REPÚBLICA (1889-1891)	75
Introdução	75
1. Condições de inserção da História Natural no contexto da Primeira República no Pará.....	78
2. A História Natural na Escola Normal do Pará nos primeiros anos da República.....	80

<i>2.1 A representação da História Natural na criação das escolas normais para professores e professoras</i>	81
<i>2.2 A História Natural e a Biologia</i>	82
<i>2.3 A reunificação das escolas normais e a representação da História Natural no currículo</i>	84
3. A História Natural no Liceu Paraense no início da República	86
Considerações finais	91
Referências Bibliográficas	92
NOTAS FINAIS DA TESE	96
ANEXOS	99

RECORTES AUTOBIOGRÁFICOS E A EMERGÊNCIA DA HISTÓRIA DAS CIÊNCIAS EM MINHA TRAJETÓRIA ACADÊMICA

A ideia de analisar o processo inicial de inserção da História Natural na cultura amazônica, por meio das instituições de ensino, surgiu a partir da participação nos estudos do Grupo de Filosofia e História das Ciências e da Educação na Amazônia (GFHCE), do Instituto de Educação Matemática e Científica (IEMCI), da Universidade Federal do Pará (UFPA). Entender as características adquiridas pelas ciências em cada currículo escolar, as condições que as possibilitaram e as finalidades que lhe são atribuídas no contexto social e histórico em que se inscreveram tem sido um dos focos principais dos estudos realizados pelo referido grupo, que se localizam tanto no campo da Historiografia das Ciências, como da História da Educação Científica.

A escolha deve-se também pela aproximação destas ciências com a minha formação e atividades no campo da educação, como licenciado em Ciências Naturais com habilitação em Biologia. Nessa etapa da vida acadêmica, iniciei os estudos em História das Ciências, tendo a oportunidade de elaborar, sob a orientação do professor Dr. Ruy Guilherme Castro de Almeida, o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), na Universidade do Estado do Pará (UEPA), com uma abordagem sobre a história da odontologia no Pará, cujo título do trabalho é: *A Escola Livre de Odontologia do Pará: história e ensino (1914-1920)*¹. Na etapa seguinte, no curso de Mestrado em Educação em Ciências, do Programa de Pós-graduação em Educação em Ciências e Matemáticas da UFPA, aprofundei os estudos da odontologia no Pará, desenvolvendo a pesquisa para a elaboração da dissertação intitulada *A institucionalização do ensino odontológico na Escola Livre de Odontologia do Pará: dos “sacamuelas” aos cientificistas (1911-1920)*, sob a orientação do professor Dr. José Jerônimo de Alencar Alves. Nesta terceira etapa, referente a atual pesquisa de Doutorado, também Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemáticas da UFPA, e sob a mesma orientação, abordei a temática sobre as condições culturais de inserção da disciplina História Natural na instrução pública do Pará, entre 1851 e 1891.

¹ Pesquisa desenvolvida na Universidade do Estado do Pará, que originou o Trabalho de Conclusão de Curso, defendido em 2012.

Como já mencionei, a temática surgiu em meio a discussões no grupo, nas quais houve indagações que envolviam os espaços ocupados pelas ciências nos currículos escolares, bem como sobre quais os limiares entre as disciplinas História Natural e Biologia observados nos currículos da instrução pública paraense, a partir do qual houve interesse em estudar esse tema. No entanto, para chegar até esta etapa, que permitiu-me a escolha, houve muitos processos, momentos e caminhos percorridos, como explicitarei a seguir.

1. Percepções sobre processos de subjetivação

Todo mundo é parte da engrenagem cultural em que vive. Entretanto, podemos optar por ser “peça quebrada” nessa engrenagem, causando resistência, contrariando ao que está estabelecido, fazendo ou tentando fazer algo diferente.

Temos a consciência de como estamos imersos num sistema de controle pleno do ambiente em que vivemos, o que, por consequência, altera o comportamento humano, fazendo com que as pessoas se adaptem ao ritmo ditado pelo que Nicolau Sevcenko (2001, p. 61) chamou de “sociedade altamente mecanizada”. A figura do emblemático filme *Tempos Modernos*, de Charles Chaplin, é também uma boa caricatura de como fazemos parte desse sistema.

Figura 1: Recorte da cena mostrando o personagem de Charles Chaplin no filme *Tempos Modernos* (1936), entrando entre as engrenagens da grande máquina.



Fonte: *Modern Times* (1936)

O mundo em que vivemos não é um espaço neutro, como uma folha de papel em branco. Pelo contrário, vivemos em um espaço que é moldado, um espaço intrincado de relações de poder, que produzem sujeitos que são fruto de forças históricas, de acordo com o que assevera Michel Foucault (2009).

As relações de poder produzem efeitos sociais, criando modos de ser e de viver, evidenciados nos meios de comunicação, tais como: televisão, jornais, revistas, *internet*, etc. Estes são dispositivos de subjetivação ou tecnologias de dominação, muito utilizados na atualidade, produzindo e transmitindo ideias, culturas, valores, que de certa forma, atuam sobre pessoas, sejam elas crianças ou adultas, pobres ou ricas, sendo muito mais produtivas que qualquer outra instituição formadora de opiniões, na atualidade.

Com isso, busco fundamento para uma narrativa que tem origem na memória discente passando pela transformação, através de diversas tendências ou influências curriculares, até tornar-me docente, ainda em processo de formação, entendido como um sujeito construído historicamente, através de relações de poder, segundo Michel Foucault (2009). Como parte dessa ampla rede de relações (dessa engrenagem) e envolvido nessa trama, somos enredados pelos discursos que circulam na sociedade, seja como aluno ou como professor, estando no mais baixo ou no mais alto nível social.

Nessa perspectiva, começo a narrativa sobre a constituição da minha trajetória acadêmica. Como fruto de uma construção social e histórica². Por isso, considero importante falar, não de quando tudo começa, mas sim de quando começo a perceber que as condições sociais contribuíram para que me tornasse, primeiramente, aluno do curso de Licenciatura em Ciências Naturais com ênfase em Biologia, na Universidade do Estado do Pará (UEPA) e, depois, docente em processo de desenvolvimento profissional.

² Parto da análise e compreensão dos processos pelos quais, através de relações sociais e históricas de poder e controle, nos tornamos aquilo que somos, segundo Silva (2003, p. 146-150).

2. No horizonte uma olaria... dela libertar-me queria!

Minha adolescência aconteceu na zona rural do município em que nasci, São Miguel do Guamá, no interior do Pará. Nesse período, pensava apenas em concluir o ensino médio e conseguir um trabalho que fizesse justiça a esse nível de escolarização. No entanto, isso não se concretizou e minhas perspectivas se viram arruinadas pelo trabalho braçal em uma fábrica de tijolos, também chamada de cerâmica ou olaria. A rotina dura me fez tomar pulso para sair daquela situação. Vislumbrei passar no vestibular, estudando à noite e trabalhando durante o dia. Tornar-me professor para que pudesse mudar as condições de trabalho era bastante satisfatório.

Mas nesse ínterim, existe um processo de transformação, um espaço que era ocupado pela percepção, ora de possibilidades distantes ou “inalcançáveis”, ora da abertura de condições de acesso aos níveis mais elevados de ensino.

3. Ser ou não ser, eis a opção: tornar-me docente de Biologia.

Em 2009, ingressei no curso de graduação em Ciências Naturais com habilitação em Biologia, no Campus VII da Universidade do Estado do Pará (UEPA), situado em Conceição do Araguaia, município localizado ao sul do estado do Pará. A Biologia não era a primeira opção de curso. Sempre gostei mais de História. A princípio, a intenção era apenas terminar o curso e iniciar minha carreira como docente ao nível de ensino médio. Mas as visões se ampliaram, novos horizontes foram se constituindo e somente a graduação já não satisfazia mais minhas pretensões. Era preciso trilhar outros caminhos, não mais aqueles sonhados lá no início.

A “escolha” ou decisão de cursar Licenciatura em Ciências Naturais - Biologia e tornar-me docente não ocorreu de maneira espontânea. Depois de concluir o ensino médio, no ano de 2005³, a única coisa que pensava era: trabalhar e ganhar meu próprio dinheiro. O intuito era conseguir um emprego onde as condições mínimas de trabalho não fossem tão ruins. Isso, para uma cidade em que boa parte da economia era movida pela indústria de *tijolos* e *telhas*, significava tirar a sorte grande. As perspectivas de ingressar em um curso superior não eram boas. Em determinado

³ Cursei o ensino médio na Escola Estadual de Ensino Médio Frei Miguel de Bulhões, na época a única escola desse nível de ensino na cidade de São Miguel do Guamá - PA.

momento da minha vida fui enredado pelo discurso de que teria que estudar para ser trabalhador de uma fábrica qualquer.

De alguma maneira fui convencido de que o nível superior era algo que não alcançaria, já que este era somente para os filhos oriundos de famílias mais abastadas. Portanto, ficaria satisfeito em concluir o ensino médio e conseguir um emprego que se ajustasse a esse nível de instrução. Isso se constituiria em algo diferente que eu vislumbrava alcançar, contrariando a ideia de ter que continuar o trabalho dos meus pais na agricultura de subsistência.

Bourdieu (2007, p. 45), assinala que “os mecanismos de eliminação agem durante todo o *cursus*”⁴. Para este autor, “vê-se nas oportunidades de acesso ao ensino superior o resultado de uma seleção direta ou indireta que, ao longo da escolaridade, pesa com rigor desigual sobre os sujeitos de diferentes classes sociais” (BOURDIEU, 2007, p. 45).

A conclusão disso tudo é que acabei tendo que trabalhar em uma fábrica de tijolos, pois as condições de possibilidades não permitiam alcançar o posto então sonhado. Trabalhei arduamente naquela fábrica de tijolos, embora desacreditado por membros familiares, até mesmo sobre a capacidade de encarar um trabalho duro. Quem diria então entrar na Universidade? Quando finalmente retomei os estudos, tive que lidar com alguns amigos e colegas de trabalho que diziam: “*estudar pra quê, rapaz? Estudar não dá futuro!*”

A esse respeito, mais uma vez me refiro a Bourdieu (2007, p. 51), pois conforme este autor assevera:

As atitudes dos membros das diferentes classes sociais, pais ou crianças e, muito particularmente, as atitudes a respeito da escola, da cultura escolar e do futuro oferecido pelos estudos são, em grande parte, a expressão do sistema de valores implícitos ou explícitos que eles devem à sua posição social.

No início de 2008 decidi continuar a estudar, agora não mais atrelado ao discurso de que curso universitário era apenas para ricos. É claro que agora estávamos diante de novas possibilidades de acesso, perante uma mudança histórica

⁴ Expressão latina *cursus* é empregada pelo autor para designar o percurso efetuado pelo aluno ao longo de sua trajetória escolar.

ocorrida em nosso país. Percebi que as oportunidades de ingressar ao nível superior estavam em processo de ampliação e, com isso, os filhos das famílias mais pobres começaram a ingressar nos cursos superiores nas universidades públicas, de maneira mais constante.

A “escolha” do curso e da Universidade ocorreu mais por motivos econômicos do que pessoais (emocionais), sendo que as condições para efetuar o pagamento de duas inscrições não eram favoráveis. Entretanto, o curso que gostaria de ter feito, era o de Licenciatura em História (as aulas que me marcavam eram as de História), que somente na hora da inscrição para o vestibular fiquei sabendo que não constava na Universidade do Estado do Pará, para a qual eu havia obtido isenção. Outro fator que também contribuiu, é que dentre os cursos disponíveis naquela Universidade, aquele que mais me interessava era justamente o da área biológica. Embora meu interesse pelas ciências seja manifestado ainda no ensino fundamental e, posteriormente, com o ensino médio, justamente pelo fato de terem sido transmitidas de forma encantadora, como único meio de solucionar os problemas que se alastravam pela sociedade. A visão de ciência e de cientista que até então me havia sido apresentada era a de que os cientistas trabalhavam a ciência para o bem da humanidade. Mas eu gostava mesmo era da disciplina História!

Com isso, se constituiu a “opção” pelo curso, no qual obtive êxito, tanto no estudo das disciplinas que constituem a “grade curricular” do curso, quanto na participação em atividades e eventos que foram relevantes para minha formação docente, como estágio supervisionado, feiras de ciências, palestras, aulas, etc.

Ao ingressar no curso, tinha a visão de que o “bom professor” de Biologia era aquele que provocava nos alunos a sensação de terem aprendido o assunto, que resolvia questões tidas como difíceis, que acertava os conteúdos que caíam no vestibular, que nos grandes colégios da cidade ganhava fama e era bem pago, que tomava a atenção da classe de modo a “arrancar” do alunado expressões do tipo: *esse professor é bom!* Mas como diria a professora Sílvia Nogueira Chaves (2010), “Receita de bom professor: todo mundo tem a sua, eu também tenho a minha!”. Esperava que o curso de Biologia proporcionasse a formação necessária, para que em minha prática, pudesse provocar essa sensação nos alunos. Com fortes aspirações positivistas, acreditava que o conhecimento científico e, sobretudo, o

conhecimento biológico, era o único e “verdadeiro”. Minha visão de ciência, naquela época, era a de que esta seria suficiente explicar todos os fenômenos do universo. Conforme o desenvolvimento do curso, o estudo de disciplinas que possibilitaram uma reflexão sobre as concepções de ciência, pude perceber que entre as inúmeras formas de realizar leituras e explicações dos fenômenos que ocorrem no mundo, a ciência é apenas uma delas, conforme assevera Chassot (2016, p. 143).

Desde que ingressei no curso, sempre estive convencido das diretrizes do curso, ou seja, que estava estudando para exercer a docência. Ao contrário de alguns colegas de curso, que ao se depararem com as bases da educação, demonstravam certa decepção, pois, eventualmente, poderiam ter a perspectiva de que cursavam não Licenciatura em Ciências Naturais com habilitação em Biologia, mas um curso de Bacharelado. Para alguns colegas de faculdade, a pesquisa era o que mais lhes atraía. Assim, dentro deste contexto de docência, parafraseando a professora Silvia Chaves: o “ursinho de pelúcia” partiu cedo, não foi preciso ninguém tomá-lo de mim.

4. A emergência da História das Ciências em minha trajetória acadêmica.

Nos primeiros semestres da faculdade, conheci um professor que marcou o início de tudo, apresentando-me a História da Ciência, com a qual fiquei fascinado. O professor era Diego Ramon Silva Machado, então orientando de Mestrado do professor Dr. Jerônimo Alves e que mais tarde nos tornaríamos colegas no GESCTA, sigla para o antigo Grupo de Estudos em Ciências e Tecnologia na Amazônia, atual GFHCE (Grupo de Filosofia e História da Ciência e da Educação na Amazônia), vinculado ao Instituto de Educação Matemática e Científica, da UFPA, do qual o professor Jerônimo, como carinhosamente é chamado, é líder-pesquisador. Mas esse deslumbre pela História da Ciência não começa na Universidade. Digamos que ele foi potencializado, pelo fato de gostar de ciência e pelo desejo de ter cursado História. Quando cursava o ensino médio, minha grande curiosidade era por conhecimento acerca dos grandes nomes da ciência, dos processos e fenômenos envolvidos na ciência. Atualmente, com o frequente contato com textos, que abordam esses processos, na busca pela compreensão da natureza do conhecimento científico, entendo que, na verdade, a História da Ciência não se resume a isso.

Em dezembro de 2010, decidi realizar um processo de transferência para o campus da capital paraense, por uma dupla possibilidade de aproximação: a primeira em relação à minha família e a segunda em busca de novos horizontes que dessem condições de possibilidades para ingressar em um programa de Mestrado. Horizontes estes que vi cada vez mais distantes, pois quando cheguei à capital para dar continuidade ao curso havia poucas possibilidades de acesso aos grupos de estudos e pesquisas, o que possibilitaria melhor aprendizagem dos paradigmas da ciência, como diria Thomas Kuhn (1987).

Em 2011, já no campus da capital, conheci o Grupo de História da Ciência, coordenado pelo professor Jerônimo Alves, por intermédio da professora Luciana Farias, então estudante de Doutorado no PPGECEM, na UFPA. Ela ministrava a disciplina *Temas Complementares de Formação Profissional II* para o nosso curso. Em uma aula, a professora Luciana perguntou quem, entre os alunos, gostava de História da Ciência e lembro que prontamente levantei a mão. Então conversamos por alguns minutos e ela me passou o endereço de *e-mail* do professor Jerônimo, a quem eu não hesitei em comunicar-lhe sobre o meu tímido interesse. As reuniões aconteciam, costumeiramente, às quintas-feiras pela manhã em uma sala da Física, na UFPA. Inicialmente, o intuito era procurar um orientador para o Trabalho de Conclusão de Curso. Quando recebi um aceite do professor Jerônimo e cheguei na UFPA com a proposta, ele simplesmente me disse algo como: *você veio procurar um orientador aqui na UFPA, depois de ter o professor Ruy Guilherme, lá na UEPA?! Foi então que cheguei ao professor Dr. Ruy Guilherme Castro de Almeida.*

A partir do momento em que conheci o professor Ruy Guilherme, que acolheu-me muito carinhosamente, passei a integrar e frequentar também ao Grupo de Estudos e Pesquisas em História e Filosofia da Ciência na Amazônia (GEPHFC), vinculado ao Centro de Ciências Sociais e Educação (CCSE), do qual ele era coordenador. A convivência nos grupos de estudos possibilitou o conhecimento de métodos utilizados na pesquisa, principalmente, através de textos de autores da área. Além do mais, a convivência constante com defesas de teses e dissertações na área, serviu de aprendizado e trouxe uma base metodológica para ampliar o meu conhecimento, contribuindo para tornar-me pesquisador em História da Ciência.

Em uma conversa com o professor Ruy Guilherme, sobre uma possível orientação, a proposta inicial partiu do interesse pessoal em trabalhar com história da medicina, embora o professor tenha sugerido fazer pesquisa sobre a Escola Livre de Odontologia do Pará, sobre a qual ele já havia feito um levantamento inicial de algumas fontes. Além disso, ele sabia da existência de um acervo documental sobre essa Escola, no Arquivo Central da UFPA, onde dei os primeiros passos como aprendente de historiador da ciência.

A partir da investigação inicial, o interesse pelo tema foi se acentuando e então desenvolvi a pesquisa para o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) da graduação, no qual analisei a criação da Escola Livre de Odontologia do Pará, dando ênfase às relações de poder e às mudanças ocorridas nessa instituição, sobretudo, no âmbito da Congregação. Enfatizei, ainda, a dinâmica acadêmica da Escola, abordando aspectos das cadeiras de ensino e a formação dos professores que atuaram na instituição no período pesquisado.

5. O Mestrado em Educação em Ciências

Em 2014 ingressei no curso de Mestrado, do Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemáticas, do Instituto de Educação Matemática e Científica, da UFPA. Neste Programa, desenvolvi a pesquisa na área de História das Ciências e Educação e desde 2011 frequento o *Grupo de Filosofia e História da Ciência e da Educação na Amazônia (GFHCE)*. No IEMCI, além do Grupo, existem outros espaços de formação que muito contribuíram na minha trajetória acadêmica e de pesquisa, não somente no campo de História da Ciência, mas também na Educação em Ciências, de modo geral, como as diversas disciplinas cursadas, tais como: *Bases Epistemológicas do ensino de Ciências*, ministrada pelas professoras doutoras Maria dos Remédios de Brito, Silvia Nogueira Chaves e Marisa Rosane Abreu; a disciplina *Currículo e Ciência*, ministrada pela professora Silvia Chaves e, em outro momento, a disciplina *Tendências em Educação em Ciências*, ministrada também pela professora Silvia Chaves em parceria com Maria dos Remédios.

Na disciplina Bases, que tinha o objetivo de refletir sobre nossas heranças epistemológicas, estudamos textos de diversos autores, tais como: Francis Bacon, René Descarte, Auguste Comte, Gaston Bachelard, Thomas Kuhn, Boaventura de

Souza Santos, Michel Foucault, e outros. Dentre as leituras que fizemos no curso, destaco algumas, que têm relação com as fundamentações no campo da História das Ciências, tais como: *A Estrutura das Revoluções Científicas*, de Thomas Kuhn. O texto deste autor levou-me a pensar sobre a formação que tive no curso de Licenciatura em Ciências Naturais - Biologia. Concordo quando o mesmo fala que cada nova geração de cientistas extrai a imagem da ciência de livros clássicos e manuais didáticos, os quais têm o objetivo principal de serem persuasivos e pedagógicos. Mas que, “se a história fosse vista para algo mais do que anedotas ou cronologias, poderia produzir uma transformação decisiva na imagem de ciência que atualmente nos domina” (KUHN, 1987, p. 19). O livro de Thomas Kuhn mostrou-me que Ciência e Ensino estão ligados numa íntima relação, pois os cientistas são inseridos nos paradigmas por meio de processos educacionais. Essas discussões tornaram-se um ponto de partida para a pesquisa que desenvolvemos no grupo de pesquisa do Mestrado.

Por meio da disciplina *Ciência e Currículo* conheci o livro *Currículo: Teoria e História*, de Ivor Goodson (2018). Este escrito expandiu minhas ideias acerca das concepções de currículo. Somando-se a este, outros textos, trabalhados na disciplina, permitiram-me enxergar que o currículo é bem mais amplo do que disciplinas predispostas numa “grade” supostamente lógica e necessária à formação do indivíduo. Fizem-me perceber que o currículo é “um artefato social e histórico, sujeito a flutuações”. O currículo, tal como o conhecemos atualmente não foi estabelecido, de uma vez por todas, em algum ponto privilegiado do passado. Ele está em constante fluxo e transformação (SILVA, 2018, p. 7).

Por mais que essas disciplinas tenham sido importantes no processo de constituição como pesquisador em Educação em Ciências e na História da Ciência, os encontros no âmbito do Grupo de Filosofia e História da Ciência e da Educação (GFHCE) possibilitaram a compreensão de várias teorizações importantes para minha formação. Neste grupo entrei em contato com referenciais teóricos como Michel

Foucault⁵, José Saldana⁶, e mais recentemente Stuart Hall, Roger Chartier, Pierre Bourdieu, entre outros.

Com isso desenvolvi minha pesquisa de Mestrado, ampliando o que havia feito na graduação sobre a Escola Livre de Odontologia do Pará. Na dissertação analisei as condicionantes para a institucionalização do ensino odontológico na Escola Livre de Odontologia do Pará, no período entre 1911 e 1920, enfatizando, sobretudo, as relações de poder, nas disputas entre os “sacamuelas” e cirurgiões dentistas pelo controle das práticas odontológicas no Estado do Pará, no período e, ainda, as condições legislativas para a criação da Escola Livre de Odontologia do Pará, bem como as ciências no currículo desta instituição.

Nessa trajetória de pesquisa, tenho observado que o campo de estudos da história das ciências e educação na Amazônia, mais especificamente no Pará, é vasto e fértil, porém, ainda com poucas sementes plantadas, em comparação com outras regiões do país, como Rio de Janeiro e São Paulo. Com isso, torna-se importante a multiplicação de pesquisas neste campo. Como mencionei anteriormente, as motivações para realizar esta investigação, são justificadas, pelo menos, por duas razões: as discussões realizadas pelo grupo de pesquisa GFHCE, nas quais as indagações que envolviam os espaços ocupados pelas ciências nos currículos escolares paraenses apresentaram este objeto como possibilidade de análise e o entusiasmo pelas aproximações tecidas ou percebidas entre os objetos de conhecimento da História Natural e a área de minha formação acadêmica, a Biologia. Estes se tornaram pontos cruciais para o empreendimento desta pesquisa de Doutorado, que apresentarei a seguir.

⁵ De Michel Foucault os principais textos foram *A Microfísica do Poder*, *As Palavras e as Coisas*, *A ordem do Discurso*.

⁶ De José Saldana trabalhamos textos como *Ciência e Identidade Cultural: a História da Ciência na América Latina*; *Marcos Conceptuales de la Historia de la Ciencias em Latinoamérica. Positivismo y economicismo*.

Referências Bibliográficas

ALVES, José Jerônimo de Alencar (org.). **Múltiplas Faces da História das Ciências na Amazônia**. Belém–Pa, EDUFPA, 2005.

ARBOLEDA, Luis Carlos A. **Acerca del Problema de la Difusión Científica em la periferia: El caso de la física newtoniana em la Nueva Granada (1740-1820)**. Quipu, Revista Latinoamericana de Historia de las Ciencias y la Tecnología. México, vol.4, n.1, p.1-155, janeiro-abril, 1987.

BARROS, Jônatas B. **A Escola Normal do Pará e a Introdução do ensino das Ciências Naturais no Pará (1870-1930)**. Dissertação de Mestrado, Instituto de Educação Matemática e Científica, Universidade Federal do Pará, Belém, 2010.

BOURDIEU, Pierre. **A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura**. In. NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio. (Orgs.). **Escritos de Educação**. 9 ed. – Petrópolis-RJ: Vozes, 2007.

CHAVES, Sílvia Nogueira. **Receita de bom professor: todo mundo tem a sua, eu também tenho a minha!** In.: CUNHA, Ana Maria de Oliveira... .. [et al.]. (orgs.). **Convergências e tensões no campo da formação e do trabalho docente**. – Belo Horizonte: Autêntica, 2010. 693p. – (Didática e prática de ensino)

DANTES, Maria Amélia M (org), **Espaços da Ciência no Brasil: 1800-1930**, Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, 2001.

DUARTE, Dércio Pena. **Bases para o espírito: Ferreira Penna, Ciência e Educação na Província do Grão-Pará (1866-1891)**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Educação Matemática e Científica, 2010.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2009.

FOUCAULT, M. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. – São Paulo: Editora Martins Fontes, 1999.

MACHADO, Diego R. S. **A “Lição de coisas”: o Museu Paraense e o ensino de História Natural (1889-1900)**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Educação Matemática e Científica, Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemática, Belém, 2010.

SALDAÑA, Juan Jose. **Marcos Conceptuales de la Historia de la Ciencias em Latinoamérica. Positivismo y economicismo**. In: SALDAÑA, Juan Jose (Org.) **El perfil de la ciência em América**. México: 1985, p.57-80.

SEVCENKO, Nicolau. **A corrida para o século XXI: no loop da montanha-russa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SILVA, Tomaz T. **Apresentação**. In.: GOODSON, Ivor F. **Currículo: teoria e história**. (tradução de Atílio Brunetta; revisão da tradução: Hamilton Francischetti; apresentação: Tomaz Tadeu da Silva). 15ª ed. – Petrópolis – RJ: Editora Vozes, 2018. (Ciências sociais da educação).

SILVA, Tomaz T. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 2ª ed. 5ª reimp. – Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

SILVA, Tomaz T. **Currículo e identidade social: territórios contestados**. In. SILVA, Tomaz T. (Org.). **Alienígenas em sala de aula**. 11ª ed. - Petrópolis - RJ: Editora Vozes, 2013.

CHASSOT, Attico. **Alfabetização Científica: questões e desafios para a educação**. 7ª Ed, Editora Unijuí, RS, 2016.

KUHN, Thomas S. **A Estrutura das Revoluções Científicas**. Perspectivas, São Paulo, 1987.

GOODSON, Ivor F. **Currículo: teoria e história**. Tradução de Atílio Brunetta. 15ª edição revisada e ampliada. Petrópolis, Editora Vozes, 2018

INTRODUÇÃO

Na historiografia da educação científica ainda não existem análises específicas sobre a inserção da História Natural no sistema de ensino do Pará, mas há indicações sobre os momentos em que os ramos constituintes dessa ciência foram incluídos e excluídos dos currículos das escolas constituintes deste sistema. Barros, Machado e Alves (2012, p. 100) e Duarte e Gamboa (2016, p. 43) indicam que a Botânica foi inserida no currículo do Liceu Paraense, em 1851, com a criação da cadeira *Elementos de Física, Química e princípios gerais de Botânica* e que esta cadeira foi excluída em 1853.

A História Natural, enquanto disciplina autônoma, só seria introduzida ao sistema escolar do Pará, em 1873, quando passou a fazer parte do currículo do Curso Normal, que havia sido criado no ano anterior e foi anexado ao Liceu Paraense. Conforme Barros e Alves (2020, p. 440), neste momento, a História Natural foi inserida como parte integrante da cadeira *Noções gerais de Física, Química, História Natural e Agricultura*. A cadeira foi suprimida do sistema escolar no ano de 1874, quando ocorreu a extinção do referido curso.

A História Natural retornaria ao currículo do sistema escolar paraense após o advento da República, em 1889. A partir de 1890, houve a introdução de disciplinas ligadas ao campo da História Natural e outras ciências nos currículos da instrução pública paraense, conforme asseveram Barros e Alves (2014, p. 10; 2020, p. 443).

Pretendemos contribuir para a historiografia que procura compreender o processo de institucionalização das ciências nas escolas. Para isso, analisaremos o processo inicial de inserção da História Natural na instrução pública do Pará, as características que assumiu nesse processo e as condições culturais que possibilitaram essa inserção.

A História Natural tem sido alvo de diversos estudos na historiografia que investiga as ciências e sua relação com os processos educativos. Dentre estes estudos, existem aqueles mais ligados à história dos intelectuais, que tratam da produção de livros de história natural escritos por catedráticos da disciplina e aqueles que pretendem contribuir para a preservação dos documentos históricos, bem como

de objetos presentes em acervos de arquivos, bibliotecas e museus pertencentes ao patrimônio histórico brasileiro, no caso mais específico, os relacionados com a história das disciplinas escolares. Para situar esta análise, citaremos alguns exemplos.

No artigo intitulado *Cândido Firmino de Mello Leitão e o ensino da História Natural na década de 1930: um intelectual a serviço da escola*, Spiguel e Selles (2013) analisaram a trajetória, atuação e produção intelectual desse “cientista-professor-autor”, objetivando “compreender o papel dos sujeitos envolvidos na produção e na circulação de ideias relacionadas ao currículo escolar”. Elas pesquisaram os livros didáticos de História Natural produzidos por Cândido de Mello Leitão, professor de renomadas instituições no contexto do Rio de Janeiro, na década de 1930, e focaram suas análises na compreensão de concepções do autor para o ensino de História Natural, afirmando que este defendia a experimentação no ensino, em contraposição ao ensino exclusivamente teórico, classificatório e memorístico. Segundo as autoras, Mello Leitão defendia a ideia de que o domínio da natureza construía uma nação, ideia que era impressa em seus livros didáticos.

Seguindo a mesma linha de investigação sobre a produção intelectual de professores da disciplina História Natural, em artigo intitulado *A produção da disciplina escolar história natural na década de 1930: os livros didáticos de Waldemiro Potsch para o ensino secundário*, Santos e Selles (2014) investigam a construção sócio-histórica da disciplina escolar História Natural no Rio de Janeiro, na década de 1930. As autoras analisaram três livros didáticos de História Natural, produzidos por Waldemiro Potsch, catedrático da disciplina do Colégio Pedro II. Elas constataram que o autor dos livros priorizou os conteúdos dos ramos de conhecimentos de Zoologia e Botânica em detrimento aos de Mineralogia e Geologia. Elas concluem que havia um caráter nacionalista, evidente nas obras, pela presença de referências a renomados cientistas brasileiros, o que segundo elas também seria uma busca por prestígio na comunidade acadêmica nacional.

No artigo *A disciplina de História Natural no século XIX: um estudo dos objetos de ensino*, Barboza e Meloni (2018) analisaram os inventários da antiga Escola Normal de São Paulo (atualmente Escola Caetano de Campos) do final do século XIX e confrontaram com os objetos existentes no atual acervo de objetos desta escola, com o intuito de entender as características da cultura material referente a esta

disciplina e contribuir com as discussões sobre a preservação do patrimônio científico educativo. Os autores concluíram que por mais que se tenha perdido parte desse material ao longo do século XX, ainda restaram objetos preservados que são indícios sobre a educação em ciências nesse período.

No texto intitulado *A “atraente escola de intuição”: o Jardim Zoológico e o Horto Botânico do Museu Paraense de História Natural e Etnografia (1897-1900)*, Machado e Alves (2011) tiveram como objetivo analisar a difusão da História Natural promovida pelo Museu Paraense de História Natural e Etnografia no Pará, durante o final do século XIX, a partir da criação dos dois anexos em 1897, o Parque Zoológico e o Jardim Botânico, partindo da ideia de que estes ambientes foram estratégias efetivas de difusão da História Natural no Pará nesse período, especialmente, pela proposta de ensino contida nela. Conforme estes autores, a dinâmica de organização dos dois anexos, “efetivou a sua função de ensinar História Natural” no Pará, por meio do método intuitivo, também conhecido por “lição de coisas”, pois os estudantes poderiam ter contato direto com os objetos da natureza, ou seja, as “coisas”.

Conforme pudemos observar, nas referências anteriormente apresentadas, a História Natural vem sendo objeto de diversas pesquisas na historiografia brasileira. Estes estudos, em parte, focalizam os materiais didáticos, como livros ou objetos e artefatos que tinham por finalidade a utilização no ensino da disciplina História Natural em determinados contextos históricos e sociais, tais como, do Rio de Janeiro, São Paulo e, embora menos frequente, no Pará. Porém, nenhum desses textos analisa a disciplina História Natural considerando as características dos currículos escolares, buscando as relações e os significados que adquirem no contexto histórico e social em que se inserem, como pretendemos desenvolver neste trabalho de tese.

Esta tese considera os diversos momentos de inserção e retirada da disciplina História Natural do currículo da instrução pública paraense, abordando desde a presença de um de seus ramos, a Botânica, até o momento em que a História Natural e a Biologia fizeram parte do mesmo currículo de ensino na instrução pública, inclusive, da mesma cadeira de ensino. Entretanto, é importante ressaltar que a História Natural e a Biologia não são disciplinas equivalentes e que, portanto, há distinção entre ambas, conforme assinala Duarte (2010).

No livro intitulado *A biologia militante: o Museu Nacional, especialização científica, divulgação do conhecimento e práticas políticas no Brasil – 1926-1945*, Duarte (2010) pondera as características que distinguem estas ciências uma da outra. A autora afirma que há uma distinção entre biologia e a história natural, embora muitas vezes haja nesta última uma espécie de referência como uma “origem” da biologia. A biologia se afirmaria como um saber específico a partir de meados do século XIX e por todo o século XX, em práticas científicas construídas em complexas relações sociais. Ela passou a se constituir como ciência ao longo do século XIX quando houve a sistematização de suas principais áreas como a embriologia, a citologia, a fisiologia, a evolução e a genética. (DUARTE, 2010, p. 34-35).

Baseada em Michel Foucault, a autora analisa que não se poderia traçar uma continuidade entre os estudos anteriores ao período referido e que se constituíam num campo mais vasto da chamada “história natural” e as ciências biológicas propriamente ditas, assinalando a impossibilidade de se fazer uma história da biologia em períodos anteriores ao início do século XIX, pelo fato de ela simplesmente não existir até então. Conforme Duarte (2010) a biologia difere radicalmente da história natural. Em parte essa diferença se estabelece porque esta última se constituiu combinada à descrição minuciosa e à classificação dos seres. Dedicada a nomear o visível, mesclava saberes sobre plantas, animais e minerais, a história natural teria surgido dos relatos de viajantes que, após percorrerem longas e desconhecidas áreas, retornavam aos museus e jardins botânicos com baús repletos de exsicatas, animais empalhados e conservados em vidros, amostras de rochas, crânios e objetos indígenas, tudo cuidadosamente transportados através dos oceanos.

No entanto, as condições epistemológicas que possibilitaram a emergência dos saberes biológicos, ligados à vida, teriam sido outras. Ela afirma que Foucault as localiza na anatomia comparada de George Cuvier (1769-1832), que “saqueou” os frascos do Museu Nacional de História Natural, em Paris, quebrando-os, para então dissecar “toda a grande conserva clássica da visibilidade animal”, investigando o funcionamento oculto dos órgãos e sua anatomia, privilegiando o organismo e sua lógica interna. A partir de então, estabeleceram-se condições que tornaram possível a grande ruptura introduzida por Charles Darwin (1809-1882). Suas teorias, sistematizadas algumas décadas depois, revolucionariam o entendimento da vida ao

privilegiar o estudo das populações como ponto chave para o entendimento dos vínculos entre o meio e o organismo. (DUARTE, 2010, p. 35).

De fato, em *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*, Michel Foucault (1999) não apenas nega que haja uma relação de continuidade entre esses saberes, mas coloca a história natural na mesma *episteme* da gramática, afirmando que

se a história natural de Tournefort, de Lineu e de Buffon tem relação com alguma coisa que não ela mesma, não é com a biologia, a anatomia comparada de Cuvier ou o evolucionismo de Darwin, mas com a gramática geral de Bauzée, com a análise da moeda e da riqueza tal como a encontramos em Law, em Véron de Fortbonnais ou em Turgot. (FOUCAULT, 1999, p. XIX).

Michel Foucault atribui o surgimento da história natural à “súbita decantação, no domínio da História, de duas ordens, doravante diferentes de conhecimento”. A primeira que via a História como um “tecido inextricável e unitário daquilo que se vê das coisas e de todos os signos que foram nelas descobertos ou nelas depositados”. A história de um ser vivo envolvia “toda a rede semântica que o ligava ao mundo”, tanto seus elementos e órgãos, quanto outras características a eles atribuídas, ou seja, “os signos faziam parte das coisas”. A segunda mudança na História diz respeito ao fato de que “toda a semântica” atrelada ao ser vivo ruiu, “como uma parte morta e inútil” e o ser vivo, então, apareceu nu “em sua anatomia, em sua forma, em seus costumes, em seu nascimento e em sua morte”. (FOUCAULT, 1999, p. 176-177)

Nesse processo, ao qual Foucault (1999) chamou de “purificação”, ele aponta que há um entendimento de “que a primeira forma de história que se constituiu tenha sido a história da natureza”, constituindo-se uma “história nova”, embasada em documentos que “não são outras palavras, textos ou arquivos, mas espaços claros onde as coisas se justapõem: herbários, coleções, jardins”; onde “os seres se apresentam uns ao lado dos outros, com suas superfícies visíveis, aproximados segundo seus traços comuns”, portando apenas o nome. (FOUCAULT, 1999, p. 177)

Assim, podemos afirmar que existe relação entre a criação de museus e jardins botânicos e as práticas sociais e científicas que envolvem os diversos ramos da História Natural. Mas seria possível compreendermos as relações que se apresentam inicialmente, com a inserção da Botânica no Liceu Paraense e as pesquisas nesta

área, desenvolvidas no Jardim de São José, bem como as que se apresentam, posteriormente, como sendo representativas destas relações?

Para isso, antes, é preciso entendermos de que História Natural estamos falando. Da História Natural como um campo de conhecimento descrito anteriormente ou daquela que se apresentava como um saber a ser ensinado nos currículos escolares? Existe alguma diferença entre elas?

Para tentar esclarecer essas dúvidas, recorreremos a busca da compreensão da noção de disciplina escolar apresentada por André Chervel (1990) em *História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa*, tentando estabelecer uma relação entre estas, as disciplinas escolares, as ciências de referência, e a pedagogia, segundo seu enfoque teórico.

Chervel (1990, p. 178) afirma que a noção de disciplina escolar com a significação de matéria de ensino surgiu a partir de meados do século XX, quando as humanidades clássicas passaram a ser contrapostas pela necessidade de uma educação científica. Antes desse período, a palavra disciplina, estava associada, no contexto escolar, à “vigilância dos estabelecimentos, a repressão das condutas prejudiciais à sua boa ordem e aquela parte da educação dos alunos que contribui para isso”. O autor assinala, ainda, que em sua evolução, primeiramente, ela passa do geral para o particular, significando uma “matéria de ensino suscetível de servir de exercício intelectual” entre o final do século XIX e o início do século XX, quando as humanidades clássicas se apresentavam como única maneira de formar os espíritos. Até então, “uma educação que fosse fundamentalmente matemática ou científica não deveria ser [...], plenamente reconhecida como uma verdadeira formação do espírito”. Posteriormente, num contexto pós I Guerra Mundial é que o termo disciplina perderá a força que o caracterizava e passará designar “pura e simples rubrica que classifica as matérias de ensino”, sem referências à formação do espírito (CHERVEL, 1990, p. 179-180).

Para Chervel (1990, p. 180-181), a opinião comum estabelece uma relação entre a imposição dos conteúdos como tais à escola, pela sociedade e pela cultura nas quais estão imersos, cabendo à escola ensinar as ciências que foram comprovadas em outros locais. Portanto, mantém-se, assim, uma relação direta entre

as disciplinas escolares, as ciências de referência e a pedagogia, cuja atribuição seria de simplificar ou de vulgarizar ao público escolar, os conhecimentos que não se poderiam apresentar em sua pureza e integridade. Nesse contexto, o papel do pedagogo seria arrumar métodos adequados para que os alunos assimilem mais rápido e melhor as ciências de referência, e as disciplinas, seriam reduzidas, portanto, ao papel de metodologias, combinando saberes e métodos pedagógicos.

Entretanto, a história das disciplinas escolares se encarrega de estabelecer que “a escola não se define por uma função de transmissão de saberes, ou de iniciação às ciências de referência”, mas sim que ela ensina, sob determinado nome, um sistema ou uma combinação de conceitos que mantêm mais ou menos relações de encadeamento. (CHERVEL, 1990, p. 181)

Mas em relação ao contexto analisado nesta tese, ou seja, a presença da História Natural na instrução pública do Pará, é importante levar em conta a seguinte questão, embora não se trate do nosso objetivo: a História Natural apresentada como campo de pesquisa pode ser considerada a mesma que se apresenta à cultura escolar⁷ como um conhecimento a ser ensinado nos currículos da instrução pública paraense?

Diante dessa questão, apresento a presente tese, buscando fundamentos para a seguinte hipótese: as características que este campo do conhecimento adquiriu ao ser inserido no currículo escolar, ou seja, as formas como a História Natural foi representada, foram acompanhadas de discursos, que estiveram ligados a representação da História Natural na cultura local? O texto que compõe a presente tese é construído em formato de artigos, apresentando um modelo que difere do modo tradicional de se fazer tese. Esta apresenta três artigos, que formam os capítulos, conectados entre si, formando um corpo coeso de informações sobre a pesquisa, o que chamamos de relatório de pesquisa de doutorado ou simplesmente texto da tese.

⁷ Conforme Julia (2001, p. 10) a cultura escolar é “um conjunto de *normas* que definem conhecimentos a ensinar” associado a “um conjunto de *práticas* que permitem a transmissão desses conhecimentos”. Esta cultura escolar “não pode ser estudada sem a análise precisa das relações conflituosas ou pacíficas que ela mantêm” com o conjunto de outras culturas, tais como: cultura religiosa, cultura política ou cultura popular.

Este modelo tem sido adotado em diversos programas de pós-graduação, sendo fundamentado na ideia defendida por Duke e Beck (1999), de que uma tese escrita neste formato se constitui uma forma mais vantajosa, tendo em vista que esse processo pode contribuir para divulgação da pesquisa para um público mais amplo de leitores.

A organização dos artigos apresentados a seguir, apontam que o processo de inserção desta ciência no sistema escolar paraense não ocorreu de forma contínua. Neste processo, esta ciência se tornou presente, inicialmente com a Botânica, um de seus ramos, entre 1851 e 1853, após ser excluída retornou, permanecendo de 1873 a 1874, quando, novamente se ausentou e retornando em 1890, após a proclamação da República. Cada um desses três momentos de inserção da História Natural no currículo do sistema escolar paraense, corresponderá a um capítulo da presente pesquisa, nos quais analisaremos as características, as funções e as finalidades atribuídas a estas ciências, que dele fez parte, assim como as condições sociais que as possibilitaram. Para isto, buscaremos essas condições no momento em que passaram a fazer parte do currículo, mas também no momento antecedente.

No primeiro artigo, é demarcado pela inserção inicial da História Natural representada por um dos seus ramos, a Botânica, no Liceu Paraense, que como vimos, ocorreu pela presença da cadeira *Elementos de Física, Química e princípios gerais de Botânica*, entre 1851 e 1853. Entretanto, para analisar as condições que a possibilitaram retornaremos à primeira metade deste século, quando a História Natural e mais especificamente seu ramo, a Botânica, podem ser identificadas em atividades de pesquisa de naturalistas, bem como no âmbito do Jardim de São José. Embora a exclusão da cadeira que incluía a Botânica no currículo do Liceu Paraense, tenha ocorrido em 1853, este artigo finaliza com a inserção da disciplina denominada História Natural no curso Normal, em 1873.

O segundo artigo é demarcado pela inserção, posteriormente, da História Natural, desta vez no Curso Normal, que foi vinculado ao Liceu Paraense, em 1873, com a inclusão da cadeira *Noções Gerais de Física, Química, História Natural e Agricultura*. Ele será iniciado pela busca das condições sociais que possibilitaram este acontecimento, a partir de 1871, momento em que foi criada a primeira Escola Normal no Pará, cuja duração permaneceu até 1872, sendo esta extinta e seu curso anexado

ao Liceu Paraense. O artigo será finalizado marcando a exclusão da História Natural, pela extinção do curso vinculado ao Liceu, em 1874, momento em que foi recriada a Escola Normal do Pará, já sem a presença das ciências em seu currículo.

O terceiro artigo inicia na data de 1889, com a proclamação da República e tem como objetivo analisar as mudanças ocorridas no contexto escolar paraense a partir do período inicial do novo regime, no que se refere a presença da disciplina História Natural e ciências afins e a relação com o contexto cultural em que ela foi inserida. Retoma os acontecimentos que contribuíram para a ocorrência de várias modificações no sistema escolar que inseriram disciplinas do campo da História Natural, tais como Zoologia, Botânica, Geologia e Mineralogia, e também da Biologia. Tais acontecimentos culminaram na adoção da disciplina denominada História Natural no currículo da instrução pública, em 1891, período que finaliza o artigo.

Referências Bibliográficas

BARBOZA, Renato; MELONI Reginaldo. **A disciplina de História Natural no século XIX: um estudo dos objetos de ensino.** *Revista Pedagogia em Foco*, Iturama (MG), v. 13, n. 10, p. 35-45, jul./dez. 2018 DOI: 10.29031/pedf.v13i10.416.

BARROS, Jônatas B.; MACHADO, Jorge R. C.; ALVES, José J. A. **Introdução das Ciências Modernas nas Escolas da Amazônia: o Liceu Paraense e a Escola de Química Industrial.** In.: CARUSO, Francisco. (editor). **Educação, Ciência e Desenvolvimento.** – Cotia, SP : Casa Editorial Maluhy & Co, 2012.

BARROS, Jônatas B.; ALVES, José J. A. **O Papel do Liceu Paraense na Introdução das Ciências no Pará.** Anais Eletrônicos do 14º Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia – 14º SNHCT. Belo Horizonte, Campus Pampulha da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG 08 a 11 de outubro de 2014 | ISBN: 978-85-62707-62-9.

BARROS, Jônatas B.; ALVES, José J. **As ciências na Escola Normal do Pará: características e condições de inserção (1867-1890).** In.: MENDES, Iran A.; STAMATTO, Maria I. S. (Orgs.). **Escolas Normais do Brasil: espaços de transformação docente e produção de saberes profissionais.** São Paulo: Editora Livraria da Física, 2020.

CHERVEL, André. **História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa.** *Teoria e Educação.* N. 2, p.177-229, 1990.

DUARTE, Regina Horta. **A biologia militante: o Museu Nacional, especialização científica, divulgação do conhecimento e práticas políticas no Brasil – 1926-1945.** – Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

DUARTE, Dércio Pena; GAMBOA, Silvio Sanchez. **A legislação educacional paraense e o projeto liberal civilizador: entre discursos e práticas (1841-1870).** *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, no 69, p. 33-51, set, 2016. ISSN: 1676-2584.

DUKE, Nell; BECK, Sarah. **Reaserch News and Comment: Education Should Consider Alternative Formats for the Dissertation.** *Educational Researcher*. Vol. 28, (3), 31-36, April, 1999. Disponível em: <https://scholarpractitionerexus.com/wp-content/uploads/2019/12/Duke-Beck-Dissertation-Formats.pdf>. Acesso em: 26 de fevereiro de 2023.

FOUCAULT, M. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas.** – São Paulo: Editora Martins Fontes, 1999.

JULIA, Dominique. **A Cultura Escolar como objeto histórico.** (Tradução de Gizele de Souza). *Revista Brasileira de História da Educação*, nº1 jan./jun. 2001.

MACHADO, Diego. ALVES, Jerônimo. **A “atraente escola de intuição”: o Jardim Zoológico e o Horto Botânico do Museu Paraense de História Natural e Etnografia (1897-1900).** In. LOPES, M. M.; HEIZER, A., (Orgs). *Colecionismos, práticas de campo e representações* [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2011. 280 p. Ciência & Sociedade collection. ISBN 978-85-7879-079-0. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

SANTOS, Marcia C.; SELLES, Sandra E. **A produção da disciplina escolar história natural na década de 1930: os livros didáticos de Waldemiro Potsch para o ensino secundário.** *Cadernos de Pesquisa em Educação – PPGE/UFES*, Vitória – ES, a. 11, v. 19, n. 40, p. 45-68, jul/dez, 2014.

SPIGUEL, Juliana; SELLES, Sandra Escovedo. **Cândido Firmino de Mello Leitão e o ensino de História Natural na década de 1930: um intelectual a serviço da escola.** *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas - SP, nº 53, p. 115-132, out, 2013 – ISSN: 1676-2584.

CAPÍTULO/ARTIGO 1

A INSERÇÃO DA BOTÂNICA NA INSTRUÇÃO PÚBLICA DO PARÁ: LICEU PARAENSE (1851-1873)⁸

Resumo

A História Natural apareceu, nos planos de ensino do sistema escolar do Pará, inicialmente, em 1851, quando um de seus componentes, a Botânica, passou a fazer parte da cadeira *Elementos de Física, Química e Princípios Gerais de Botânica*, integrada aos Cursos de Humanidades e de Comércio do Liceu Paraense. Excluída dois anos depois, retornou em 1873, como parte integrante da Cadeira *Noções Gerais de Física, Química, História Natural e de Agricultura*, do Curso Normal adicionado, neste momento, ao referido Liceu. Analisamos o processo de inserção da História Natural em relação aos demais componentes do currículo do sistema escolar e da cultura local, no sentido de entender o processo inicial de inserção desse conhecimento no sistema escolar do Pará, para isso, consideramos, como requer Stuart Hall, as representações e significados expressos nos discursos associados a esse processo, expresso nas leis e regulamentos governamentais, assim como, nos noticiários dos jornais, da época. Constatamos que a História Natural, antes mesmo de entrar na escola, vinha sendo inserida em outras instituições e representada como indispensável ao progresso da civilização.

Palavras-chave: Botânica, História Natural, disciplina, Liceu Paraense.

Abstract

Natural History initially appeared in the teaching plans of the Pará school system in 1851, when one of its components, Botany, became part of the subject Elements of Physics, Chemistry and General Principles of Botany, integrated into the Courses of Humanities and Commerce of Liceu Paraense. Excluded two years later, it returned in 1873, as an integral part of the Chair General Notions of Physics, Chemistry, Natural History and Agriculture, of the Normal Course added, at this time, to the aforementioned Lyceum. We analyzed the insertion process of Natural History in relation to the other components of the curriculum of the school system and the local culture, in order to understand the initial process of insertion of this knowledge in the Pará school system, for this, we consider, as required by Stuart Hall, the representations and meanings expressed in the speeches associated with this process, expressed in the laws and government regulations, as well as in the newspaper reports of the time. We found that Natural History, even before entering school, was being inserted in other institutions and represented as indispensable to the progress of civilization.

⁸ Texto publicado na Revista Cocar, da UEPA, em edição fluxo contínuo, vol. 17, nº 35, dezembro de 2022.

Keywords: Botany, Natural History, subject, Liceu Paraense.

Introdução

A inserção inicial da História Natural, em uma escola do Pará, conforme a historiografia, ocorreu em 1851, quando um dos ramos desta ciência, a Botânica, passou a constar no currículo do Liceu Paraense (atual Colégio Estadual Paes de Carvalho), integrando a cadeira denominada *Elementos de Física, Química e Princípios Gerais de Botânica*, que passou a fazer parte dos cursos de Humanidades e Comércio que constituíam essa instituição de ensino. Excluída em 1853, a História Natural retornou apenas em 1873, ao ser incluída no Curso Normal ao fazer parte da cadeira intitulada *Noções Gerais de Física, Química, História Natural e de Agricultura*,⁹ como veremos ainda no decorrer deste texto.

Nosso propósito é analisar as condições culturais associadas a essa inserção inicial da História Natural no sistema escolar paraense entre 1851 e 1873, entretanto, antes, convém assinalar que essa temática vem sendo alvo de estudos historiográficos, entre eles, os que têm procurado contribuir para compreender o processo de institucionalização das ciências na América Latina, analisando algumas formas pelas quais elas se inserem em contextos específicos, como os exemplos que seguem.

Ortega Baez (2019), no artigo intitulado *La enseñanza de la Botánica en la prensa de la Ciudad de México: 1801-1830*, no qual analisou o desenvolvimento da botânica a partir de análises de alguns jornais mexicanos entre 1801 e 1830, com ênfase nos aspectos educativos da época. O autor afirma que a Botânica foi uma ciência de interesse tanto para o governo espanhol quanto para o mexicano por suas características para aumentar as riquezas públicas e privadas mediante o aproveitamento dos recursos naturais. Havia também o interesse dos letrados pela prática da Botânica, o que era mostrado na imprensa.

Santos e Selles (2014), em artigo intitulado *A produção da disciplina escolar História Natural na década de 1930: os livros didáticos de Waldemiro Potsch para o*

⁹ Sobre a cadeira que incluiu a disciplina Botânica nos cursos de Humanidades e Comércio do Liceu Paraense ver Barros, Machado e Alves (2012, p.100). Sobre a cadeira que inclui a História Natural no Curso Normal da mesma instituição de ensino, ver Barros e Alves (2020, p.440)

ensino secundário, analisaram o ensino da disciplina História Natural. Neste trabalho, que é voltado para análise dos livros produzidos por Potsch, professor catedrático da disciplina do Colégio Pedro II, situado no Rio de Janeiro, as autoras focalizam a materialidade do conhecimento escolar, produzido e selecionado por grupos sociais no contexto histórico da época. Elas afirmam que havia predominância dos conteúdos de ensino de Botânica juntamente com os de Zoologia nos compêndios analisados no estudo.

Barros e Alves (2014), no artigo *O Papel do Liceu Paraense na Introdução das Ciências no Pará*, estudaram o processo de instituição das ciências no sistema escolar do Pará, iniciado nesta instituição de ensino¹⁰. Assinalam que as primeiras disciplinas científicas, registradas pela historiografia, em uma escola do Pará¹¹, foram as constituintes da cadeira denominada *Elementos de Física, Química e Princípios Gerais de Botânica*, que passou a fazer parte do plano de ensino do Liceu Paraense, em 1851. Como se pode ver, a Botânica, que era um dos ramos da História Natural, é parte integrante da cadeira supracitada. Eles mostram, ainda, que essa cadeira foi excluída dois anos depois, em 1853. Ela retorna ao sistema escolar, em 1873, pela disciplina intitulada História Natural e não Botânica, uma das ciências que a constituem, como indica o título da cadeira *Noções de Física, Química, História Natural e Agricultura*, que também teve curta duração, pois foi excluída no ano seguinte.

Este texto tem como objetivo analisar o processo de institucionalização da História Natural, no currículo do sistema escolar do Pará, buscando as representações e significados atribuídos à adoção deste campo do conhecimento, assim como, as condições culturais que o tornaram possível. A presente análise inicia quando, ele foi inserido no currículo escolar, especificamente, pela disciplina Botânica e finaliza, no

¹⁰ Ver também, as pesquisas de dissertação de Barros (2010) e tese Barros (2016) e Barros, Machado e Alves (2012).

¹¹A noção de disciplina escolar com a significação de matéria de ensino surgiu a partir de meados do século XX, quando as humanidades clássicas passaram a ser contrapostas pela necessidade de uma educação científica. Antes desse período a palavra disciplina, no contexto escolar, estava associada a vigilância e a repressão das condutas consideradas inadequadas. Para mais detalhes, ver Chervel (1990).

momento em ela foi adotada na sua diversidade, isto é, pela disciplina intitulada História Natural.

Sobre este campo do conhecimento, resgataremos as características curriculares no decorrer desse percurso, buscando os registros, sobre ele, nos planos de ensino, leis e demais documentos reveladores das características, representações e significações que lhes foram atribuídos e, ainda, a presença de instituições, atividades e outros fatores indicativos da existência, na cultura local, de condições, mesmo que iniciais, para que fosse recebido e praticado.

Trata-se da cultura como uma condição constitutiva da vida social. Essa perspectiva analítica, segundo Stuart Hall (1997), diz respeito a:

uma abordagem da análise social contemporânea, que passou a ver a cultura como uma condição constitutiva da vida social, ao invés de uma variável dependente, provocando, assim, nos últimos anos, uma mudança de paradigma nas ciências sociais e nas humanidades, que passou a ser conhecida como a “virada cultural” (HALL, 1997, p. 27).

Além disso, Hall (1997, p. 34) afirma que, “toda prática social tem dimensões culturais ou discursivas de existência”, além disso, as práticas sociais para funcionarem, diz ele, dependem de significados, que se situam “dentro do discurso”. Sendo este caracterizado como segue:

O próprio termo “discurso” refere-se a uma série de afirmações, em qualquer domínio, que fornece uma linguagem para se poder falar sobre um assunto e uma forma de produzir um tipo particular de conhecimento. O termo refere-se tanto à produção de conhecimento através da linguagem e da representação, quanto ao modo como o conhecimento é institucionalizado, modelando práticas sociais e pondo novas práticas em funcionamento. (HALL, 1997, p. 29)

Quanto à educação, esta é importante na dinâmica cultural, conforme pode-se deduzir dos ditos de Hall (1997, p. 40-41) ao afirmar que ela inclui normas, padrões e valores na cultura.

Mas o que é a educação senão o processo através do qual a sociedade incute normas, padrões e valores – em resumo a ‘cultura’ – na geração seguinte na esperança e expectativa de que, desta forma, guiará, canalizará, influenciará e moldará as ações e crenças das gerações futuras, conforme os valores e normas de seus pais e do sistema de valores predominantes da sociedade?

Entretanto, essas normas, padrões e valores, não são permanentes. Tomaz Tadeu da Silva (2018, p. 7-8) refere-se ao “conhecimento corporificado no currículo

não como algo fixo, mas como um artefato social e histórico, sujeito a mudanças e flutuações”. E acrescenta que o currículo não é resultante de uma decisão tomada em algum lugar privilegiado do passado, permanecendo imutável até o tempo atual. É resultante de um processo social, cultural e histórico, estando em “constante fluxo e transformação”. Essa perspectiva, segundo este autor, “não pode se deter na descrição estática do passado, mas deve tentar explicar como esse determinado artefato veio a se tornar o que é, descrevendo a dinâmica social que moldou dessa forma”.

Desse modo, para analisar o currículo devemos considerar, não apenas as deliberações formais daquilo que o constitui, como por exemplo, planos, leis e regulamentos, mais que isso, importam os diferentes significados que assume em cada contexto cultural e histórico em que é adotado e transformado. Nessa perspectiva é importante saber por que estes conhecimentos e não outros foram sendo considerados socialmente válidos e legítimos, assim como, perceber as rupturas e descontinuidades envolvidas nesse processo. (SILVA, 2018).

A partir dessas premissas indagaremos em primeiro lugar, pelas possíveis condições criadas para a inserção da História Natural na escola, indagando pela recepção desse campo do conhecimento nos discursos e em outras instituições locais. A seguir, indagaremos sobre a inserção da Botânica nos cursos de Humanidades e Comércio do Liceu Paraense. E, finalmente, sobre a adoção da História Natural, assim nomeada como disciplina do Curso Normal, quando este foi acrescentado ao Liceu.

1. A Presença da História Natural na Amazônia em meados do Século XIX

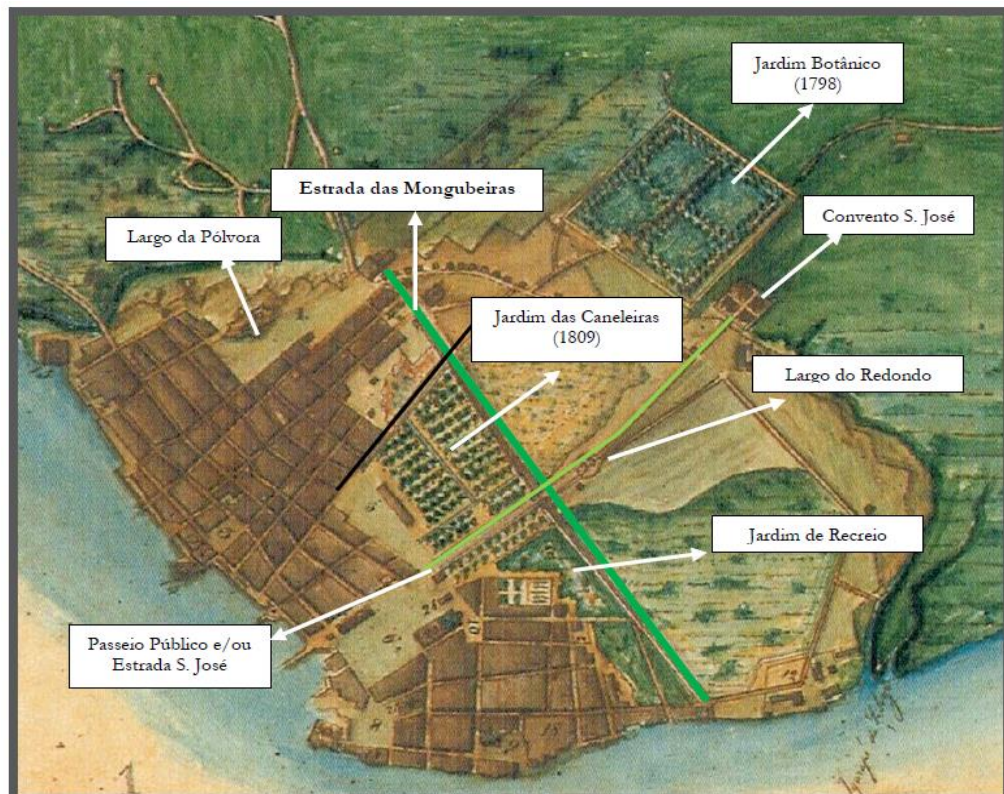
A História Natural passou a fazer parte do currículo do Liceu Paraense a partir da segunda metade do século XIX, como vimos anteriormente. Seria este um caso isolado ou este campo do conhecimento já vinha sendo introduzido no contexto social local, criando condições para que entrasse na escola?

Quando a Botânica foi inserida no Liceu Paraense, a Botânica era a única ciência que possuía uma instituição exclusivamente para representá-la, na Província do Pará: um jardim botânico, o jardim de São José. Sanjad (2001, p.153), assinala que, embora ela viesse passando por dificuldades, em meados do século recebeu financiamento para o cultivo de plantas exóticas e especiarias. Ele acrescenta que a

simples presença física dessa instituição em meio à cidade fazia com que ela fosse referência por aqueles que viam utilidade pública na ciência botânica.

A julgar pela representação topográfica, que seria a mais antiga de Belém, provavelmente elaborada, na primeira metade do século XIX, o Jardim Botânico ocupava um lugar significativo no espaço público, como se pode ver na figura que segue.

Figura 2: Primeira representação topográfica de Belém, provavelmente elaborada no início do século XIX, onde se pode ver o espaço ocupado pelo Jardim Botânico.



Fonte: Reis, *apud* Pereira (2015, p. 207-208).

Quanto aos antecedentes do Jardim de São José, Sanjad (2001, p. 135-156) assinala que ele foi criado, em 1798, com o propósito de “cultivar plantas ornamentais e a servir de recreio para a população”. E que esta instituição chegou a incluir atividades de pesquisas científicas voltadas para a Botânica, pela iniciativa de Antônio Corrêa de Lacerda (1777-1852), quando administrou esta instituição, entre 1818 e

1821, que resultou em sua principal obra, *Flora Paraensis*¹². Quando o Liceu Paraense foi criado, em meados do século XIX, as atividades de pesquisa haviam sido extintas, pois estas se reduziam às realizadas por Lacerda, no século anterior, mas permaneceram as voltadas para o cultivo de plantas, de modo que o Jardim de São José continuou a representar o lugar da Botânica na cultura local.

A História Natural manifesta na atividade dos naturalistas, conforme Stepan (2001, p.31) se acentuou em meados do século XIX, pela presença de europeus no vale amazônico, explorando, coletando e mapeando a região com a finalidade de realizar atividades comerciais e científicas. Os naturalistas Alfred Wallace (1823-1913) e Henry Bates (1825-1892),¹³ se situam entre os que desembarcaram, neste momento, com o propósito de realizar atividades voltadas para a História Natural. Os livros de viagem dos naturalistas, como os acima citados, mais que informações científicas, traziam impressões sobre o contexto cultural local.

Bates chegou à Amazônia em 1848, portanto, momentos antes da inserção da Botânica no currículo escolar paraense, e permaneceu até 1859. Referindo-se à Província do Pará onde iniciou a excursão por essa região, ele relata que as manifestações religiosas ocupavam “grande parte do tempo e dos pensamentos de seus habitantes”, entre eles, os indígenas, “mas logo que surgiu o tráfego a vapores no rio e as atividades comerciais foram incrementadas, eles começaram a abandonar aos poucos o lugar” (BATES, 1979, p. 40). Em contrapartida, os valores da cultura moderna, eram assimilados pelos que tinham condições econômicas para viajar aos países que representavam a modernidade, viagens que foram acentuadas com a chegada do barco a vapor. Viajar para esses países, era o anseio dos empreendedores, afirma o naturalista.

O Sr. Danin contou-nos que já viajara para a Inglaterra e aos Estados Unidos e que dois filhos seus completaram agora os estudos nesses países. Mais tarde fiquei conhecendo vários homens empreendedores, como o Sr. Danin, não só brasileiros, como portugueses, tendo verificado que a ambição de

¹² Conforme Sanjad (2004), Lacerda também produziu estudos sobre a relação entre o clima, a cultura e saúde, inclusive com conhecimentos sobre o uso de plantas medicinais amazônicas. Publicou um texto sobre a patologia, etiologia, prevenção e terapêutica da cólera, intitulado *Cholera-morbus*.

¹³ Outros que europeus que estiveram na Amazônia neste momento, conforme Stepan (2001, p. 31) foram o Príncipe Adalbert, Richard Spruce, W. H. Eduard, Willian Herndon. Pereira (2015, p. 44), também se refere à presença do naturalista italiano Gaetano Osculati, no mesmo período.

todos eles é fazer uma viagem à Europa ou aos Estados Unidos e enviar seus filhos para estudar no exterior (BATES, 1979, p.31).

Ele conta, ainda, que quando desembarcou no Pará ficou surpreso com a recepção das “pessoas importantes da cidade” às atividades que ele havia realizado, “com objetivos exclusivamente científicos”, acrescentando que, para isso devia contribuir a curiosidade da população, por ter passado vários anos explorando localidades bastantes desconhecidas, na prática dessas atividades.

Fiquei bastante surpreso com o grande apreço que as pessoas mais importantes da cidade deram aos trabalhos que eu havia realizado. A verdade é que o interior do país ainda é considerado um “sertão”, uma terra incógnita para a maior parte dos habitantes da orla marítima – e um homem que havia passado sete anos e meio explorando esse sertão, com objetivos exclusivamente científicos não deixava de ser curiosidade (BATES, 1979, p. 296).

A instrução também foi alvo dos relatos de Henry Bates. Embora ao se referir à instrução pública, não tenha mencionado o Liceu Paraense, ele assinala, que as escolas públicas primárias estavam presentes nos diversos povoados do Pará. No que se refere ao ensino dirigido pelas ordens religiosas ele aponta a presença de um Seminário, onde filhos dos fazendeiros e comerciantes completavam a escolaridade.

Existia um sistema de ensino público, tendo cada arraial sua escola primária com um professor pago pelo governo. Seu salário chega aproximadamente a 70 libras, uma quantia equivalente à que recebem os padres. Além das escolas primárias, é mantido no Pará um bem aparelhado seminário, onde os filhos de fazendeiros e comerciantes do interior completam a sua educação. (BATES, 1979, p. 23)

Henry Bates ressalta a exuberância das espécies vegetais encontradas na região amazônica, comparando-as ao Jardim Botânico de Kew, localizado em Londres, na Inglaterra:

O leitor que já tiver visitado o Jardim Botânico de Kew talvez possa ter uma noção aproximada dessa mata, procurando imaginar uma vegetação semelhante à da estufa das palmas daquele Jardim, espalhada por um extenso terreno pantanoso; deve, entretanto, imaginá-la misturada a enormes árvores exógenas, semelhantes aos nossos carvalhos e olmos, mas cobertas de trepadeiras e parasitas, tentando por fim visualizar o chão atulhado de troncos, galhos e folhas apodrecidos – tudo isso recendendo a umidade e iluminados pelos raios ardentes e verticais do sol. (BATES, 1979, p. 30)

O naturalista inglês Richard Spruce também esteve na Amazônia em meados do século, realizando expedições científicas, inclusive, encarregado de mandar objetos da História Natural da região ao Jardim Real de Kew. Em 1855, o jornal

Estrella do Amazonas publicou uma nota sobre as atividades de Spruce, ressaltando o desejo de que ele contribuísse para o conhecimento da “riqueza botânica local”

consta-nos que este distinto viajante tem já remetido para a Inglaterra numerosos objetos de história natural, acompanhados dos convenientes relatórios, e nós esperamos com muito prazer a publicação de seus trabalhos que hão de, sem dúvida, contribuir para que seja devidamente apreciada a riqueza botânica, ainda tão pouco conhecida, desta parte do Império (ESTRELLA DO AMAZONAS, ed. 109, quarta-feira 10 de janeiro de 1855, p. 3).

Esse conjunto de atividades referentes à História Natural mostram que ela vinha adentrando na Amazônia, antes de entrar na escola, por meio de um Liceu, um modelo de escola que se originou na França. Entretanto, como assinala Arboleda (1987, p. 8), as instituições criadas inspirando-se em modelos pré-existentes em outras culturas não são idênticas a elas, pois adquirem novas características determinadas pela cultura em que se inserem. De qualquer modo, para compreendermos as condições que possibilitaram a inserção da História Natural, no currículo do Liceu Paraense é importante indagarmos sobre as instituições de ensino que lhes serviram de modelo, como faremos a seguir.

Os liceus franceses foram criados em 1802, pela lei que objetivava organizar a instrução pública na França e lhes conferiu um lugar central no sistema educacional, assinala Savoie (2005, p.59). Estas instituições foram responsáveis pela formação de um grande número de diplomados em nível secundário, os quais eram direcionados a entrar nas faculdades e a ocupar os principais postos no mercado de trabalho, tais como os do serviço de Estado, do exército, da magistratura, do professorado, ou ainda das carreiras liberais, como direito e medicina, conforme Belhoste (1990, p. 374).

Nicole Hulin (1998), por sua vez, informa que o regulamento de 26 de dezembro de 1814 previa o início do ensino das ciências físicas e naturais no sistema de ensino secundário francês¹⁴, que incluía os liceus, e prescrevia lições para os três últimos anos, onde se abordava “um ano de animais e vegetais, um ano de minerais e da química, e um ano de física experimental” (HULIN, 1998, p. 416).

¹⁴ Conforme Luc (2007, p. 197) “O ensino público secundário acolhe sua clientela nos liceus, nos colégios e nos estabelecimentos privados, laicos ou eclesiásticos”.

Não encontramos, até o momento, o plano de ensino dos Liceus Franceses, referente ao ano de 1851, ou seja, ao ano em que a Botânica foi inserida no currículo do Liceu Paraense. Entretanto, constatamos que no ano seguinte a disciplina: *História Natural (Zoologia e Fisiologia Animal, Botânica e Fisiologia Vegetal, Geologia)*, fazia parte do plano de ensino dos liceus franceses.¹⁵

Como vimos, quando a História Natural passou a fazer parte do plano de ensino do sistema escolar do Pará, pela presença da Botânica no Liceu Paraense, de 1851 a 1853, a Botânica vinha adentrando na cultura local, indicando que as condições para isso já se faziam presentes, tanto pela presença centenária de um Jardim Botânico, nessa província, como pelas atividades dos naturalistas que se acentuavam na região, em meados do século. Essas condições também se manifestavam nos discursos de governantes, como veremos a seguir.

No momento em que a Botânica foi inserida no currículo do Liceu Paraense, o Presidente da Província era Fausto Augusto de Aguiar. Era alguém que possuía formação escolar em conformidade com o processo modernizador. Nasceu no Rio de Janeiro, que era a capital do país e formou-se na Faculdade de Direito de São Paulo. Antes de assumir a presidência da Província do Pará, em 1850, havia presidido a do Ceará, de 1848 a 1850 (SENADO FEDERAL, 2020).

Fausto de Aguiar defendia a centralização do ensino secundário que incluía as aulas avulsas, pois segundo ele, este ensino seria viciado e incompleto por conta da disseminação dessas aulas pelo interior da Província: “É minha opinião, que a instrução secundária deve ser centralizada. A disseminação dessas aulas pela Província tem o grave defeito de tornar a instrução viciada e incompleta”. Ele assinala, ainda, que além da centralização, deveria ser dado “todo desenvolvimento e aperfeiçoamento possível ao Estabelecimento”, que existia na Capital. (AGUIAR, 1851, p. 47)

¹⁵ Esta Reforma Curricular está presente no *Boletim Administrativo da Instrução Pública, do Ministério da Instrução Pública da França*, (FRANCE, 1852, p. 59-63)

Aguiar (1851, p. 47) assinou a lei, em 27 de outubro de 1851, que inseriu a Botânica no programa de ensino do Liceu Paraense.¹⁶ Não se trata, entretanto, de um acontecimento isolado, pois ele está associado a outras determinações da referida lei que representaram acentuado impacto no sistema de ensino e na própria cultura local, como veremos a seguir.

2. A inserção da História Natural no Sistema Escolar Paraense

Quando a Botânica foi inserida no Liceu Paraense, em 1851, a História Natural da qual era parte integrante vinha se inserindo na cultura local, não, apenas, pelas incursões dos naturalistas, pois, começava a ser valorizada, como disciplina escolar pelo discurso dos governantes. Isso é compatível com a presença da Botânica na cadeira *Elementos de Física e Química e Princípios gerais de Botânica* que inaugura a entrada das ciências no sistema escolar paraense, como se pode observar no recorte do Relatório do Presidente da Província do Pará, Fausto Augusto de Aguiar, publicado em 1852, no qual ele cita as mudanças no programa de ensino promovidas na instrução pública, pela lei de 1851.

¹⁶ A Lei 203 de 27 de outubro de 1851 foi assinada pelo Presidente da Província Fausto Augusto de Aguiar.

Figura 3: Programa de ensino do Liceu Paraense, de 1951.

O curso dos estudos do lycêu ficou constituido pelo modo seguinte:

1. ^a	Cadeira.	— gramatica latina.
2. ^a	”	— lingua francesa.
3. ^a	”	— lingua ingleza.
4. ^a	”	— arithmetica, algebra, geometria plana e no espaço, trigonometria rectilinea; contabilidade e escripturação mercantil.
5. ^a	”	— historia e geographia universal, e especialmente do Brazil.
6. ^a	”	— philosophia racional e moral.
7. ^a	”	— rhetorica e poetica.
8. ^a	”	— elementos de phisica e chimica, e principios geraes de botanica.
9. ^a	”	— desenho geometrico e topographico, com o conhecimento das ordens d'architectura.

A'exceptão das duas ultimas, acham-se providas todas as mais cadeiras; e os lentes cumprem satisfactoriamente os seus deveres.

Fonte: Relatório do Presidente da Província do Pará (AGUIAR, 1852, p. 22-23)

Pode-se observar ainda, nesse recorte do Relatório assinado por Fausto de Aguiar, em 1852, que a Botânica foi adotada pelo currículo do Liceu Paraense como parte integrante da Cadeira: *Elementos de Física e Química e Princípios gerais de Botânica*, portanto, ela compartilha esta cadeira com outras ciências, a Física e a Química, com as quais inaugurou a presença das ciências no sistema escolar paraense. E, acrescenta que duas cadeiras “sem lentes” para ministrá-las e que uma delas é a Botânica, que, como se pode ver a seguir é representada como um dos “ramos da instrução de tanta importância e de utilidade prática” e “uma lacuna, que cumpria preencher”.

Tratando da reforma do Liceu, comecei por dar mais algum desenvolvimento ao seu programa de estudos, adicionando-lhe o ensino dos elementos de física e química; dos princípios gerais de botânica; e do desenho geométrico e topográfico, com o conhecimento das ordens de arquitetura. A falta destes ramos de instrução, de tanta importância e utilidade prática, no plano de estudos do Liceu, era quanto a mim, uma lacuna, que cumpria preencher, mormente não havendo na província meios alguns de os cultivar. (AGUIAR, 1852, p.22)

As dificuldades para o exercício dessa Cadeira permanecem, pois em 1853, o então presidente Joaquim da Cunha, que substituiu a Fausto de Aguiar no governo da Província do Pará, afirmava em seu discurso, que não havia discípulos interessados em cursar a referida cadeira e, ainda, discorria sobre a possibilidade de gastos com professores inexperientes para exercer a função para a cadeira que ele julgava “supérflua” e “felizmente vaga”.

O plano de estudos do Liceu, posto que incompleto, assim o deve ser, por ora, sob pena de se pagar a professores inábeis, e não haver discípulos, que queiram aprender, por isso julgo ainda supérflua a cadeira, felizmente vaga, de noções de Física, Química e Botânica. (CUNHA, 1853, p. 12).

Quando a Botânica foi retirada do currículo do Liceu, nesse mesmo ano pelo novo presidente da Província, Sebastião do Rego Barros (1803-1863), bacharel em Matemática, formado na Universidade de Göttingen, na Alemanha (FERREIRA, 2011, p. 175), pernambucano e militar.¹⁷ No mês de dezembro, ele sancionou a lei¹⁸ que alterou o regulamento de 8 de novembro de 1851, retirando a cadeira *Elementos de Física, Química e Princípios gerais de Botânica* do currículo (PARÁ, 1853).

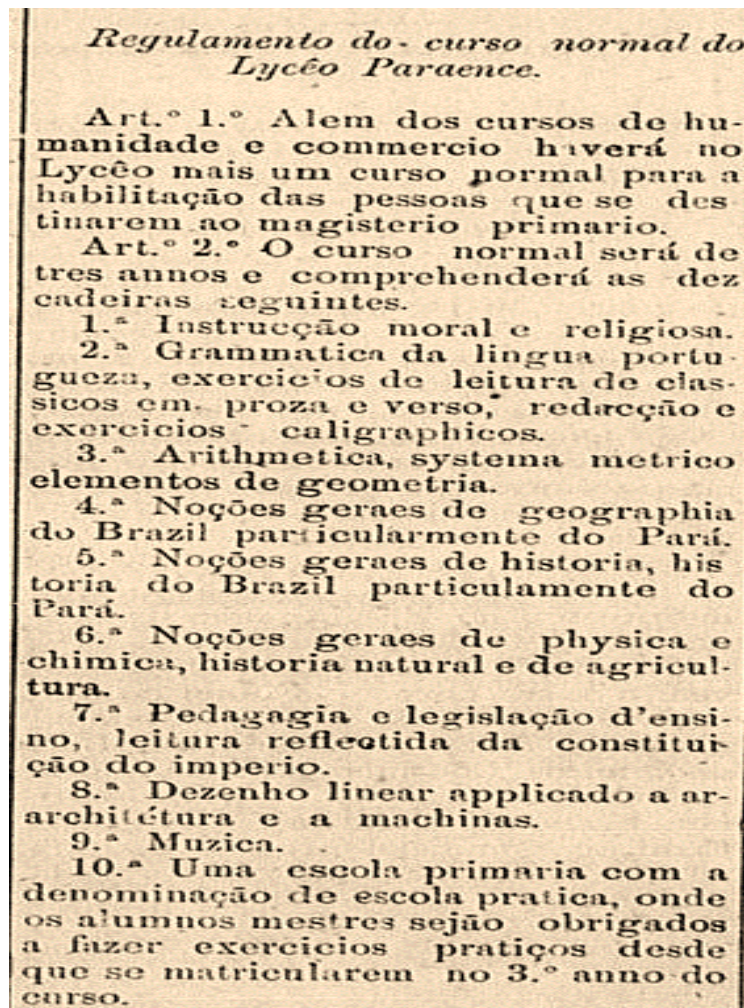
A História Natural retornou ao programa de ensino sistema escolar paraense, somente duas décadas depois. Ela fez parte do plano de ensino do Curso Normal, que a partir de 1873, quando foi criado, passou a fazer parte do Liceu Paraense, juntamente com os dois cursos que já faziam parte desta instituição de ensino: o de Comércio e o de Humanidades. Pode-se ver pelo recorte do Regulamento que criou o Curso Normal, publicado pelo Jornal do Pará, de 5 de abril de 1873, contendo a matéria intitulada *Instrução Pública*, que a História Natural fez parte da cadeira *Noções Gerais de Física, Química, História Natural e Agricultura*. Observa-se que esta cadeira difere da inserida anteriormente dos cursos de Humanidades e Comércio, por algumas

¹⁷ Essas informações sobre Sebastião do Rego Barros que foi presidente do Pará, de 1853 e 1855 foram extraídas também do *site* da FGV (2018) e do jornal Treze de Maio (edição 354, terça-feira 8 de outubro de 1854).

¹⁸ Lei nº 237 de 28 de dezembro de 1853.

características. Além de adotar a *História Natural* e não um de seus ramos, a *Botânica*, como antes, ela inclui a *Agricultura*, sendo assim, relacionada com uma prática que representava um pilar fundamental da economia local.¹⁹

Figura 4: Regulamento do Curso Normal publicado no Jornal do Pará, em 5 de abril de 1873.



Fonte: Jornal do Pará, edição 77 de sábado, 5 de abril de 1873.

No que se refere ao contexto social, convém assinalar que quando a História Natural voltou ao currículo do sistema escolar, com a criação do Curso Normal em 1873, era o início da Belle Époque Amazônica, caracterizado pelo avanço da modernidade que vinha da Europa, como mostra Sarges (2004). Mesmo antes, na década anterior, como assinalam Crispino, Bastos e Toledo (2006), observa-se o

¹⁹ Regulamento editado em 21 de março de 1873, conforme autorização do presidente José Domingos da Cunha Junior.

movimento de elites políticas e intelectuais, embora minorias, em favor da História Natural, elites a partir de 1866, passam se reunir, com o intuito de criar uma Associação Filomática, que tinha como um dos principais propósitos fundar e manter um Museu Etnográfico e de História Natural (hoje, Museu Paraense Emílio Goeldi), que foi implantado em 1871.²⁰ Portanto, quando a História Natural foi inserida no Curso Normal, ela não só vinha sendo alvo de interesse local, como já se fazia representar na arquitetura local por uma das mais destacadas instituições da época. Mesmo assim, embora tenha retornado ao sistema escolar nesse momento, não logrou continuidade pois foi retirada em 1853, retornando somente em 1873.

O Liceu Paraense diferenciou-se das instituições escolares anteriores, não apenas por adotar a História Natural. Desde que foi criado ele representou uma acentuada mudança em relação ao sistema escolar existente anteriormente: por inserir, neste, o ensino representante do segundo grau, seriado, não subordinado às ordens religiosas. Antes, além das aulas primárias, de *Ler, escrever e contar*, como eram designadas, o que havia eram algumas aulas avulsas, tais como, de *Filosofia, Latim e Francês*, conforme informado por França (1997, p. 120-6), Barros e Alves (2014, p, 8-11) e Barros, Machado e Alves (2012, p. 99).²¹

Considerações Finais

Como vimos, um dos ramos da História Natural, a Botânica, foi inserida no programa de ensino do Liceu Paraense, em 1851. A cadeira *Elementos de Física e Química e Princípios gerais de Botânica*, a partir desse momento passou a fazer parte do programa dos dois cursos que dele faziam parte: Humanidades e Comércio, permanecendo, nele, apenas dois anos. Retornou, após duas décadas, em 1873, como parte integrante da cadeira *Noções gerais de Física e Química, História Natural e de Agricultura*, no plano de estudo do Curso Normal que passou a fazer parte do

²⁰ Empenharam pela criação da Associação Filomática e fizeram parte da Diretoria, entre outros: Ferreira Penna, secretário da presidência da Província do Pará; Antônio de Lacerda Chermont, o Barão de Arari; Francisco Acácio Corrêa, bacharel em direito. Américo Santa Rosa, médico. José Ferreira Cantão, médico e deputado.

²¹ Segundo Barros, Machado e Alves (2012, p. 98) “as aulas avulsas consistiam em disciplinas ofertadas isoladamente, de modo que não faziam parte de um curso seriado. Sua função, via de regra, era preparar os discentes para os exames ‘Preparatórios’, que eram pré-requisitos para se adentrar nas Academias. Os Preparatórios, por sua vez, eram exames que ocorriam junto aos cursos acadêmicos, em que os discentes aprovados receberiam uma certidão de aprovação”.

Liceu Paraense. Novamente, permaneceu por curto espaço de tempo, pois este curso foi extinto no ano seguinte. De qualquer modo, essas incursões da História Natural nos planos de ensino do Liceu foram as primeiras iniciativas no sentido de inseri-las no sistema escolar paraense.

A inserção da História Natural no sistema escolar local, não foi um fato isolado. Embora o contexto paraense fosse marcado pelas tradições religiosas, era perceptível a presença e a penetração de elementos representativos da modernidade originada na Europa, entre eles os relacionados a este campo do conhecimento. Havia a atividade científica dos naturalistas; a presença de um Jardim Botânico frequentado pelos moradores locais; e a proposta de criar um Museu de História Natural, patrocinado pelas elites letradas e políticas locais.

Além disso, a inserção da História Natural no Liceu Paraense fez parte do conjunto de mudanças representadas por esta instituição de ensino, desde que foi criada, em relação às que a precederam, por várias razões, tais como: pelas novas disciplinas que adotou: tal como, a Física e a Química, além da História Natural, assim como, por ter inserido o ensino de segundo grau seriado no contexto paraense. Trata-se das mudanças pelas quais o ensino das ciências penetrou no espaço escolar que era dominado por outros ensinamentos.

Referências Bibliográficas

- AGUIAR, Fausto Augusto de. **Relatório do Presidente da Província do Gram Pará, o Exmo Sr. Dr. Fausto Augusto d'Aguiar, na abertura da segunda sessão ordinária da sétima legislatura da Assembleia Provincial, no dia 15 de agosto de 1851.** Pará, Typographia Santos & Filhos, 1851.
- AGUIAR, Fausto Augusto de. **Relatório apresentado ao Exmo Sr. Dr. José Joaquim da Cunha, presidente da Província do Grão-Pará, pelo comendador Fausto Augusto d'Aguiar, por ocasião de entregar-lhe a administração da Província no dia 20 de agosto de 1852.**Pará: Typographia Santos & Filhos, 1852.
- ARBOLEDA, Luis Carlos. **Acerca del problema de la difusión científica en la periferia: el caso de la física newtoniana en la Nueva Granada (1740-1820).** Revista *Quiju*, vol. 4, n. 1, enero-abril de 1987, pp. 7-30.
- BARROS, Jônatas B. **A Escola Normal do Pará e a Introdução do ensino das Ciências Naturais no Pará (1870-1930).** Dissertação de Mestrado, Instituto de Educação Matemática e Científica, Universidade Federal do Pará, Belém, 2010.
- BARROS, Jônatas B.; MACHADO, Jorge R. C.; ALVES, José J. A. **Introdução das Ciências Modernas nas Escolas da Amazônia: o Liceu Paraense e a Escola de Química Industrial.** In.: CARUSO, Francisco. (editor). **Educação, Ciência e Desenvolvimento.** – Cotia, SP : Casa Editorial Maluhy & Co, 2012.
- BARROS, Jônatas B.; ALVES, José J. A. **O Papel do Liceu Paraense na Introdução das Ciências no Pará.** Anais Eletrônicos do 14º Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia – 14º SNHCT. Belo Horizonte, Campus Pampulha da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG 08 a 11 de outubro de 2014 | ISBN: 978-85-62707-62-9.
- BARROS, Jônatas B.; ALVES, José J. **As ciências na Escola Normal do Pará: características e condições de inserção (1867-1890).** In.: MENDES . Iran A.; STAMATTO, Maria I. S. (Orgs.). **Escolas Normais do Brasil: espaços de transformação docente e produção de saberes profissionais.** São Paulo: Editora Livraria da Física, 2020
- BATES, Henry Walter. **Um naturalista no rio Amazonas.** Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/ Edusp, 1979.
- BELHOSTE, Bruno. **L'enseignement secondaire français et les sciences au début du XXe siècle. La réforme de 1902 des plans d'études et des programmes.** In: Revue d'Histoire des Sciences. 1990, Tome 43 n°4. pp. 371-400. Acesso em: 25 de abril de 2020. Disponível em: http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/rhs_0151-4105_1990_num_43_4_4502 .
- CHERVEL, André. **História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa.** *Teoria e Educação.* N. 2, p.177-229, 1990.

CRISPINO, Luis C. B.; BASTOS, Vera B.; TOLEDO, Peter M. (Orgs.). **As origens do Museu Paraense Emílio Goeld: aspectos históricos e iconográficos (1860-1921)**. Belém: Paka-Tatu, 2006.

CUNHA, José Joaquim da. **Fala que o Sr. Dr. José Joaquim da Cunha, Presidente da Província do Pará, dirigiu a Assembleia Legislativa Provincial na abertura da mesma assembleia, no dia 15 de agosto de 1853**. Pará: Tipografia de Santos & Filhos, 1853.

ESTRELLA DO AMAZONAS, ed. 109, quarta-feira 10 de janeiro de 1855.

FRANÇA, Maria do Perpétuo Socorro. **Raízes Históricas do Ensino Secundário Público da Província do Pará: o Liceu Paraense (18840-1889)**. Dissertação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Unicamp, 1997.

FRANCE. Ministère de l'instruction publique. **Bulletin administratif de la Instruction Publique**. Tome III, nº 25 à 36. Année 1852. Paris, Imprimerie et Librairie de Paul Dupont, 1853. Fonte: gallica.bnf.fr / Bibliothèque nationale de France.

FERREIRA, Edgardo Pires. **A mística do parentesco: uma genealogia inacabada: a teia do parentesco em Pernambuco**. – 1. ed. – Garulhos, SP : ABC Editorial, 2011.

HALL, Stuart. **A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo**. *Revista Educação & Realidade*. 22 (2): 15-46. Jul./Dez. 1997.

HULIN, Nicole. **La place des sciences naturelles au sein de l'enseignement scientifique au XIXe siècle**. In: *Revue d'Histoire des Sciences*, tome 51, nº4, 1998. **Enseignement et sciences naturelles au XIXe siècle**. pp. 409-434; doi: <https://doi.org/10.3406/rhs.1998.1334>. Disponível em: <https://www.persee.fr/doc/rhs_0151-4105_1998_num_51_4_1334>.

JORNAL DO PARÁ, edição 76 de quarta-feira, 4 de abril de 1873.

LLORCA, Jaume Josa. *La Historia Natural en la España del siglo XIX: Botánica y Zoología*. Ayer, 7, 1992.

LUC, Jean-Noël. **Permanências e mutações dos liceus franceses: do Primeiro Império ao início do século XXI**. (Tradução: Maria Helena Câmara Bastos; Sabina Ferreira Alexandre Luz). *Revista Brasileira de História da Educação*, nº 13, jan./abr. 2007. pp. 193-216

PARÁ. **Lei nº 203 de 27 de outubro de 1851, reformando a instrução primária e secundária**. In. Coleção das leis da Província do Grão-Pará, Tomo XIII, Parte I, 1851.

PARÁ. **Portaria de 9 de julho de 1874, cria uma Escola Normal na capital e dá-lhe regulamento**. Belém, Tipografia Diário Oficial, 1874.

PARÁ. **Portaria de 9 de junho de 1874, Suprime a cadeira vaga de química e física do Liceu Paraense e bem assim a de instrução religiosa do curso normal do**

mesmo Liceu, extinto pelo regulamento desta data. In.: Coleção das Leis da Província do Grão-Pará. Tomo XXXVI, Parte 1. Belém: Tipografia do Diário do Grão-Pará, 1874.

PEREIRA, Rosa Cláudia Cerqueira. **Percepção visual da cidade: iconografias da natureza urbana de Belém (1808-1908).** Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em História. Belém, 2015.

SANJAD, Nelson. **Cólera e medicina ambiental no manuscrito “Cholera-morbus” (1832), de Antônio Correa de Lacerda (1777-1852).** *História, Ciências, Saúde: Manguinhos*, vol. 11(3): 587-618, set.-dez. 2004.

SANJAD, Nelson Rodrigues. **Nos jardins de São José: uma história do Jardim Botânico do Grão-Pará, 1796-1873.** Dissertação (Mestrado) Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências, - Campinas, SP, 2001.

SANTOS, M. C.; SELLES, S. E. **A produção da disciplina escolar história natural na década de 1930: os livros didáticos de Waldemiro Potsch para o ensino secundário.** *Cadernos de Pesquisa em Educação – PPGE/UFES, Vitória – ES*, a. 11, v. 19, n. 40, p. 45-68, jul/dez, 2014.

SARGES, Maria de Nazaré. **Belém: riquezas produzindo a Belle Époque (1870-1912).** 2ª ed. – Belém: Paka-Tatu, 2004.

SAVOIE, Philippe. **Création et réinventions des lycées (1802-1902).** In. *Lycées, lycéens, lycéennes, deux: Institut national de recherche pédagogique*, 2005. Pp. 59-71. (Bibliothèque de l’Histoire de l’Education, 28). Disponível em: https://www.persee.fr/doc/inrp_0000-0000_2005_act_28_1_9241. Acesso em: 28 de março de 2020.

SENADO FEDERAL. Senadores. Fausto Augusto de Aguiar. Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/senadores/senador/-/perfil/1625>>. Acesso em: 09 de maio de 2020.

SILVA, Tomaz T. **Apresentação.** In.: GOODSON, Ivor F. **Currículo: teoria e história.** (tradução de Attilio Brunetta; revisão da tradução: Hamilton Francischetti; apresentação: Tomaz Tadeu da Silva). 15ª ed. – Petrópolis – RJ: Editora Vozes, 2018. (Ciências sociais da educação).

STEPAN, Nancy Leys. **Picuture Tropical Nature.** London: Reaktion Books Ltd, 2001.

TREZE DE MAIO, Edição 279, sábado 14 de janeiro de 1854.

TREZE DE MAIO, Edição 354, terça-feira 8 de outubro de 1854.

CAPÍTULO/ARTIGO 2

TRAJETÓRIA INICIAL DA HISTÓRIA NATURAL NAS INSTITUIÇÕES DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO PARÁ (1870-1890)

Resumo

A disciplina denominada História Natural foi adotada pela primeira vez em uma escola para formação de professores no Pará, em 1873. O Curso Normal a adotou nesse momento. Esse acontecimento é significativo para o nosso objetivo que é contribuir para compreender as condições que possibilitaram a inserção inicial da História Natural nas escolas para a formação de professores no Pará. Com esse propósito analisamos as leis e regulamentos governamentais, assim como, o noticiário dos jornais. Constatamos que houve opiniões favoráveis em relação à adoção desta disciplina e a criação do Curso Normal, mas também resistências. Convém assinalar, ainda, que a presença da História Natural não se reduziu ao contexto escolar. Um movimento mais amplo visando promover o exercício desse campo do conhecimento resultou, inclusive, na criação de uma instituição destinada, sobretudo, a essa finalidade: o Museu Paraense (hoje Museu Paraense Emílio Goeldi).

Palavras-chave: História Natural, História do Currículo Escolar, Cultura Local.

Abstract

The discipline called Natural History was adopted for the first time in a teacher training school in Pará, in 1873. The Normal Course adopted it at that time. This event is significant for our objective, which is to contribute to understanding the conditions that made possible the initial inclusion of Natural History in schools for the training of teachers in Pará. For this purpose, we analyze government laws and regulations, as well as newspaper reports. We found that there were favorable opinions, relation to the adoption of this discipline and the creation of the Normal Course, but also resistance. It should also be noted that the presence of Natural History was not limited to the school context. A broader movement aimed at promoting the exercise of this field of knowledge even resulted in the creation of an institution designed, above all, for this purpose: the Museu Paraense (today Museu Paraense Emílio Goeldi).

Keywords: Natural History, History of the School Curriculum, Local Culture.

Introdução

As escolas têm tido um papel relevante no processo pelo qual as ciências se inseriram nas diversas culturas, transportadas pelo processo modernizador, do qual são parte integrante. Esse processo possui historicidade, pois se modifica no decorrer do tempo e do espaço. Consideremos, por exemplo, a inserção da História Natural nas escolas de formação de professores da Amazônia, que é o alvo do nosso

interesse. Como veremos no decorrer do presente texto, esse processo começou em 1873, quando uma disciplina denominada História Natural foi inserida pela primeira vez no sistema escolar paraense ao ser adotada pelo Curso Normal, criado um ano antes. Antes de prosseguir nessa direção que é o foco da presente análise, é importante assinalar que análises historiográficas sobre essa perspectiva, ou melhor, sobre a inserção da História Natural no currículo das escolas têm sido alvo de interesse de vários autores como os que seguem.

Santos (2017), em artigo intitulado *A disciplina História Natural no Instituto de Educação do Rio de Janeiro nos anos 1930: considerações sobre metodologias de ensino e objetos escolares*, analisou objetos escolares e metodologias relacionados com essa disciplina em programas e discursos de professores publicados em revistas pedagógicas da época. Esses escritos foram resgatados com o intuito de compreender os significados que, no contexto sócio-histórico em que se concretizaram foram atribuídos a esse projeto de ensino.

Machado e Alves (2011), em artigo intitulado *A “atraente escola de intuição”: o Jardim Zoológico e o Horto Botânico do Museu Paraense de História Natural e Etnografia (1897-1900)*, também analisaram um projeto de ensino da História Natural e os pronunciamentos associados ao propósito de efetivá-lo. Esses pronunciamentos indicam que os pesquisadores do Museu, sob a liderança do diretor Emílio Goeldi, pretendiam que a História Natural fosse ensinada pelo “método intuitivo” ou “lição de coisas”, o que implicava que as exposições deviam ser organizadas de modo que o aprendizado se efetivasse pela observação direta das obras da natureza expostas ao olhar dos visitantes. Os autores mostram que esse projeto de ensino da História Natural foi proposto no contexto de mudança cultural e intelectual promovida pela Belle Époque e que esse campo do conhecimento juntamente com o Museu Paraense que o abrigou, se situaram ente os principais discursos modernizadores propostos pelas elites letradas da época. (MACHADO; ALVES, 2011)

Resgatamos esses textos porque analisam disciplinas e currículos escolares em determinadas localidades ou contextos sócio-históricos, aproximando-se, assim, da temática que vem se acentuando nos estudos sociais, explicitada por Hall (1997, p. 27), ao afirmar que a cultura vem tendo “um peso explicativo bem maior do que estávamos acostumado anteriormente” e que “não é nada mais do que a soma de

diferentes sistemas de classificações e diferentes formações discursivas aos quais a língua recorre afim de dar significado às coisas.”

No que se refere aos currículos escolares, Silva (2018, p.7) assinala que que eles estão “em constante fluxo e transformação” e por esse motivo têm sido analisados “não como algo fixo, mas como um artefato social e histórico sujeito a flutuações”. Assinala, também, como se pode ver em Moreira e Silva (2011, p.14), que devem ser considerados na “moldura mais ampla de suas determinações sociais, de sua história e de sua produção contextual.”

Esse conjunto de considerações assinalados anteriormente são alguns fundamentos para o nosso propósito que é analisar a inserção da História Natural na escola de formação de professores no Pará. Para isso, indagamos como esse processo foi possível na moldura determinada pelas representações que lhe foram atribuídas na cultura desta Província, a mais afetada, na Amazônia, pelo desembarque do ideário moderno. Buscamos observar como a História Natural e seus projetos de ensino foram representados nas leis, noticiários dos jornais e demais discursos relacionados com esses acontecimentos com o intuito de responder as seguintes questões: Como contribuíram ou criaram obstáculos para o processo de inserção da História Natural nos cursos de formação de professores do sistema escolar paraense? Que condições culturais, sobretudo, as identificadas por meio dessas representações, possibilitaram que este campo do conhecimento ingressasse nos programas de ensino das escolas de formação de professores? Que agentes, tais como, professores e governantes, atuaram neste sentido?

Para compreender o processo pelo qual a História Natural foi inserida no currículo dos cursos de formação de professores pesquisamos o período que inicia na virada para a década de 1870, até a proclamação de República quando retornou ao currículo escolar após ter ficado ausente.

Para resgatarmos essas representações foram úteis os programas de ensino das escolas de formação de professores, as leis, documentos e pronunciamentos, elaborados por governantes, professores e outros agentes envolvidos nesse processo e, ainda, os pronunciamentos ou noticiários difundidos pelos jornais como: *O Liberal do Pará*, órgão vinculado ao Partido Liberal; o *Diário de Belém*, e o *Jornal do Pará*,

órgão oficial do governo. A pesquisa nestes jornais ocorreu através da busca por arquivos digitalizados, situados no *site* da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional²².

1. Condições culturais antecedentes à inclusão da História Natural no Curso Normal

O Curso Normal foi estabelecido por lei, em 1872²³, portanto, no período da *Belle Époque Amazônica*, que conforme a historiografia, iniciou em torno da década de 1870, estendendo-se até a primeira década do século XX. Trata-se do período em que se acentuou a entrada de mercadorias e ideias oriundas dos modernos países europeus, modificando a cultura amazônica, sendo o Pará, onde se localizava o referido curso, o mais afetado por esse processo (SARGES, 2000; DAOU, 2004; DIAS, 2007; ALVES, 2010).

A inserção da História Natural no Curso Normal faz parte do processo modernizador, sendo assim, não foi um acontecimento isolado. Ela ocorreu no momento em que a ideia de inaugurar no Pará a implantação de um Museu, sobretudo, destinado às pesquisas de História Natural, estava em processo. Conforme Crispino, Bastos e Toledo (2006, p. 27), essa proposta ocorreu em um contexto marcado pelas atividades realizadas, neste campo do conhecimento, pelos naturalistas que desembarcavam na região.

A ideia de criação de um museu de história natural no Pará floresceu em meio ao fluxo de naturalistas estrangeiros que, ao retornarem a Belém de volta de suas expedições à Amazônia, preparavam as coleções recolhidas e as despachavam para seus países de origem, para ocupar lugar de destaque nos diversos museus espalhados pelas principais capitais do mundo. O simples testemunhar destas ocasiões já poderia ter sido suficiente, para convencer os intelectuais locais da importância da criação no Pará de um espaço para a exposição e o estudo desses itens. (CRISPINO, BASTOS, TOLEDO, 2006, p. 27)

Pelo menos desde a década anterior, pode-se observar o crescente interesse referente à História Natural, pelas elites governamentais, intelectualizadas e, portanto, mais informadas sobre as ideias atreladas ao processo modernizador. O presidente da Província do Pará, em 1860, afirma, por exemplo, “reconhecer a grande utilidade que para esta província pode resultar do estudo e observações feitas sobre os multiplicados produtos dos três reinos da natureza”, como se constata em

²² <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

²³ Lei n. 757 de 19 de dezembro de 1872.

Albuquerque, citado por Crispino, Bastos e Toledo (2006, p.30).²⁴ Para isso, em 1860, é contratado o naturalista francês Louis Jacques Brunet²⁵, que já residia no Brasil, para coletar amostras, que entre outras finalidades, deviam ser destinadas a um museu de história natural, cuja criação estava sendo proposta.

Esse interesse pela História Natural é prioritário entre os que fundaram o Museu que foi proposto em 1866, pelos fundadores da Sociedade Filomática.²⁶ Esta, tinha entre os principais objetivos criar um Museu de História Natural e de Artefatos Indígenas, que foi concretizado e inicialmente denominado Museu Paraense (hoje Museu Paraense Emílio Goeldi). Como atestam Crispino, Bastos e Toledo (2006, p.47 e 325), entre eles estavam: Domingos Soares Ferreira Penna, que ocupava o cargo de secretário da presidência da Província do Pará; Américo Marques Santa Rosa que era formado na Faculdade de Medicina da Bahia; Francisco Acácio Corrêa que era formado na Faculdade de Direito de São Paulo e possuía o título de Barão do Guamá. Consideramos que esses títulos ou prerrogativas que incluem Secretário da Presidência, Médico, Advogado e Barão são exemplos suficientes para atestar que o interesse pela História Natural estava na pauta das elites locais.

Em 1869, no relatório do então presidente da Província, José Bento da Cunha Figueiredo, referindo-se ao Museu, anunciava a intenção de promover o ensino da História Natural. Figueiredo (1869, p.17) acrescentava que era necessário “proteger tão importante instituição, que mais tarde servirá de base a uma aula de História Natural no Colégio Paraense, onde fica já estabelecido o dito Museu” (CRISPINO, BASTOS, TOLEDO, 2006, p. 70).

Em 1871 foi formada uma comissão da qual eram integrantes dois deputados da Assembleia Legislativa Provincial. Esta comissão tinha como finalidade avaliar e propor mudanças na instrução pública, conforme afirma Sanjad (2005). A comissão era composta por três integrantes: Domingos Soares Ferreira Penna, o principal idealizador do Museu Paraense e os deputados que eram professores do Liceu

²⁴ Trata-se de Antônio Coelho de Sá e Albuquerque que assumiu a presidência da Província do Pará, em 23 de outubro de 1859, como, mostram Crispino, Bastos e Toledo (2006, p.28). Para mais detalhes, ver também Albuquerque (1860, p. 51).

²⁵ O naturalista Brunet antes de vir para o Pará, era professor de Ciências Naturais no Ginásio Provincial de Pernambuco, conforme Crispino, Bastos e Toledo (2006.p.29)

²⁶ Sobre a Associação Filomática, ver, também, Duarte (2010) e Machado (2010).

Paraense, José Ferreira Cantão, professor de história e Joaquim Pedro Corrêa de Freitas, professor de francês.

José Ferreira Cantão formou-se na Faculdade de Medicina da Bahia, em 1852. Foi professor do Liceu Paraense e deputado na Assembleia Legislativa Provincial. Tinha um acentuado interesse pela História Natural, conforme afirma Cunha (1989), na biografia que realizou sobre ilustrados que atuavam no contexto social paraense.

Possuía certa predileção pelos estudos de História Natural e muito admirava a Amazônia. Por esta razão não foi difícil, ao médico e político, associar-se a Ferreira Penna e a outros distintos concidadãos, com o objetivo de criarem o Museu Paraense, através da Associação Filomática, instalada em 6 de outubro de 1866. Deste ano até 1873, o Dr. Ferreira Cantão foi o maior defensor da existência do Museu, ora como membro ativo e integrante dele, ora como Deputado da Assembleia Provincial. (CUNHA, 1989, p. 63)

Joaquim Pedro Correia de Freitas, após ter se formado na Faculdade de Medicina da Bahia, viajou por vários países da Europa, também era deputado pela Assembleia Provincial e professor do Liceu Paraense. Cunha (1989), na parte da referida biografia que construiu, sobre este autor, assinala que:

Após cursar medicina, Freitas viajou à Europa, e durante três anos percorreu vários países, como Inglaterra, França, Bélgica, Holanda, Áustria, Alemanha, Itália, Suíça, Grécia, Espanha e Portugal, procurando aperfeiçoar-se em ciências biológicas e pedagogia moderna. De volta ao Pará, trouxe para a vida pública grande soma de conhecimentos científicos e literários, dedicando-se com afinco aos assuntos pedagógicos. Ocupou as cadeiras de Francês e Geografia do Liceu Paraense e foi diretor do Museu Paraense por muitos anos. A instrução do povo foi então a sua maior preocupação, pois o analfabetismo era crônico. (CUNHA, 1989, p. 59-61)

Freitas integrou uma comissão para avaliar e propor mudanças na instrução pública e publicou, no Jornal do Pará, um artigo intitulado *Ligeiro esboço histórico da História Natural* no qual atribui o progresso no campo da ciência moderna aos estudos desenvolvidos pelos naturalistas, dentre os quais citou Georges Cuvier e Geoffroy de Saint-Hilaire como os que mais teriam contribuído para isto. Freitas (1871, p. 1-2) cita, ainda, entre os contemporâneos mais proeminentes Louis Agassiz pela “perseverança mostrada em seus estudos” e pela fertilidade de “suas conjecturas científicas”. Entretanto, em relação à instrução pública, ele afirma que “estas ligeiras noções sobre a história de uma ciência já tão conhecida a ponto de fazer hoje parte dos estudos secundários e superiores nos colégios e academias”.

Ele afirma que a História Natural era uma ciência que criou sistema de explicação de fenômenos, mas que estes deveriam ser submetidos à análise e que sendo observados os fatos, criadas as teorias e conhecidas as leis da natureza seria fácil descobrir a verdade. Ele assevera:

Que durante um grande número de séculos, a história natural em sua marcha desigualmente progressiva, desenvolveu-se sempre na confusão com outras ciências: ela criou sistemas para a explicação de todos os fenômenos, mas estes fenômenos não submetidos à análise, são, como dizem os naturalistas modernos, mais próprios para agradar o espírito do que para instruí-lo. Observados os fatos, criadas as teorias e conhecidas as leis da natureza, fácil tem sido nesta ciência descobrir-se a verdade por entre tantos séculos de incerteza e confusão. (FREITAS, 1871, p.1-2)

Freitas (1871, p.1-2) conclui seu artigo, dizendo que não entraria nos detalhes desta ciência, por conta de ter planejado ministrar um curso de zoologia no Museu Paraense, tão logo que conseguisse a autorização para isso, e que então os discípulos apreciariam suas belezas e importância, restando a ele a satisfação e a glória de ser o primeiro que se lembrou de lecionar esta matéria na Província.

Todas essas considerações anteriores atestam que o interesse pela institucionalização da História Natural vinha sendo incorporado pelas elites locais, tais como, as que exerciam atividades de nível superior e de cunho político e frequentemente eram também professores das escolas públicas. Esse interesse atesta que o contexto cultural vinha se tornando favorável à inserção da História Natural nas instituições locais.

2. A inserção da História Natural na instituição destinada à formação de professores

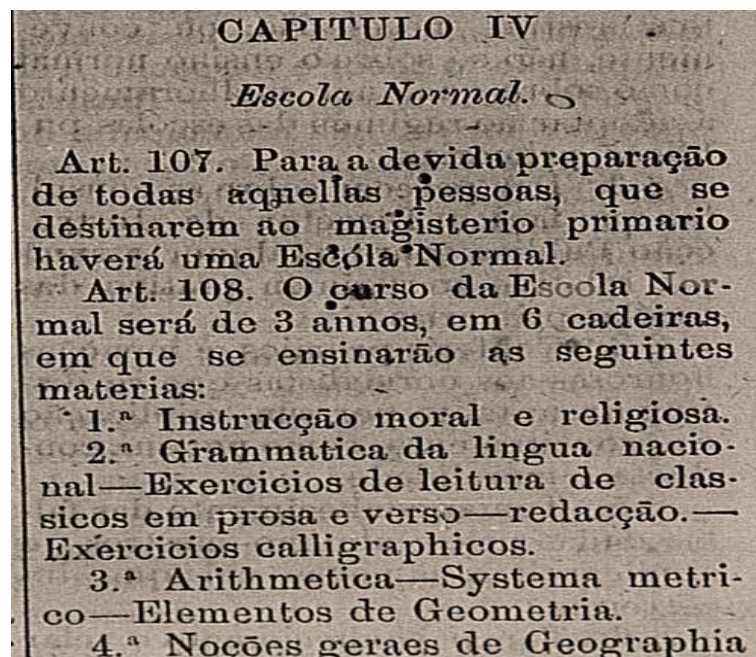
A História Natural foi incluída pela primeira vez em um estabelecimento destinado à formação de professores na província do Pará, em 1873. Neste momento passou a fazer parte do Curso Normal, que foi criada por lei no ano anterior, passando a fazer parte do Liceu Paraense, juntamente com os cursos de Humanidades e Comércio que já faziam parte desta instituição de ensino. Antes, a Botânica, ou seja, somente uma das ciências que constituíam a História Natural, chegou a ser incluída no programa de ensino destes dois cursos, mas permaneceu por curto espaço de tempo, de 1851 a 1853 (LIMA; ALVES, 2022). Convém assinalar que esses cursos

representavam o nível de ensino mais elevado na província, pois os que representavam o nível superior só foram criados no século seguinte.²⁷

No que se refere às escolas para a formação de professores, convém assinalar que, antes do Cursos Normal foi criada uma Escola Normal²⁸, em 1871, que, embora não tenha incluído a História Natural nos seus planos de estudo, é importante resgatá-la, porque está relacionada com a criação do Curso Normal.

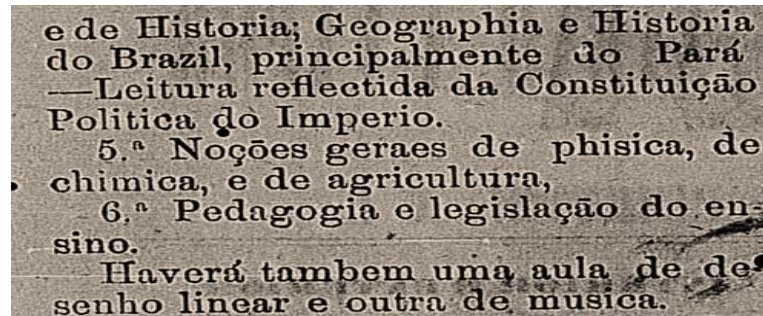
Conforme podemos observar, o programa de ensino desta instituição, apresentado a seguir (Fig. 5), não inclui a História Natural. Somente Física e a Química estão presentes na única cadeira que inclui as ciências, intitulada: *Noções gerais de Física, de Química, e de Agricultura*. As demais, disciplinas, do programa de ensino como se pode ver, são representadas pela matemática, gramática, *instrução moral e religiosa*, sobretudo, pelas disciplinas que se incluem no rol das chamadas genericamente de letras e humanidades.

Figura 5 – Recortes do Jornal do Pará (1871, p.1-2), contendo o Regulamento da Instrução Pública do Pará, que trata da Escola Normal mostrando as matérias que constituíam o currículo da Escola Normal em 1871.



²⁷ As escolas de nível superior iniciadas a partir do século XX foram: a Faculdade Livre de Direito do Pará, criada em 1902 (RODRIGUES, 2019); Escola de Farmácia, em 1904 (NASCIMENTO, 2017) e Escola Livre de Odontologia do Pará, em 1914 (LIMA, NASCIMENTO, ALVES, 2016).

²⁸ A Escola Normal foi criada por Lei em 13 de abril de 1871, como mostram Barros e Alves (2020, p.438), Mendes (2020, p.410), França et al (2020, p.131).



Fonte: Jornal do Pará (22 de abril de 1871).

A proposta de criação do Curso Normal em substituição à Escola Normal suscitou intensa polêmica na Assembleia Legislativa, como se pode ver pelo noticiário dos jornais, tais como: *O Liberal do Pará*, ligado ao Partido Liberal, que fazia oposição ao governo e o *Jornal do Pará*, vinculado ao Partido Conservador que apoiava o governo.²⁹ Por serem jornais representantes de partidos opostos é compreensível que tenham se envolvido em acentuadas polêmicas referentes a proposta de mudança nas escolas de formação de professores, como veremos a seguir.

Neste sentido, em 10 de dezembro de 1872, portanto, antes de ser sancionada a lei de criação do Curso Normal, o jornal *O Liberal do Pará* publicou uma matéria intitulada *A Assembleia Provincial* na qual criticava explicitamente o projeto que previa a substituição da Escola Normal pelo Curso Normal. Conforme o jornal:

O art. 4º do projeto absurdo que transforma a escola normal em curso normal mostra claramente a miopia dos signatários em matéria de instrução pública, e começa a descortinar o motivo porque semelhante projeto, que devia cobrir de vergonha a assembleia, há de passar a ser lei na província. (O LIBERAL DO PARÁ, 10 de dezembro de 1872, p. 1).

O jornal criticava ao autor do projeto de criação do Curso Normal, o deputado Marcello Lobato de Castro, que era formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.³⁰ Além de deputado, ele também atuava como professor, tendo sido aprovado em concurso para a cadeira *Física e Química*, no Liceu Paraense, em 1868³¹. Posteriormente, atuou como professor na cadeira *Física, Química e*

²⁹ Sobre as relações entre os principais jornais do Pará e a política local, ver Figueiredo (2005, p. 249).

³⁰ Para mais detalhes sobre formação de Lobato, ver *Diário do Rio de Janeiro* (18 de setembro de 1850, p. 3), *Correio Mercantil/RJ* (16 de março de 1856, p. 1); e sobre o cargo de deputado, ver *Almanach do Pará* (1871, p. 41).

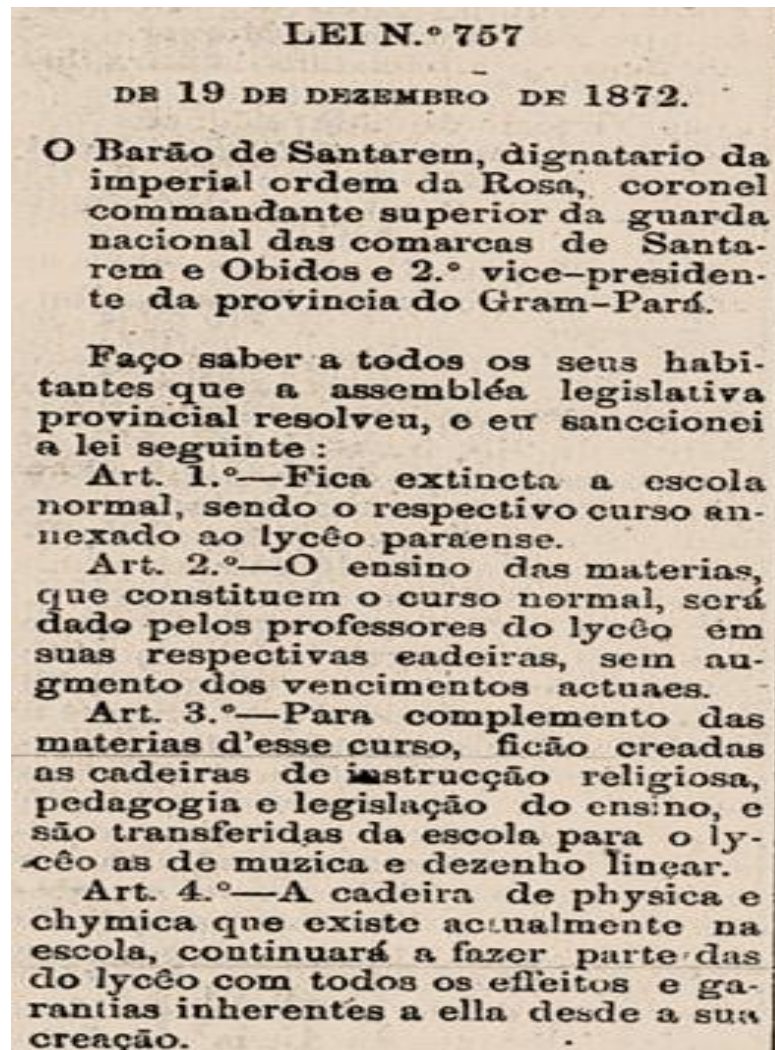
³¹ Conforme Barros e Alves (2014, p. 10), em 1868 houve o retorno das Ciências ao currículo do Liceu Paraense, por meio da cadeira 'Física e Química' e o professor da cadeira era o "Dr. Marcello Lobato de Castro". Ver também no jornal *Diário de Belém* (13 de março de 1869, p. 2).

Agricultura, na Escola Normal, criada em 1871³², instituição a qual ele almejava extinguir com seu projeto. O jornal o acusava de legislar em causa própria, porque caso o projeto fosse aprovado, ele seria cotado para assumir uma cadeira científica prevista para ser implantada no referido Curso Normal de que tratava o projeto. Segundo o jornal: “O sr. Lobato que não teve pejo de formular um artigo especial para si, que nele reconhece-se com direitos à vitaliciedade e à propriedade da cadeira que faz passar para o Liceu como parte integrante do curso” (O LIBERAL DO PARÁ, 10 de dezembro de 1872, p. 1).

Embora tenha sofrido críticas da oposição, o projeto de lei que previa a criação do Curso Normal anexo ao Liceu, o mesmo que extinguiu a Escola Normal, foi aprovado pelo governo. A Lei de 19 de dezembro de 1872, que estabeleceu essa mudança foi publicada no *Jornal da Pará* que era órgão oficial do governo da Província. (Fig. 6).

³² Em dezembro de 1871, o presidente da província Abel Graça reformulou o Liceu Paraense e transferiu a cadeira de tecnologia para o “collegio de educandos artífices” e “a cadeira de phisica e chimica” para a Escola Normal, a qual pelo regulamento deveria ter uma cadeira semelhante. (GRAÇA, 1872, p. 14)

Figura 6: Recorte da Lei que criou o Curso Normal e extinguiu a Escola Normal do Pará.



Fonte: Jornal do Pará, de 25 de dezembro de 1872.

A inserção da História Natural no programa de ensino do Curso Normal, pode-se ver pelo Regulamento de 21 de março de 1873, que estabeleceu as normas deste curso, publicado no *Jornal do Pará*, em 4 de abril deste ano, apresentado a seguir. Pode-se ver que ela fez parte da cadeira intitulada *Noções gerais de Física e Química, História Natural e Agricultura*. (Fig. 7)

Portanto, a inserção da História Natural no programa de ensino do Curso Normal é marcante no processo inicial de inserção desta disciplina no currículo do sistema escolar paraense, embora ela fosse apenas uma entre as diversas outras disciplinas do programa de ensino da escola, conforme se observa no Regulamento.

Figura 7: Regulamento do Curso Normal de 21 de março de 1873.



Fonte: Jornal do Pará, publicado em 4 de abril de 1873.

O Curso Normal foi excluído em 1874 e com isso a História Natural deixou de fazer parte do sistema de ensino do Pará. Para substituir o Curso Normal foi criada, neste mesmo ano, uma nova Escola Normal, na qual não houve a inclusão da referida disciplina.

Embora, conforme *O Liberal do Pará* de 24 de março de 1875, o presidente da província Pedro Vicente de Azevedo não tivesse incluído a disciplina História Natural do programa de ensino da Escola Normal, criada em 1874, assinalava a importância da disciplina como conhecimento científico, mas também, que os resultados da adoção anterior da cadeira não haviam sido positivos.

Não era que s. exc. desconhecesse a importância dos conhecimentos que se adquire cursando tais ciências, porque no século atual não há quem os ponha em dúvida; mas atuaram no espírito do honesto administrador os conselhos da economia e os resultados negativos obtidos durante perto de cinco anos que a cadeira aí esteve, sem prestar serviço algum à instrução! (O LIBERAL DO PARÁ, 24 de março de 1875)

A continuação da matéria aponta as possíveis razões pelas quais havia pouca procura das cadeiras científicas na instrução paraense, embora admitisse que ainda se estava longe do grau de civilização, onde haveria o interesse por matérias que eram voltadas apenas para “ilustrar o espírito”. Desse modo, justificava o fato de haver o abandono das matérias científicas, pois as pessoas estariam interessadas apenas nas matérias que os preparavam para entrar nas academias e para conseguir empregos públicos.

Ainda estamos muito longe do grau de civilização a que tem atingido outros povos, por isso não é para estranhar que o cultivo das letras e das ciências seja tão abandonado. Bem poucos, melhor seria dizer, raros são os que se dedicam ao estudo de certas matérias simplesmente para ilustrar o espírito, e conhecer a natureza de certos fenômenos e as leis que os regem. A mocidade entre nós limita-se à aprendizagem dos preparatórios, que lhes abrem entrada nas academias do Império, ou a habilita para empregos públicos. Fora disto não há estudos que a atraia, portanto pode ter o Liceu quantas cadeiras quiserem de física, química, história natural, mineralogia, agricultura, etc., os professores não terão discípulos. (O LIBERAL DO PARÁ, 24 de março de 1875)

No livro publicado, nesse mesmo ano, sobre a região em que se situa o Rio Tapajós, João Barbosa Rodrigues³³, naturalista que esteve na Amazônia, considerava que o estudo da História Natural era mais importante porque preparava os alunos para a lavoura, por esse motivo seria mais útil que a Física e a Química, que poderiam ser ensinadas somente nas faculdades.

O estudo da física e química, quisera antes vê-lo substituído pelo da História natural seguido então de noções práticas das duas primeiras ciências: porque qualquer que seja a carreira que tenha que seguir o aluno, o estudo da botânica, de mineralogia, geologia, etc., ser-lhe-á sempre mais útil do que o da física e química, que aprenderão nas faculdades. A maioria dos alunos, naturalmente seguirá a vida na lavoura e para esses aproveita mais a história natural do que a física. (RODRIGUES, 1875, p. 17-18)

O Liberal do Pará, de 24 de março de 1875, afirma que o restabelecimento de uma cadeira científica não poderia “deixar de merecer a aprovação da gente ilustrada”,

³³ Em sua carreira científica, João Barbosa Rodrigues envolveu-se com diversos temas, tais como, indigenismo, etnografia e arqueologia, mas se tornou conhecido mundialmente por suas pesquisas na história natural, sobretudo, na área da botânica. Para mais detalhes, ver Sá (2001).

mas que no “animo dos legisladores” deveria pesar o estado financeiro em que se encontrava a Província, sendo, “sem dúvida”, conveniente “ser adiado para tempos mais prósperos o restabelecimento de uma cadeira, que pode muito bem ser dispensada no programa do ensino dos candidatos ao magistério primário”. (O LIBERAL DO PARÁ, 24 de março de 1875).

Pode-se constatar que a História Natural era considerada importante nesses discursos e um conhecimento associado ao progresso da civilização. Contudo, considerava-se, também, que o aprendizado dessa ciência não era alvo de interesses da cultura local. Haveria falta de alunos interessados em cursá-la, pois teriam preferência pelas disciplinas que criavam condições para que conseguissem empregos e para que conseguissem ingressar nas escolas onde poderiam prosseguir os estudos. A essas afirmações somava-se a proposta de que os gastos para que fosse mantida não se justificavam.

O projeto que propunha mudanças na Escola Normal foi apresentado à Assembleia Legislativa, mas não foi aprovado e a História Natural não retornou ao currículo desta instituição, nem qualquer outra ciência. Somente com as reformas de 1890, portanto, no início da República, proclamada no ano anterior, há o retorno das ciências, com novas configurações. Isso, entretanto se situa em período posterior ao que circunscreve a presente análise.

Considerações finais

Conforme pudemos observar, a inserção da História Natural no Curso Normal não foi um acontecimento isolado, ela ocorreu em um contexto cultural em que circulavam ideias e práticas conectadas com o campo da História Natural, tais como, a circulação de naturalistas pela região, que vinha ocorrendo desde períodos anteriores, tendo se intensificado nesse momento e o surgimento de um Museu, no Pará, destinado, sobretudo, às pesquisas de História Natural, além de haver, ainda, na sociedade local, pessoas ilustradas que eram envolvidas com estudos deste campo de conhecimento.

Observamos, ainda, que mesmo havendo representações favoráveis à inserção da História Natural no currículo do sistema escolar paraense, embora este propósito tenha se concretizado, não logrou continuidade. Motivos como, falta de procura por parte dos alunos e a necessidade de disponibilizar recursos econômicos

para mantê-la, eram alegados pelos envolvidos com esse processo, estampados pelos jornais.

Após a História Natural ser retirada do currículo do Curso Normal com sua exclusão em 1874, não houve nenhum registro quanto a sua inserção até 1890. Neste momento várias ciências como a Zoologia, Botânica, Geologia e Mineralogia foram inseridas no currículo do sistema escolar paraense, ciências que costumavam ser admitidas como ramos da História Natural. Resta saber, se essa inserção era considerada um retorno deste campo do conhecimento ao currículo do sistema escolar mais amplo, acontecimentos que por extrapolarem o período que demarca a presente análise, serão alvo de artigo posterior.

Referências Bibliográficas

ALBUQUERQUE, Antônio Coelho Sá e. **Relatório** que o Exm^o sr. Dr. Antonio Coelho de Sá e Albuquerque, presidente da Província do Pará, apresentou ao Exm^o sr. vice-presidente, Dr. Fábio Alexandrino de Carvalho Reis ao passar-lhe a administração da mesma Província em 12 de maio de 1860. Pará: Tipografia comercial de A.J. Rabelo Guimarães, 1860. Disponível em:< <http://obrasraras.fcp.pa.gov.br/relatorio-que-o-exm-sr-dr-antonio-coelho-de-sa-e-albuquerque-presidente-da-provincia-do-para-apresentou-ao-exm-sr-vice-presidente-dr-fabio-alexandrino-de-carvalho-reis-ao-passar-lhe-a-administra/>>. Acesso em: 08 de janeiro de 2023.

ALVES, Jerônimo. **Tempo, Espaço e Modernidade na Belle-Époque Amazônica**. In.: CARUSO. Francisco. **Diálogos Sobre o Tempo**. São Paulo, Maluhy & Co, 2010.

ALMANACH DO PARÁ. **Administrativo, Mercantil, Industrial e Noticioso da Província do Pará** para o ano de 1871. Ano 3. Disponível em:< http://memoria.bn.br/pdf/705985/per705985_1871_00001.pdf>. Acesso em: 08 de janeiro de 2023.

BARROS, Jônatas B.; ALVES, J. Jerônimo. **As ciências na Escola Normal do Pará: características e condições de inserção (1867-1890)**. In.: MENDES, Iran A.; STAMATTO, Maria I. S. (Orgs.). **Escolas Normais do Brasil: espaços de transformação docente e produção de saberes profissionais**. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2020.

CAMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. **Centro de Memória. Uma transformação histórica. Obras de arte.** Disponível em: <https://www.saopaulo.sp.leg.br/memoria/especial/pedro-vicente-de-azevedo/>. Acesso em: 05 de maio de 2022.

CORREIO MERCANTIL. Rio de Janeiro, ed. 75, domingo, 16 de março de 1856.

CRISPINO, Luis C. B.; BASTOS, Vera B.; TOLEDO, Peter M. (Orgs.). **As origens do Museu Paraense Emílio Goeldi: aspectos históricos e iconográficos (1860-1921)**. Belém: Paka-Tatu, 2006.

CUNHA, Osvaldo Rodrigues da. **Talento e atitude: Estudos Biográficos do Museu Emilio Goeldi, I**. Belém: Museu Paraense Emilio Goeldi, 1989.

DAOU, A. M. **A belle époque amazônica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

DIÁRIO DE BELÉM, edição n. 57, sábado 13 de março de 1869.

DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO. Ed. 8551 de 18 de setembro de 1850.

DIAS, E. M. **A ilusão do Fausto – Manaus 1890-1920**. 2ª edição, Manaus: Editora Valer, 2007.

DUARTE, Dércio Pena. **Bases para o espírito: Ferreira Penna, Ciência e Educação na Província do Grão-Pará (1866-1891)**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Educação Matemática e Científica, 2010.

FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. **Páginas antigas: uma introdução à leitura dos jornais paraenses, 1822-1922**. *Margens*, [S.l.], v. 2, n. 3, p. 245-266, may 2016. ISSN 1982-5374. Available at: <<https://periodicos.ufpa.br/index.php/revistamargens/article/view/3040/3075>>. Date accessed: 12 aug. 2021. doi:<http://dx.doi.org/10.18542/rmi.v2i3.3040>.

FIGUEIREDO, José Bento da Cunha. **Relatório com que o excelentíssimo senhor presidente da província José Bento da Cunha Figueiredo, entregou a administração da província do Grão-Pará ao excelentíssimo senhor 2º vice-presidente, coronel Miguel Antônio Pinto Guimarães**. Em 16 de maio de 1869. Pará, Tipografia do Diário do Grão-Pará, 1869. Disponível em: <http://177.74.60.161/acervodigital_obrasraras/file/relatorios/relatorioapresentadoporjosebentodacunhafigueiredo16maio1869/2/>. Acesso em: 23 de setembro de 2022.

FREITAS, Joaquim Pedro Correia de. **Ligeiro esboço histórico da história natural**. In.: JORNAL DO PARÁ, ed. 286, de 23 de dezembro de 1871.

FRANÇA, Maria do P.S.G.S.A; Santos, Darlene S. M; LOPES, Mário A. S. **A Escola Normal do Estado do Pará (1890-1912): saberes e práticas educativas**. In.: MENDES, Iran A.; STAMATTO, Maria I. S. (Orgs.). **Escolas Normais do Brasil: espaços de transformação docente e produção de saberes profissionais**. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2020.

HALL, Stuart. **A Centralidade da Cultura**: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. *Revista Educação & Realidade*. 22(2): 15-46, jul./dez., 1997

HALL, Stuart. **Cultura e Representação**. (Tradução de Daniel Miranda e William Oliveira). – Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; Apicuri, 2016.

JORNAL DO PARÁ, Edição nº 88, Belém, sábado, 22 de abril de 1871.

JORNAL DO PARÁ, Edição n. 226, Belém, quarta-feira, 11 de outubro de 1871.

JORNAL DO PARÁ, Edição n. 292, Belém, quarta-feira, 25 de dezembro de 1872.

JORNAL DO PARÁ, Edição nº 76, Belém, sexta-feira 04 de abril de 1873.

LIMA; Marcelino Carmo de.; ALVES, José Jerônimo de Alencar. **A inserção da Botânica na Instrução Pública do Pará: Liceu Paraense (1851-1873)**. *Revista Cocar*. v.17, n. 35, 2022. Disponível em: <
<https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/6086>>. Acesso em: 08 de julho de 2022.

LIMA; Marcelino C.; NASCIMENTO, Sulenir C; ALVES, Jerônimo. **Disputas pelo monopólio da prática odontológica e a criação da Escola Livre de Odontologia do Pará (1911-1914)**. *Amazônia: Revista de Educação em Ciências e Matemáticas*, vol. 13, nº 25, 2016. Disponível em:
<https://periodicos.ufpa.br/index.php/revistaamazonia/article/view/3749>. Acesso em: 03 de agosto de 2022.

MACHADO, Diego. ALVES, Jerônimo. **A “atraente escola de intuição”: o Jardim Zoológico e o Horto Botânico do Museu Paraense de História Natural e Etnografia (1897-1900)**. In. LOPES, M. M.; HEIZER, A., (Orgs). *Colecionismos, práticas de campo e representações* [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2011. 280 p. Ciência & Sociedade collection. ISBN 978-85-7879-079-0. Disponível em: <
<https://books.scielo.org/id/rk6rq/pdf/lopes-9788578791179-18.pdf>>. Acesso em: 18 de agosto de 2022.

MACHADO, Diego R. S. **A Lição de Coisas: o Museu Paraense e o Ensino da História Natural (1889-1900)**. Dissertação de Mestrado, Instituto de Educação Matemática e Científica, Universidade Federal do Pará, 2010.

MENDES, Iran Abreu. **Saberes profissionais relativos às matemáticas em programas de ensino da Escola Normal do Pará (1871-1918)**. In.: MENDES, Iran A.; STAMATTO, Maria I. S. (Orgs.). **Escolas Normais do Brasil: espaços de transformação docente e produção de saberes profissionais**. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2020

NASCIMENTO, Sulenir C. S. **A introdução da Escola Superior do Pará: “Escola de Pharmácia do Pará” e ensino científico (1897-1914)**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Educação Matemática e Científica, Programa de PósGraduação em Educação em Ciências e Matemáticas, Belém, 2017. Disponível em:

http://repositorio.ufpa.br/jspui/bitstream/2011/13232/1/IntroducaoEscolaSuperior_Disertacao.pdf. Acesso em: 12 dez. 2022.

O LIBERAL DO PARÁ, Belém do Pará, edição n. 278, ano IV, terça-feira, 10 de dezembro de 1872.

O LIBERAL DO PARÁ, Belém do Pará, edição n. 27, Belém, sexta-feira 5 fevereiro de 1875.

O LIBERAL DO PARÁ, Belém do Pará, edição n. 66, quarta-feira 24 de março de 1875.

RODRIGUES, João Barbosa. **Exploração e estudo do valle do Amazonas: Rio Tapajós**. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1875.

RODRIGUES, Vitor Russo Fróis. **Jurista eloquente e jurista cientista: identificação de perfis intelectuais na cultura jurídica paraense da segunda metade do século XX**. In.: VILLAS BOAS, Regina V.; SIMÕES, Sandro A. S. **História do direito** [Recurso eletrônico on-line] organização CONPEDI/CESUPA. Coordenadores: Regina Vera Villas Boas; Sandro Alex De Souza Simões – Florianópolis: CONPEDI, 2019. ISBN: 978-85-5505-862-2. Disponível em: <<http://site.conpedi.org.br/publicacoes/048p2018/02u3v55i>>. Acesso em: 11 de janeiro de 2023.

SÁ, Magali Romero. **O botânico e o mecenas: João Barbosa Rodrigues e a ciência no Brasil na segunda metade do século XIX**. *História, Ciência, Saúde – Manguinhos*. Vol. VIII, (suplemento), 998-924, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/RdQnjqkydQgyHbkKKMbcG7H/?lang=pt>. Acesso em: 08 de janeiro de 2023.

SANJAD, Nelson R. **A Coruja de Minerva: o Museu Paraense entre o Império e a República, 186-1907**. Tese (Doutorado em História das Ciências da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz, Fiocruz. Rio de Janeiro, 2005.

SANTOS, Maria C. F. **A disciplina História Natural no Instituto de Educação do Rio de Janeiro nos anos 1930: considerações sobre metodologias de ensino e objetos escolares**. Anais Eletrônicos do IX Congresso Brasileiro de História da Educação João Pessoa – Universidade Federal da Paraíba – 15 a 18 de agosto de 2017. (ISSN 2236-1855). Disponível em: <<https://sbhe.org.br/uploads/proceeding/408/1e9930cec6ac3475d75b01353df92f03.pdf>>. Acesso em: 29 de novembro de 2022.

SARGES, Maria de Nazaré. **Belém: riquezas produzindo a Belle Époque (1870-1912)**. 2ª ed. – Belém: Paka-Tatu, 2004.

MOREIRA, Antônio F.; SILVA, Tomaz T (Orgs.). **Currículo, Cultura e Sociedade**. 12ª edição - São Paulo: Cortez, 2011.

SILVA, Tomaz T. **Apresentação**. In.: GOODSON, Ivor F. **Currículo: Teoria e História**. (Tradução Atílio Brunetta; Hamilton Francischetti) – 15ª edição atualizada e ampliada – Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.

PARÁ. **Portaria de 9 de junho de 1874. Suprime a cadeira vaga de química e física do Liceu Paraense e bem assim a de instrução religiosa do curso normal do mesmo Liceu, extinto pelo regulamento desta data**. In.: Coleção das Leis da Província do Grão-Pará. Tomo XXXVI, Parte 1. Belém: Tipografia do Diário do Grão-Pará, 1874.

CAPÍTULO/ARTIGO 3

A HISTÓRIA NATURAL NA INSTRUÇÃO PÚBLICA NO PARÁ NO ALVORECER DA PRIMEIRA REPÚBLICA (1889-1891)

Resumo

O presente artigo tem como objetivo analisar as mudanças ocorridas no sistema escolar do Pará no início da República, proclamada em 1889, no que se refere a presença das disciplinas representadas pela História Natural e ciências afins na relação com o contexto cultural da época. Para isso, consideramos que a inserção das ciências nas escolas é um processo social associado às formações discursivas conformadas pela cultura. Como pudemos notar, nesse momento a História Natural estava ausente no sistema escolar em 1890. Entretanto, a partir desse momento, dele passaram a fazer parte dele. Foram inseridas tanto no currículo do Liceu Paraense quanto no da Escola Normal, as duas escolas que eram representantes do nível secundário de ensino, que era o mais elevado existente no Pará. Convém assinalar, que esse acontecimento se concretizou em uma cultura que vinha sendo acentuadamente penetrada pela História Natural: nas atividades dos naturalistas, nos discursos dos governantes e intelectuais e na consolidação de um museu representante da História Natural, como uma das instituições de maior destaque no contexto cultural local.

Palavras-chave: História Natural, instrução pública, República, Pará.

Abstract

This article aims to analyze the changes that occurred in the Pará school system at the beginning of the Republic, with regard to the presence of Natural History and related sciences and the relationship with the cultural context of the time. For this, we consider that the insertion of science in schools is a social process associated with discursive formations shaped by culture. We found that the reforms proposed for public education in Pará, in 1890, were carried out and physical and natural sciences became part of both the curriculum of the Liceu Paraense and the Normal School. These reforms allowed for the insertion, in both schools, of disciplines from the field of Natural History, in addition to reorganizing the Museu Paraense, the most important institution for this field of knowledge, at the time, which gathered in its surroundings, members of the elite political and intellectual paraense.

Key words: Natural History, Public Instruction, Republic, Pará.

Introdução

A presença das disciplinas do campo da História Natural no período inicial da Primeira República no Estado do Pará foi registrada 1890. Elas foram inseridas nos currículos da Escola Normal do Pará e do Liceu Paraense, que representavam o ensino segundo o nível de escolaridade mais elevado que havia no referido Estado (BARROS; ALVES, 2020; MENDES, 2020; FRANÇA, LOPES, SANTOS, 2020).

A História Natural nos currículos escolares tem sido objeto de análises historiográficas nos últimos anos. Barboza e Meloni (2018), em artigo intitulado *A disciplina de História Natural no século XIX: um estudo dos objetos de ensino*, analisaram os inventários da antiga Escola Normal de São Paulo (atualmente Escola Caetano de Campos) do final do século XIX, que incluiu o período da República. Eles confrontaram os inventários com o atual acervo de objetos de História Natural, desta escola, com o intuito de entender as características da cultura material referente a esta disciplina e contribuir com as discussões sobre a preservação do patrimônio científico educativo.

Em artigo intitulado *Ensino da História Natural e Biologia: reformas educacionais e programas da escola secundária (1920-1951)*, Santos (2021) analisou as mudanças relativas às disciplinas História Natural e Biologia no Colégio Pedro II no período indicado no título. Nesta análise, a autora ressalta os diversos momentos em que estas disciplinas foram inseridas e as principais mudanças, com destaque para a inclusão da Biologia logo após o início da República como uma das ciências de destaque pela filosofia positivista, mas que teve momentos de instabilidades. Entretanto, essas mudanças resultaram na permanência de conteúdos ligados as ciências biológicas, como botânica e zoologia, em detrimento de conteúdos mineralógicos e geológicos.

Machado e Alves (2011), em trabalho intitulado *A “atraente escola de intuição”: o Jardim Zoológico e o Horto Botânico do Museu Paraense de História Natural e Etnografia (1897-1900)*, tiveram como objetivo analisar o projeto de ensino da História Natural promovido pelo Museu Paraense de História Natural e Etnografia no Pará, durante o final do século XIX. Trata-se do ensino pelo método intuitivo, também conhecido por “lição de coisas”, pelo qual a aprendizagem seria realizada pelo contato direto com as coisas, no caso presente, as observadas no Parque Zoológico e Jardim Botânico de exposições do Museu.

Embora, nesse período inicial da República, a História Natural nas escolas desse Estado, ainda não tenha sido alvo de pesquisas historiográficas específicas, a presença desta disciplina no currículo das escolas tem sido assinalada por alguns autores.

No artigo intitulado *A inserção da Botânica na Instrução Pública do Pará: Liceu Paraense (1851-1873)*, Lima e Alves (2022) analisaram o processo de inserção inicial da disciplina História Natural no currículo do sistema escolar paraense. Trata-se de uma análise centrada na Botânica – uma das ciências constituintes da História Natural – porque foi por ela que este campo do conhecimento foi adotado no Liceu Paraense iniciando sua trajetória no sistema escolar. Esse acontecimento está associado a um conjunto de mudanças, pelo qual o processo de modernização passou a avançar modificando o sistema escolar, que continuava, em grande parte permeado pela tradição aristotélica cristã. A relação entre os fatos históricos e a cultura em que ocorrem é considerada, pelos autores.

Por considerarmos os ditos sobre a dimensão cultural, assinalada por Hall (2016), úteis às análises que realizaremos no decorrer do presente texto, convém acrescentar as referências que este faz a esse respeito. Ao ser referir a palavra a cultura, Hall (2016, p. 19) assinala que:

Nos últimos anos, porém, em um contexto mais próximo das ciências sociais, a palavra cultura passou a ser utilizada para se referir a tudo que seja característico sobre o modo de vida de um povo, de uma comunidade, de uma nação ou de um grupo social o que veio a ser conhecido como dimensão antropológica. Por outro lado, também passou a ser utilizada para descrever os valores compartilhados de um grupo ou de uma sociedade – o que de certo modo se assemelha a dimensão antropológica, mas com uma ênfase sociológica maior.

Considerando que o processo de inserção das ciências nas escolas é um processo social associado às formações discursivas conformadas pela cultura, para compreendê-lo, é importante destacar a relação com a cultura em que se inserem, pois como afirma Tomaz Tadeu da Silva: “A partir dos Estudo Culturais, podemos ver o conhecimento e o currículo como campos culturais, campos sujeitos à disputa e à interpretação, nos quais os diferentes grupos tentam estabelecer sua hegemonia.” Esta perspectiva aponta para uma concepção do currículo que busca enfatizar o papel da linguagem e do discurso nesse processo de construção. “Uma análise cultural não deixaria de destacar as estreitas conexões entre a natureza construída do currículo e a produção de identidades culturais e sociais” (SILVA, 2003, p. 135).

O objetivo do presente artigo é analisar as mudanças ocorridas no contexto escolar paraense no período inicial da República, referente à presença da disciplina História Natural e ciências afins e a relação com o contexto cultural em que ela foi

inserida. Para isso indagaremos sobre as seguintes questões: quais as condições de inserção da História Natural e ciências afins no contexto da cultura local? Em quais escolas e de que modo elas foram inseridas? Quais eram as disciplinas?

Para responder a essas questões, iniciaremos a presente análise indagando sobre o contexto de inserção da História Natural na Primeira República, a partir de 1889 e, em seguida, abordaremos a História Natural no currículo da Escola Normal e no do Liceu Paraense, nesse período inicial da Primeira República, quando ocorreram várias modificações no sistema escolar, que culminaram na adoção de uma disciplina com essa denominação em 1891, quando finalizaremos a análise.

1. Condições de inserção da História Natural no contexto da Primeira República no Pará

A seguir analisaremos como a História Natural foi representada no contexto cultural da fase inicial da República, a partir das seguintes questões: Teria esse campo do conhecimento circulado nos discursos da época? Que significados lhes foram atribuídos, nas propostas institucionalização, sobretudo, escolar? Quais os agentes sociais lhes deram suporte?

A Primeira República foi proclamada em 1889, a partir da qual ocorreram várias modificações no currículo do sistema escolar. Conforme Dourado e Damasceno (2022, p. 92) nesse momento foi reorganizada a instrução pública paraense “a fim de adequar a população ao novo regime e formar cidadãos republicanos”.

A consolidação do Museu Paraense, representando o mais importante lugar da História Natural é um atestado significativo do empenho das elites intelectuais e políticas locais em favor desse campo do conhecimento. Conforme Sanjad (2010, p. 151), o decreto de 1890³⁴, que criou a Direção Superior Geral de Instrução Pública, responsável por fiscalizar e superintender os estabelecimentos de instrução pública, incluiu o Museu Paraense, que, assim, além de se consolidar como a principal instituição de História Natural da Província do Pará, era classificado, como instituição dedicada a educação popular.

Antes continuarmos a focalizar o Museu Paraense, na fase inicial da República, quando se consolidou, convém assinalar que esta instituição foi criada anteriormente.

³⁴ Decreto nº 149 de 7 de maio de 1890, que reformou a instrução pública no Pará.

Domingos Soares Ferreira Penna, Secretário da Presidência da Província do Pará, o principal articulador desse projeto, em 1866, reuniu-se com outros componentes das elites locais com o intuito de criar um “museu de História natural e artefatos indígenas”, que devia também incluir a instrução popular, entre suas atividades, promovendo “lições de história natural, mas também de história e geografia entre outros conhecimentos, conforme assinalam Crispino, Bastos e Toledo (2006, p. 45).

Apesar do empenho de Ferreira Penna na criação e funcionamento do Museu Paraense, esta instituição só encontrou condições mais favoráveis para se consolidar, a partir da proclamação da República. Nesse momento, José Veríssimo Dias de Matos foi nomeado para a Direção Superior Geral de Instrução Pública, que assim, passou a ser dirigida por um dos mais destacados intelectuais da época no campo das ciências e da educação.

Veríssimo nasceu em Óbidos, no Pará e, posteriormente, mudou-se para o Rio de Janeiro, onde realizou estudos na Escola Central, cuja prioridade era o ensino das ciências. Depois retornou ao Pará e dedicou-se a atividades profissionais que lhe deram reconhecimento como um intelectual voltado para escritos sobre literatura, educação e ciência. Embora tenha se destacado mais na crítica literária, também publicou textos pedagógicos como o livro *A Educação Nacional*, um dos mais importantes da época (ALVES; BARROS, 2022, p. 150). Nas declarações de Vilhena Alves (1896, p. 1), um de seus contemporâneos, há o relato de que Veríssimo era “incontestavelmente um dos mais robustos talentos” da sua geração. “Não somente ótimo literato, mas também, homem de ciência, e em geral, profundo em todas as matérias em que emprega sua potente mentalidade”.

Em discurso pronunciado no ano de 1891, na ocasião da inauguração do Museu restaurado, o então Diretor de Instrução Pública, Veríssimo (1891, p. 6-7), refere-se a este estabelecimento não somente como uma instituição “que recolha, guarde, conserve e exponha à atenção e ao estudo dos naturais e dos forasteiros as incalculáveis riquezas que em os três reinos da natureza ela possui”, mas também “como um elemento de instrução popular”, considerando-o “uma eloquente, instrutiva e interessante, para falar a linguagem pedagógica, lição de coisas”. Veríssimo (1891, p.6-7) acreditava que não bastava produzir borracha, era preciso investir em instituições que privilegiassem a educação e a ciência, como o Museu, que “instalado, arranjado, cumpre organizá-lo com sistema, com método, com ciência, sem o que, por

mais belo que seja à vista, fica inútil para a inteligência”. E conclui afirmando: “Hoje, reabre-se uma boa escola”.

Lauro Sodré, assumiu o governo em 1891, ocasião em que atividades do Museu voltadas para a História Natural foram ainda mais incentivadas. Neste momento as portas do Museu foram reabertas à população, com o propósito de despertar o interesse por esse campo do conhecimento. Conforme os registros, nesse ano, de 1891, em 13 de maio, quando foi reaberto para visitaçã, até junho, foi frequentado por mais de 1500 visitantes, a seguir, só em dezembro este número chegou a 1850, assinala Crispino, Bastos e Toledo (2006, p.138-139).

Como vimos, as mudanças referentes a instrução pública, reorganizaram o Museu Paraense³⁵, acentuando sua representação como uma importante instituição por se dedicar, sobretudo, ao campo da História Natural. Este lugar de destaque do Museu na cultura local contou com a atuação de políticos que eram, ao mesmo tempo, intelectuais, como: José Veríssimo e Lauro Sodré. Embora, se trate de uma instituição que incluía propostas de ensino, trata-se de um Museu e não de escolas formais. Resta indagar sobre as implicações das reformas de ensino republicanas nessas escolas, sobretudo, no que se refere a História Natural.

2. A História Natural na Escola Normal do Pará nos primeiros anos da República

As disciplinas do campo da História Natural foram acrescentadas no currículo da Escola Normal, a partir de uma reforma geral no sistema escolar paraense ocorrido no início da Primeira República. Mas antes, é preciso retomar os antecedentes de criação da Escola Normal. Ela foi criada em 1871 como uma instituição destinada à formação de professores primários. Antes de 1890 não houve registro da História Natural no currículo da Escola Normal. No entanto, com o início da República, em fevereiro de 1890, houve uma reformulação geral na instrução pública, havendo inclusive a criação de duas escolas normais, uma para o sexo masculino e outra para o feminino, cujo currículo era o mesmo para ambas³⁶.

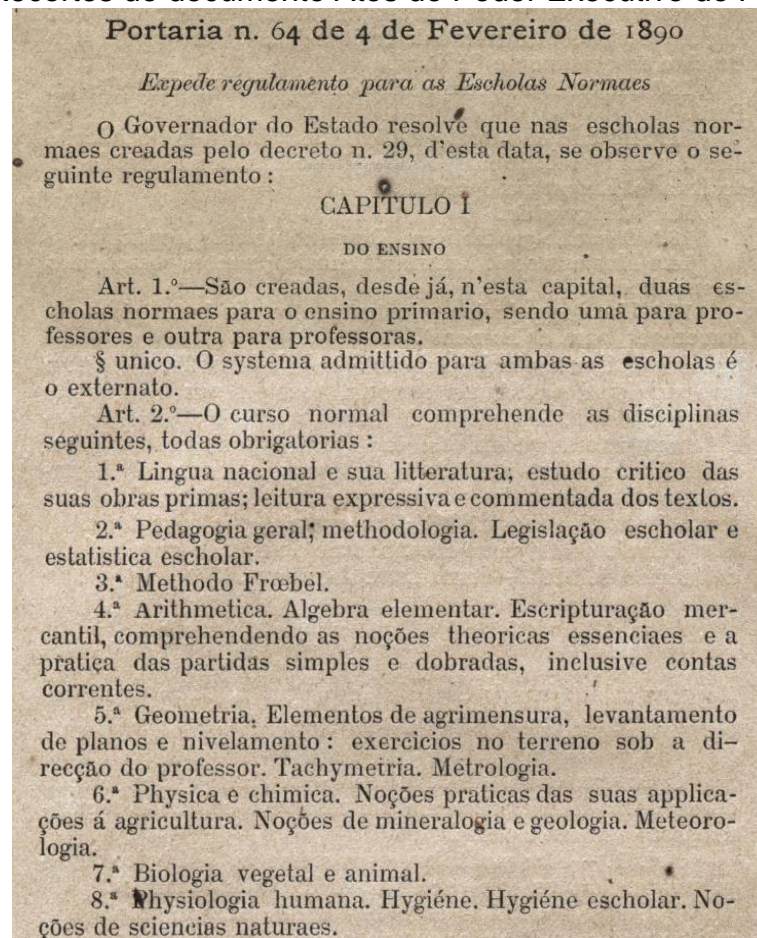
³⁵ Decreto nº 187 de 2 de setembro de 1890.

³⁶ Em 4 de fevereiro de 1890 houve a publicação da Portaria 64, que expediu regulamento para as duas escolas normais, uma para professores e outra para professoras, as quais foram criadas pelo decreto 29 desta mesma data.

2.1 A representação da História Natural na criação das escolas normais para professores e professoras

O documento Atos do Poder Executivo do Pará (1890, p. 9-10), mostra a portaria e as disciplinas que constituíam o curso das Escolas normais, criadas em 1890. Neste documento, podemos notar a presença da disciplina *Noções de Mineralogia e Geologia*, que integra a cadeira de *Física e Química; Noções práticas das suas aplicações à agricultura; Noções de mineralogia e geologia; Meteorologia*.

Figura 8: Recortes do documento Atos do Poder Executivo do Pará de 1890.



Fonte: Atos do Poder Executivo do Pará (1890).

Conforme podemos observar, na figura anterior, que mostra currículo das escolas normais, não há a presença de uma cadeira nem disciplina denominada História Natural, mas vão ser acrescentadas novas cadeiras com disciplinas como *Noções de Mineralogia e Geologia, Noções de ciências naturais, Biologia vegetal e animal*, entre outras.

É importante assinalar que essa configuração das escolas normais foi criticada por José Veríssimo, que enquanto diretor-geral da Instrução Pública, propôs uma reforma apresentando três mudanças que considerava importantes a serem implementadas: a primeira refere-se à união das escolas normais existentes em uma só instituição, a segunda diz respeito à modificação no plano de estudos e a terceira à redução das atividades escolares a uma única sessão diária. (VERÍSSIMO, 1890, p. 122).

Verissimo também criticou a distribuição das ciências físicas e naturais, que tomam no regulamento da Escola Normal três cadeiras e sugeriu que estas poderiam ser reduzidas a duas: *Física, Química e História Natural (botânica, zoologia, mineralogia e geologia)* e *Anatomia e Fisiologia Humana, Biologia geral, Higiene e Higiene escolar*. Na descrição das cadeiras apresentadas por Veríssimo, é possível identificar quais os saberes que ele assinala como sendo os constituintes da História Natural, ou seja, botânica, zoologia, mineralogia e geologia.

As ciências físicas e naturais tomam no Regulamento três cadeiras, que seriam, sem inconveniente, reduzidas, quando muito a duas, quer permaneçam as duas escolas, quer sejam incorporadas em uma. Essas duas cadeiras seriam: a) *Física, Química e História Natural* (botânica, zoologia e mineralogia e geologia); b) *Anatomia e Fisiologia Humana, Biologia geral, Higiene e Higiene escolar*. (VERÍSSIMO, 1890, p. 121).

No entanto, mais adiante no mesmo documento, ao falar sobre não haver lógica na disposição das matérias no regulamento, Veríssimo se refere as ciências naturais, afirmando que, assim como “para o estudo da Fisiologia exige o da Anatomia”, que não constava no programa, o estudo da “Biologia animal e vegetal, requer o das ciências naturais, Botânica e Zoologia”.

Mas o que representam essas disciplinas? Será que elas tratam dos mesmos conhecimentos? Qual a relação entre elas, principalmente, entre Biologia e História Natural?

2.2 A História Natural e a Biologia

Para responder a essas questões, buscamos discursos da época que tratam desses conhecimentos no intuito de sabermos como estas nomenclaturas aparecem, como eram representadas, como elas são definidas. Para isso, recorreremos a alguns escritos da época, tanto sobre História Natural como sobre Biologia.

Em 1888, João Saraiva, que fundou e dirigiu, em Belém, o Colégio Franco Brasileiro³⁷, no qual também atuou como professor de português e história, escreveu um artigo no qual menciona a História Natural. Em artigo intitulado *Instrução popular: educação moderna*, publicado no periódico *Jornal das Novidades*, Saraiva (1888, p. 3) afirma que a História Natural correspondia às ciências de classificação. Ele chama atenção para os princípios da educação moderna, que, “sendo correntes no mundo científico” deveriam reformar radicalmente a “arqueológica instrução da província”. Dentre estes princípios “aparecem as ciências experimentais, física, química e as ciências de classificação ou história natural, compreendendo a mineralogia, a botânica e a zoologia” (SARAIVA, 1888, p. 3).

O botânico francês Paul Vuillemin³⁸ (1891), em um artigo intitulado *A vida e a Planta*, publicado na seção de Biologia Vegetal do periódico fluminense *Jornal do Agricultor*, em 1891, escreveu sobre Biologia e História Natural. Ao se referir à noção de vida, objeto de estudo da Biologia, o autor expressa a dificuldade de uma definição de vida e estabelece diferenças entre o objeto de estudo da Biologia e o método da História Natural. Paul Vuillemin (1891, p. 89) explica que:

A noção de vida é mais clara no espírito de qualquer ser pensante do que seria sua definição. A essência da vida escapa-nos, mas podemos analisar as condições, as manifestações, a modalidade. O método da história natural é inteiramente objetivo: registra os fatos, provoca a aparição em determinadas circunstancias, constata a ligação, determina a causa próxima.

Vuillemin afirmava que o papel do naturalista seria estudar “as condições materiais da vida” e que “todas as qualidades que escapam a este método”, o da História Natural, “chamam-se *propriedades vitais*”, mas que em história natural, a vida, “não passa de uma palavra que quer dizer ignorância, e quando qualificamos de vital um fenômeno qualquer, equivale a dizer que é um fenômeno cuja causa próxima ou condições ignoramos”.

Segundo Vuillemin (1891, p. 89-92) “o fim da ciência biológica é restringir os limites desse ignoto que se chama a vida e dilatar à sua custa o domínio dos fatos positivos que dimanam do método da história natural”.

³⁷ João Saraiva da Cruz e Costa, fundou e dirigiu o Colégio Franco Brasileiro, do qual também era lente de História e Português. (DIÁRIO DE BELÉM, ed. 292, de sexta-feira 29 de dezembro de 1882, p. 4).

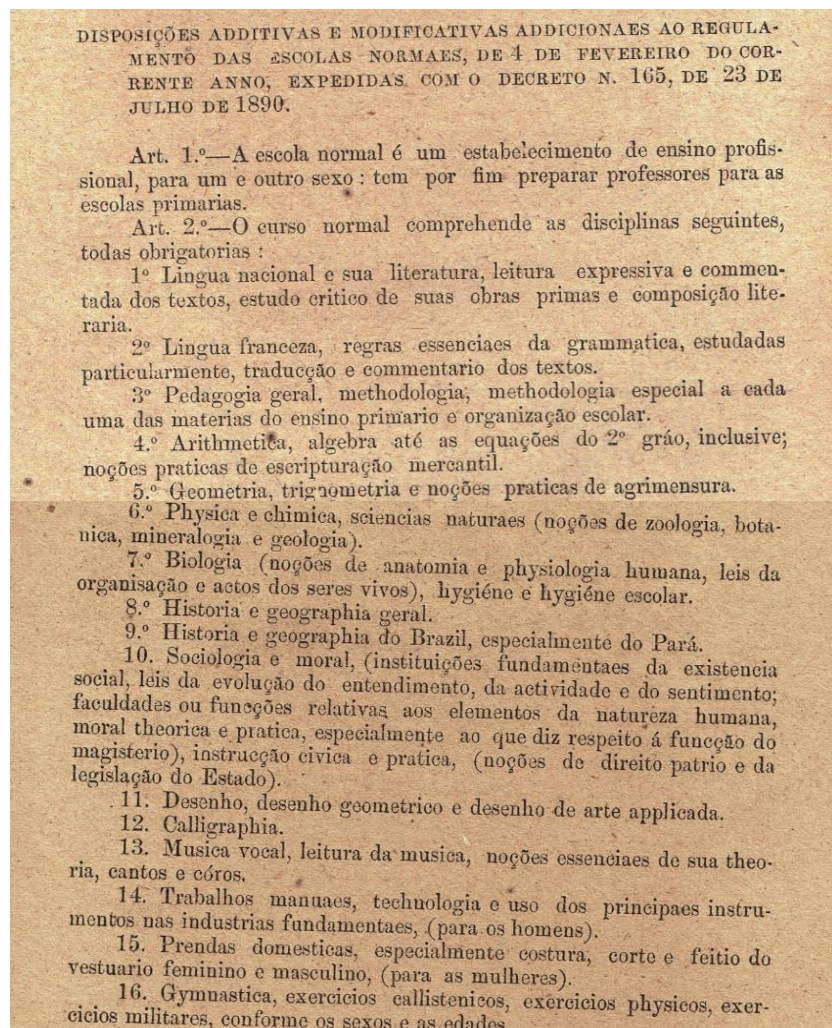
³⁸ Paul Vuillemin (1861-1932) era formado em medicina e ciências naturais pela Faculdade de Ciências de Paris, França, e foi professor do laboratório de História Natural Médica e Parasitologia da Faculdade de Medicina de Nancy, Meurthe-et-Moselle. (PAUL..., 2023)

As descrições citadas anteriormente são um atestado do que representavam, na época por alguns autores, os objetos de conhecimento referente à História Natural e à Biologia, assim como suas delimitações.

2.3 A reunificação das escolas normais e a representação da História Natural no currículo

Em julho de 1890³⁹, as proposições de mudanças apresentadas por Veríssimo foram implementadas e as matérias são apresentadas na figura a seguir, no qual podemos notar a presença da cadeira intitulada *Física, Química e Ciências Naturais* (noções de zoologia, botânica, geologia e mineralogia).

Figura 9 – Recortes das disposições aditivas e modificativas adicionais ao regulamento das Escolas Normais de 1890.



Fonte: Decreto nº 165 de 23 de julho de 1890 (PARÁ, 1890).

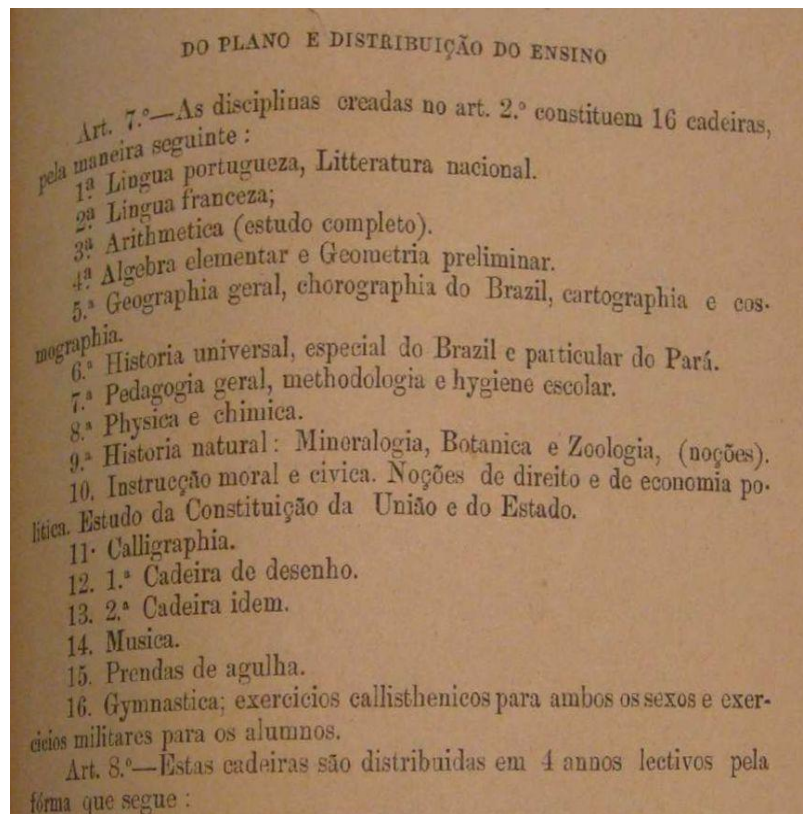
³⁹ Decreto nº 165 de 23 de julho de 1890.

Após a reunificação das escolas normais masculina e feminina em uma só, houve uma reorganização das disciplinas assinaladas por Veríssimo como científicas, que inicialmente estavam espalhadas em três cadeiras, passando, posteriormente, a somente duas, a partir da mudança ocorrida em julho de 1890. Com isso, a cadeira que antes tratava apenas de *Biologia vegetal e animal*, passou a englobar a *Anatomia e Fisiologia humana* e a História Natural que antes estava representada com *Noções de mineralogia e geologia*, passou a ser representada com os seus ramos na cadeira de *Física, Química e Ciências Naturais* (noções de zoologia, botânica, mineralogia e geologia).

Outro momento que denota mudança em relação às disciplinas do campo da História Natural é percebido a partir de 1891. Segundo França, Santos e Lopes (2020, p. 137), em 24 de setembro de 1891, foi expedido pelo Governador Lauro Sodré um novo Regulamento para a Escola Normal, mantendo a maioria das disciplinas do Regulamento anterior de 1890. Não constavam mais no programa de ensino das disciplinas, Sociologia e Moral, Biologia e Trabalhos Manuais.

Houve também mudanças em relação às disciplinas do campo científico, onde aparece a cadeira denominada *História Natural: Mineralogia, Botânica e Zoologia*, conforme podemos ver na figura que segue.

Figura 10: Plano e distribuição das matérias de ensino da Escola Normal em 1891.



Fonte: Decreto nº 409 de 24 de setembro de 1891.

Conforme vimos neste item, as reformas propostas em 1890 para a Escola Normal foram realizadas e dentre as alterações, as ciências físicas e naturais, que no regulamento daquele ano ocupavam três cadeiras, foram reduzidas a duas: a cadeira de *Física e Química*, e a cadeira de *História Natural: Mineralogia, Botânica e Zoologia*.

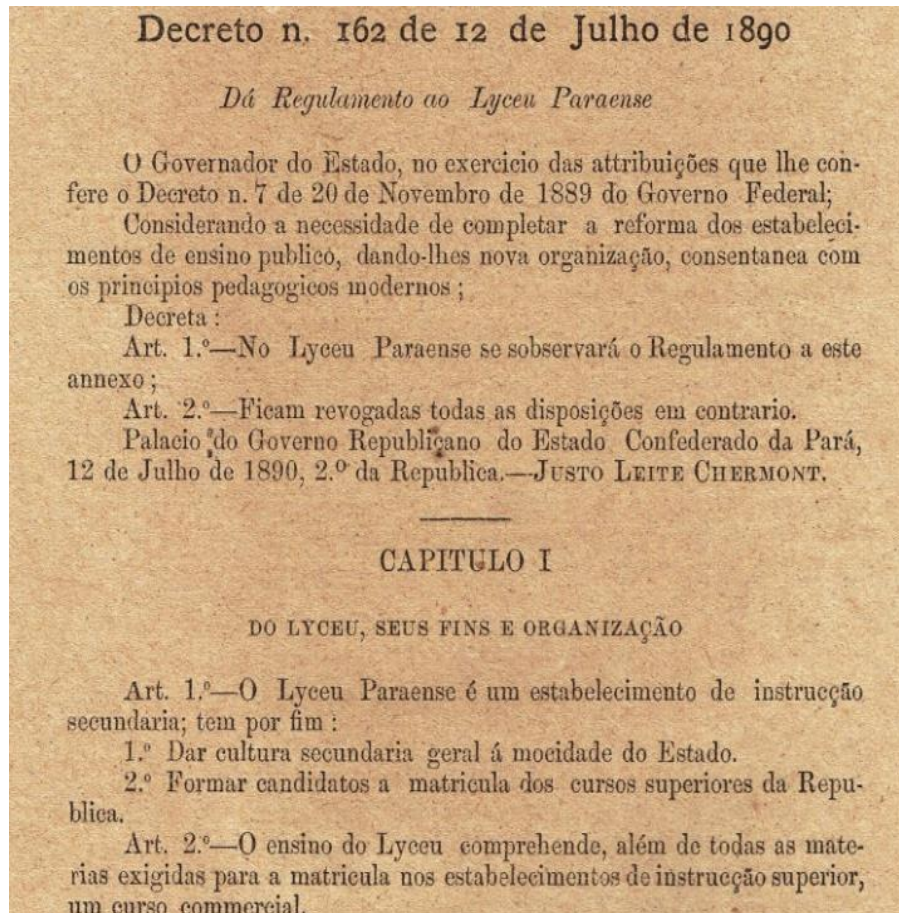
3. A História Natural no Liceu Paraense no início da República

No início da República, nas cadeiras do Liceu Paraense não aparece uma disciplina denominada História Natural. Uma modificação acentuada, introduz no currículo outras cadeiras, tais como: a de *Física e Meteorologia, Química mineral e Mineralogia* e a de *Geologia Zoologia, Botânica e Biologia*. Como se pode ver, elas são constituídas por disciplinas como Zoologia, Geologia, Botânica e Mineralogia, que faziam parte da História Natural, pelo menos no que se refere as denominações, além da disciplina Biologia. Isso vai mudar o panorama anterior no que se refere a História Natural, como veremos a seguir.

O Liceu Paraense (atual Colégio Estadual Paes de Carvalho) foi criado em 1841, como uma instituição destinada a proporcionar instrução secundária na província do Pará. Posteriormente, em 1851, foi inserida a cadeira *Elementos de Física e Química e Princípios gerais de Botânica*, ficando somente até 1853. Após esse período, a História Natural foi inserida na cadeira *Noções de Física, Química, História Natural e de Agricultura*, no Curso Normal criado e anexado ao Liceu Paraense, em 1873, o qual foi excluído em 1874. (BARROS, 2016, p. 59).

Após esse período, ela esteve ausente do currículo escolar paraense até a década de 1890. Em julho desse ano houve a publicação de um Regulamento ao Liceu Paraense, dando-lhe nova organização de acordo com os princípios pedagógicos modernos, com a finalidade de dar cultura geral à mocidade e formar candidatos a matrícula dos cursos superiores da República. Conforme podemos ver, na figura abaixo, relativa a este Regulamento, não há menção às matérias de ensino, havendo apenas a afirmação de que o ensino compreendia, “além de todas as matérias exigidas para a matrícula nos estabelecimentos de instrução superior, um curso comercial.” (PARÁ, 1890, p. 187).

Figura 11: Recorte do Regulamento ao Liceu Paraense de 1890.



Fonte: Actos do Poder Executivo do Pará (1890, p. 187-188).

Neste Regulamento não houve a delimitação das matérias que seriam ensinadas no Liceu Paraense, tendo apenas a indicação de que o ensino do Liceu compreenderia todas as matérias exigidas para a matricula nos estabelecimentos de instrução superior, e ainda um curso comercial, sendo que somente para este havia um programa de ensino.

No entanto, este decreto não foi duradouro, pois novembro desse mesmo ano houve uma reforma⁴⁰ da instrução primária e secundaria no Distrito Federal que, conforme Vecchia (2011, p. 87-89) passaria a obrigar os liceus a seguirem o estabelecido para o Ginásio Nacional⁴¹, uma espécie de instituição modelo às demais

⁴⁰ Decreto n. 981 de 8 de novembro de 1890, ficou também conhecido como a Reforma Benjamin Constant.

⁴¹ No período inicial da República, o Colégio Pedro II passou a se chamar Ginásio Nacional, até o ano de 1911, num processo que envolvia sua transformação em um modelo nacional. Para mais detalhes, ver Mendonça *et al* (2013, p. 987).

do país, instituindo os exames de madureza e regulando o processo de ingresso aos cursos superiores na República.

Em fevereiro de 1891, o governo federal baixou um novo decreto⁴², declarando válidos para a matrícula dos cursos do ensino superior, os exames dos cursos oficiais do ensino secundário nos Estados que se regulassem pelo Ginásio Nacional. No intuito de facultar ao Liceu a concessão do governo central, o governador Lauro Sodré regulamentou este ensino pelos decretos descritos a seguir.

Em outubro de 1891, a *Revista de Educação e Ensino* publicou em suas páginas um artigo em que afirmava ter sido aprovado um projeto de reorganização do Liceu Paraense, cujo plano proposto previa seguir o mesmo do Ginásio Nacional, da capital da União. Afirmava, ainda, que esta alteração se dava por motivo de o governo federal ter extinguido as delegacias gerais de preparatórios nos estados e promoveu uma mudança que previa a aceitação para as matrículas nas academias da República, os exames feitos em estabelecimentos públicos de instrução secundária, que estivessem conectados segundo o programa letivo do referido Ginásio.

Com isso, houve a mudança que pretendia adequar o currículo do Liceu Paraense ao do Ginásio Nacional, prevendo a inserção das disciplinas, tais como: Zoologia, Botânica, Geologia e Mineralogia, assim como a de *Biologia* no currículo do Liceu, conforme apresentação do programa na figura seguinte.

⁴² Decreto n. 1389, de 21 de fevereiro de 1891.

Figura 12: Recorte do currículo do *Curso Integral de Letras e Ciências* do Liceu Paraense em 1891.

CURSO INTEGRAL DE LETTRAS E SCIENCIAS

Art. 8.º—O curso integral de lettras e sciencias constará das seguintes cadeiras:

1. ^a	cadeira	—	Lingua portugueza.
2. ^a	»	—	» franceza.
3. ^a	»	—	» ingleza.
4. ^a	»	—	» allemã.
5. ^a	»	—	» latina.
6. ^a	»	—	» grega.
7. ^a	»	—	Arithmetica e Algebra.
8. ^a	»	—	Geometria preliminar, especial, descriptiva e Trigonometria.
9. ^a	cadeira	—	Geometria geral, Calculo, Mechanica e Astronomia.
10. ^a	»	—	Physica e Meteorologia, Chimica mineral e Mineralogia.
11. ^a	»	—	Geologia, Zoologia, Botanica e Biologia.
12. ^a	»	—	Litteratura pratica, Sociologia e Moral.
13. ^a	»	—	Geographia geral e Corographia do Brazil.
14. ^a	»	—	Historia universal e particular do Brazil.
15. ^a	»	—	Musica.
16. ^a	»	—	Desenho.
17. ^a	»	—	Gymnastica, evoluções militares e esgrima.

Fonte: Revista de Educação e Ensino (1891. p. 140).

Conforme a revista, a disciplina *Biologia* ficaria dividida em dois períodos, sendo reservado 6 horas de estudo por semana: um, intitulado *Noções de Zoologia e Botânica* (estudo concreto), e outro denominado *Biologia*, cadeiras a serem ministradas no sexto ano do curso. Quanto as disciplinas *Mineralogia* e *Geologia*, estas seriam distribuídas do quinto ao sétimo ano do curso, associados à cadeira de física e química. (REVISTA DE EDUCAÇÃO E ENSINO, 1891. p. 141)

A revista apresentava justificativas para as mudanças que haviam sido realizadas no currículo do Liceu Paraense, afirmando ter conservado “o plano do Ginásio Nacional, não só quanto a parte numérica das disciplinas como também quanto à integridade letiva das mesmas buscamos adequá-lo melhor ao nosso meio”. Assim, a organização das matérias havia sofrido algumas adequações ao contexto local, distribuindo “as matérias: *Meteorologia*, *Mineralogia* e *Geologia* (confiadas no Ginásio a um lente), esta última à cadeira de História Natural e as primeiras a de Física

e Química, pela íntima conexão que tais ciências entre si mantem.” (REVISTA DE EDUCAÇÃO E ENSINO, 1891. p. 142)

Após a publicação da referida revista houve a aprovação de mais um decreto em 28 de outubro de 1891, deu novo Regulamento ao Liceu Paraense⁴³. Este decreto previa que o Governador pudesse “fazer as modificações precisas para acomodá-lo ao regulamento do Ginásio Nacional”, a fim de que este estabelecimento pudesse “gozar de vantagens garantidas pelo decreto n. 1389, de 21 de fevereiro de 1891, do Governo Federal” (PARÁ, 1892, p. 68). Entretanto, até o fechamento deste artigo não tivemos acesso a esta documentação para saber se houve alguma mudança em relação ao nosso objeto de estudo, a História Natural, o que poderemos analisar em futuras investigações.

Considerações finais

Conforme pudemos notar, as reformas propostas em 1890 para a instrução pública do Pará, foram realizadas e dentre as alterações, as ciências físicas e naturais, passaram a fazer parte tanto do currículo do Liceu Paraense quanto da Escola Normal.

A partir de 1890, a principal novidade em relação às ciências, além do retorno da História Natural, é a presença da Biologia como uma das disciplinas a serem ministradas, tanto no currículo da Escola Normal como no do Liceu Paraense. O final do século XIX é apontado como um momento de transformações em que as ciências naturais passavam por uma política de especialização e valorização extraordinárias, estando a biologia no centro, como modelo de análise, a partir da teoria da evolução. “Esse é o momento em que se desmembram as então denominadas ciências naturais (geologia, botânica e zoologia), assim como surgem novos ramos do conhecimento, profundamente vinculados às novas investidas científicas”. (SCHWARCZ, 2014, p. 40).

A inserção de disciplinas do campo da História Natural ou com essa denominação, no sistema escolar paraense, nesse período inicial da República, fez parte de transformações mais amplas no âmbito nacional. Nesse sentido, buscou-se

⁴³ Decreto nº 417 aprovado em 28 de outubro de 1891.

meios de adequar a instrução pública do Estado do Pará ao cenário de mudanças trazidas por esse regime de governo.

As reformas que introduziram a História Natural no currículo do sistema escolar paraense contaram com a participação de importantes agentes intelectuais e políticos da elite local, que entre as suas prioridades estavam o fortalecimento das instituições educacionais, tais como, a Escola Normal e o Liceu Paraense e, ainda, das instituições científicas, como o Museu Paraense. Esta instituição, passou por um processo de reforma no início do período republicano, que inaugurou uma nova fase em sua existência, do ponto de vista das atividades científicas, se tornando a mais importante instituição no campo da História Natural, na época. Embora não se trate de uma instituição de educação formal, como as escolas, ela também incluía propostas de ensino através do método intuitivo, no qual as coisas ou objetos da natureza ficavam expostas para observação dos visitantes, que incluíam estudantes das escolas locais. Propostas que se acentuaram com o advento da República.

Referências Bibliográficas

ALVES, J. J. A. **O Cientificismo da França para a Amazônia: o Positivismo de Lauro Sodré**. In: ALVES, J. J. A. (org.). *Múltiplas Faces da História das Ciências na Amazônia*. Belém-Pa: EDUFPA, 2005.

ALVES, José Jeronimo de A.; BARROS, Jonatas B. **Constituição cultural de um intelectual: José Veríssimo, da formação às primeiras páginas**. In.: MENDES, Iran Abreu; CHAQUIAM, Miguel; ROCHA, Maria Lúcia (Orgs.). *Itinerários intelectuais: entre o ser e o estar*. 1ª ed. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2022.

ALVES, Vilhena. **Notas ao artigo – Santa Helena Magno**. In.: FOLHA DO NORTE. Edição 128, quinta-feira, 7 de maio de 1896.

ARAÚJO, Sonha. **Educação republicana sob a ótica de José Veríssimo**. *Educar em Revista*, Curitiba: Editora UFPR, n. especial 2, p. 303-318, 2010.

A REPÚBLICA. Belém, edição nº 589 de sábado, 27 de fevereiro de 1892.

BARROS, Jônatas B.; ALVES, José J. **As ciências na Escola Normal do Pará: características e condições de inserção (1867-1890)**. In.: MENDES . Iran A.; STAMATTO, Maria I. S. (Orgs.). **Escolas Normais do Brasil: espaços de transformação docente e produção de saberes profissionais**. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2020

BARBOZA, Renato; MELONI Reginaldo. **A disciplina de História Natural no século XIX: um estudo dos objetos de ensino.** *Revista Pedagogia em Foco*, Iturama (MG), v. 13, n. 10, p. 35-45, jul./dez. 2018 DOI: 10.29031/pedf.v13i10.416.

DIÁRIO DE BELÉM. Belém – Pará, ed. 292, de sexta-feira 29 de dezembro de 1882.

DOURADO, Viviane; DAMASCENO, Alberto. **A organização da instrução pública no início da primeira república no Pará (1890 - 1896).** *Educação em Foco*, ano 25, n. 46 – Mai/Ago. 2022 | e-ISSN-2317-0093 | Belo Horizonte (MG). Disponível em: <https://revista.uemg.br/index.php/educacaoemfoco/article/download/6553/4204#:~:text=O%20In%C3%ADcio%20da%20Rep%C3%BAblica%20no,regime%20e%20fofomar%20cidad%C3%A3os%20republicanos>. Acesso em: 17 de fevereiro de 2023.

FRANÇA, Maria do Perpétuo S. G.S.A; SANTOS, Darlene S.M; LOPES, Mário A.S. **A Escola Normal do Estado do Pará (1890-1912): saberes e práticas educativas.** In.: MENDES, Iran A.; STAMATTO, Maria I. S. (Orgs.). **Escolas Normais do Brasil: espaços de transformação docente e produção de saberes profissionais.** São Paulo: Editora Livraria da Física, 2020.

CRISPINO, Luís C. B.; BASTOS, Vera B.; TOLEDO, Peter M. (Orgs.). **As origens do Museu Paraense Emílio Goeld: aspectos históricos e iconográficos (1860-1921).** Belém: Paka-Tatu, 2006.

HALL, Stuart. **A Centralidade da Cultura:** notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. *Revista Educação & Realidade*. 22(2): 15-46, jul./dez., 1997.

HALL, Stuart. **Cultura e Representação.** (Tradução de Daniel Miranda e William Oliveira). – Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; Apicuri, 2016.

LIMA, Marcelino Carmo de. **A institucionalização do ensino odontológico na Escola Livre de Odontologia do Pará: dos “sacamuelas” aos cientificistas (1911-1920).** Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Educação Matemática e Científica, Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemáticas, Belém, 2016.

LIMA, Marcelino Carmo de; ALVES, José Jerônimo de Alencar. **A inserção da Botânica na Instrução Pública do Pará: Liceu Paraense (1851-1873).** *Revista Cocar*. v. 17, n. 35, dez, 2022. p. 1-17. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/6086>. Acesso em: 10 de abril de 2023.

MACHADO, Diego Ramon; ALVES, Jerônimo. **A “atraente escola de intuição”: o Jardim Zoológico e o Horto Botânico do Museu Paraense de História Natural e Etnografia (1897-1900).** In.: LOPES, MM., and HEIZER, A., orgs. *Colecionismos, práticas de campo e representações* [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2011. 280 p. Ciência & Sociedade collection. ISBN 978-85-7879-079-0. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

MENDONÇA, Ana Waleska; et al. **A criação do Colégio de Pedro II e seu impacto na constituição do magistério público secundário no Brasil.** *Rev. Educ. Pesquisa*, São Paulo, v. 39, n. 4, p. 985-1000, out./dez. 2013.

NASCIMENTO, Sulenir Cândida da Silva. **A introdução da Escola Superior do Pará: “Escola de Farmácia do Pará” e ensino científico (1897-1914).** Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Educação Matemática e

Científica, Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemáticas, Belém, 2017.

REVISTA DE EDUCAÇÃO E ENSINO. **Liceu Paraense: curso integral de Letras e Ciências**. vol. I, nº 8, Pará-Brasil, outubro de 1891.

PARÁ. Disposições aditivas e modificativas adicionais ao regulamento das Escolas Normais de 4 de fevereiro do corrente ano, expedidas com o Decreto nº 165 de 23 de julho de 1890.

PARÁ. **Lei n. 63 de 30 de agosto de 1892, aprova o decreto n. 417 de 28 de outubro de 1891, que dá novo regulamento ao Liceu Paraense**. In.: Coleção de Leis do Estado do Pará, referente a 1892. Belém: Tipografia do Diário do Grão-Pará, 1892.

SANJAD, Nelson. **A coruja de Minerva: o Museu Paraense entre o Império e a República (1866-1907)**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2010.

SANTOS, José A. G. **Do Campo à Escola: as Ciências no Ensino Agrícola do Pará (1909-1921)**. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Educação Matemática e Científica, Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemáticas, Belém, 2021.

SANJAD, Nelson. **O Museu Paraense entre o Império e a República, 1866-1907**. In.: HEIZER, Alda; VIDEIRA, Antônio A. P. (orgs.). **Ciência, Civilização e República nos trópicos**. Rio de Janeiro: Mauad X; Faperj, 2010.

SCHWARCZ, Lilia M. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930**. 12ª reimp. – São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

SODRÉ, Lauro. **Mensagem dirigida pelo Sr. Governador Dr. Lauro Sodré ao Congresso do Estado do Pará, em sua primeira reunião em 30 de outubro de 1891**. Belém - Pará: Tipografia do Diário Oficial, 1891.

SILVA, Tomaz T. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 2ª ed. 5ª reimp. – Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

SILVA, Leda Valéria Alves. **Ciência e educação científica feminina no discurso de José Veríssimo (1857-1916)**. *Rev. História da Ciência e Ensino: construindo interfaces*. Volume 6, pp. 49-70, 2012.

SILVA, Jairo. **Em busca da cura: a institucionalização da medicina acadêmica em Belém e sua relação com outras práticas acadêmicas entre 1889 e 1925**. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em História Social, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2014.

VECHIA, Ariclê. **O ensino secundário no século XIX: instruindo as elites**. In.: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria H.C. (orgs.). **Histórias e Memórias da educação no Brasil**, vol. II: século XIX. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

VERÍSSIMO, José. **Discurso pronunciado por José Veríssimo, diretor geral de instrução pública, perante o governador do Estado, Capitão-Tenente Bacellar Pinto Guedes, por ocasião de se inaugurar o Museu, restaurado em 13 de maio de 1891**. In.: Boletim do Museu Paraense de História Natural e Etnografia, num. 1, vol. 1, Pará-Brasil: Tipografia de Alfredo Silva & Cia, setembro, 1894.

VERÍSSIMO, José. **A Instrução Pública do Estado do Pará em 1890, Relatório apresentado ao Exmo. sr. Dr. Justo Leite Chermont, Governador do Estado.** Tipografia Tavares Cardoso & Comp. Disponível no Acervo de Obras Raras da Biblioteca Central da Universidade Federal do Pará, 1890.

VERÍSSIMO, José. **Notícias gerais sobre o Colégio Americano.** Pará, Tipografia Pinto Cardoso & Cia. 1888.

Jornais pesquisados

SARAIVA, João. **Instrução Popular: educação moderna.** In.: JORNAL DAS NOVIDADES. Pará-Brasil, Ed. 16, de quinta-feira, 21 de junho de 1888.

PARÁ. **Disposições aditivas e modificativas adicionais ao regulamento das Escolas Normais.** 4 de fevereiro do corrente ano, expedidas com o Decreto nº 165 de 23 de julho de 1890.

PAUL Vuillemin (1861-1932). Disponível em: https://data.bnf.fr/10665314/paul_vuillemin/. Acesso em: 19 de fevereiro de 2023.

PARÁ. Governo do Estado. **Decreto n. 162 de 12 de julho de 1890. Dá Regulamento ao Lyceu Paraense.** Actos do Poder Executivo do Governo do Pará. Belém: [S.n], 1890.

PARÁ. **Decreto nº 409 de 24 de setembro de 1891:** reforma o Regulamento da Escola Normal de 1891. Decretos e decisões de 1903. Belém-Pará: Imprensa Oficial, 1906.

PARÁ, Actos e Decisões do Governo do Pará, 1893.

VUILLEMIN, Paul. **A Vida e a Planta.** In.: JORNAL DO AGRICULTOR. Biologia Vegetal. Ano XII, Tomo XXIV, n. 606. Rio de Janeiro, 7 de fevereiro de 1891.

NOTAS FINAIS DA TESE

Buscando contribuir com a parte da historiografia que visa a compreensão do processo de institucionalização das ciências nas escolas, esta tese teve como principal finalidade analisar o processo inicial de inserção da História Natural na instrução pública do Pará, buscando associar as características no processo de adoção deste conhecimento e as condições culturais que possibilitaram essa inserção. A tese abrange três momentos que vão desde a inserção da Botânica, um dos ramos da História Natural, no currículo do Liceu Paraense, em 1851, até o período inicial da Primeira República, em 1891, quando passamos a observar que disciplinas desta campo e a própria nomenclatura História Natural passaram a figurar, de maneira mais frequente, entre os conhecimentos que constavam no currículo escolar paraense.

Neste sentido, a primeira vinculação que fizemos, pode ser observada no primeiro artigo, que teve o intuito de analisar as condições culturais associadas a inserção inicial da História Natural no sistema escolar paraense entre 1851 e 1873, portanto, iniciando no período em que ela foi inserida no currículo escolar, especificamente, pela disciplina Botânica e finalizando no momento em ela foi adotada na sua denominação de História Natural.

Conforme pudemos observar no primeiro artigo, um dos ramos da História Natural, a Botânica, foi introduzida na cadeira *Elementos de Física e Química e Princípios gerais de Botânica*, no programa de ensino do Liceu Paraense, em 1851. Ela permaneceu apenas dois anos, sendo excluída em 1853 e somente retornou após duas décadas, em 1873, como parte integrante da cadeira *Noções gerais de Física e Química, História Natural e de Agricultura*, no plano de ensino do Curso Normal, que passou a fazer parte do Liceu Paraense. Essas foram as primeiras iniciativas no sentido de inserir a História Natural no currículo do sistema escolar paraense.

Mas isso já representa um conjunto de mudanças concebidas por esta instituição de ensino, desde que foi criada, em relação às que a precederam, por várias razões, tais como a adoção de disciplinas do campo científico como, a Física e a Química, além da História Natural, representada pela Botânica, assim como, por ter inserido o ensino secundário e seriado no contexto paraense, ou seja, são as mudanças pelas quais o ensino das ciências penetrou no espaço escolar, que era dominado por outros ensinamentos.

Enquanto disciplina autônoma, isto é, quando aparece no currículo escolar a nomenclatura História Natural, conforme vimos no segundo artigo, ela foi introduzida somente em 1873, integrando a cadeira *Noções Gerais de Física, Química, História Natural e Agricultura* a qual fez parte do currículo do Curso Normal, criado e anexado ao Liceu Paraense, em 1872, e sendo extinto logo em seguida, em 1874. Nesse artigo, vimos, ainda, que mesmo havendo representações favoráveis à inserção da História Natural no currículo do sistema escolar paraense, embora isto tenha se concretizado, não logrou continuidade. Entre as motivações alegadas para a não permanência da disciplina estavam a falta de procura por parte dos alunos e a necessidade de disponibilizar recursos econômicos para mantê-la, eram estampados pelos jornais da época.

Conforme pudemos observar, a inserção da História Natural, tanto num primeiro momento com a Botânica no Liceu, quanto no segundo com a disciplina denominada História Natural no Curso Normal, não foi um acontecimento isolado.

No primeiro momento, ela ocorreu num contexto que, embora fosse marcado pelas tradições religiosas, era perceptível a presença e a penetração de elementos representativos da modernidade originada na Europa, entre eles os relacionados a este campo do conhecimento. Dentre estes elementos, podemos citar a existência de atividades científicas dos naturalistas e a presença de um Jardim Botânico que era frequentado por pessoas locais. Nesse mesmo período foi plantada a semente com a proposta de criar um Museu de História Natural, o qual receberia apoio das elites letradas e políticas locais.

No segundo momento, ela se insere num contexto cultural em que circulavam ideias e práticas conectadas com o campo da História Natural, tais como, a circulação de naturalistas pela região, que continuava ocorrendo desde períodos anteriores e se intensificou nesse momento. Isso possibilitou a gestação e o surgimento de um Museu, no Pará, destinado, sobretudo, às pesquisas de História Natural, além de haver, também, na mesma época, na capital paraense, pessoas ilustradas ligadas aos estudos neste campo de conhecimento. Constatamos, nestes dois instantes que a História Natural, antes mesmo de entrar na instrução pública, vinha sendo inserida em outras instituições e representada como indispensável ao progresso da civilização.

Após a História Natural ser retirada do currículo do Curso Normal com sua exclusão em 1874, não houve nenhum registro quanto a sua inserção até 1890, momento em que várias ciências como a Zoologia, Botânica, Geologia e Mineralogia foram inseridas no currículo do sistema escolar paraense, ciências que costumavam ser admitidas como ramos da História Natural, conforme observamos no terceiro artigo.

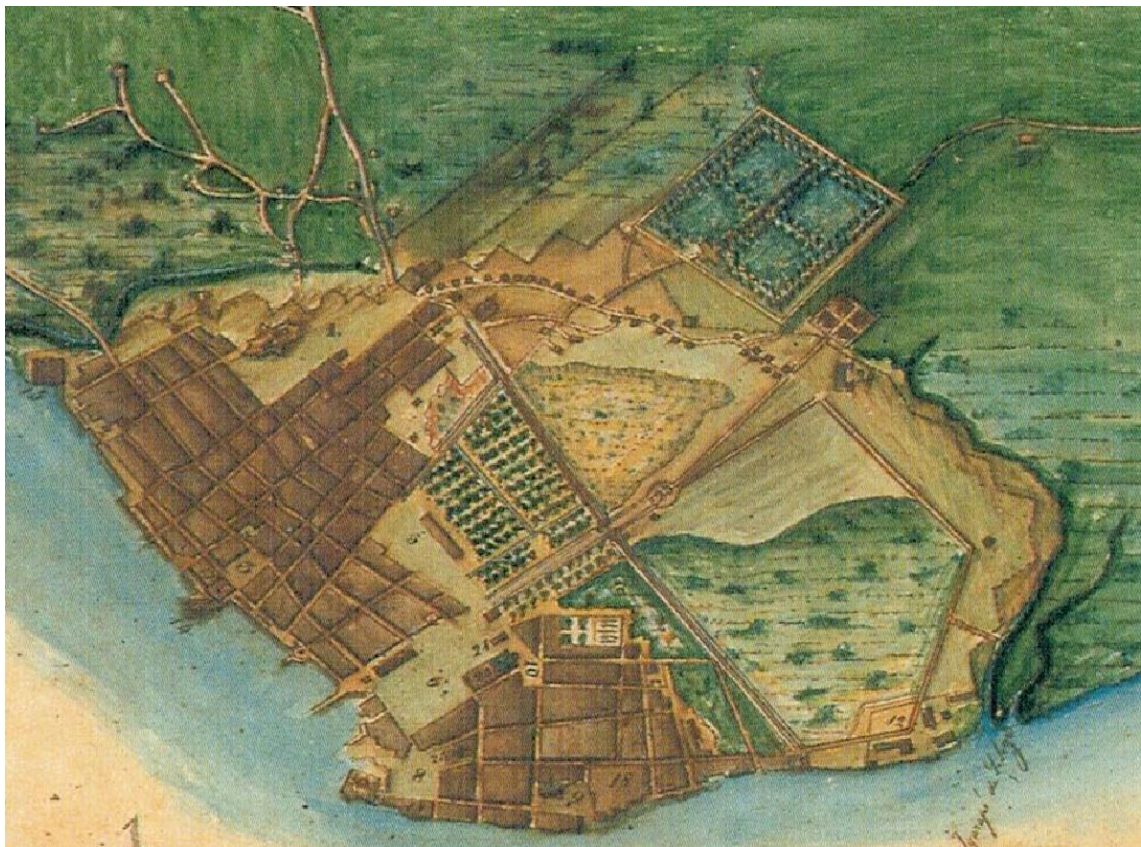
Em relação ao terceiro artigo, ressaltamos que a partir do alvorecer da Primeira República, se deu início a uma ampla reforma na instrução pública do Pará, com intuito de promover mudanças no âmbito cultural da sociedade local, que visava a incorporação dos princípios do novo regime, baseando-se na ideia de que seriam implantados de maneira mais rápida e eficiente por via da educação. Com isso, a reforma propôs novos ensinamentos, promovendo a inserção de conhecimentos de disciplinas das ciências físicas e naturais, que passaram a fazer parte tanto do currículo do Liceu Paraense quanto da Escola Normal. Em relação a esta nova inserção das ciências, podemos observar que a principal novidade era a presença da Biologia, como uma das disciplinas a serem ministradas, tanto no currículo da Escola Normal como no do Liceu Paraense.

Ressaltamos, também, que as reformas implementadas no âmbito geral da instrução pública, além de possibilitarem que as disciplinas do campo da História Natural fossem inseridas, iniciando, talvez, o período mais duradouro para as representações deste campo de conhecimento no currículo escolar paraense, possibilitaram, ainda, a inauguração de uma nova “fase científica” no Museu Paraense, que foi restaurado, estabelecendo-se como uma das mais importantes instituições de pesquisas no campo da História Natural no Brasil.

Por fim, é importante ressaltar, que durante a realização da pesquisa que originou esta tese, constatamos a existência de um número variado de fontes que extrapolam o período delimitado e efetivamente trabalhado que não puderam ser utilizadas nesta tese. Neste sentido, diante da necessidade de se ampliar ainda mais as pesquisas no âmbito deste campo do conhecimento, resta-nos estabelecer condições de possibilidade para que, futuramente, as fontes possam ser objetos de novas investigações.

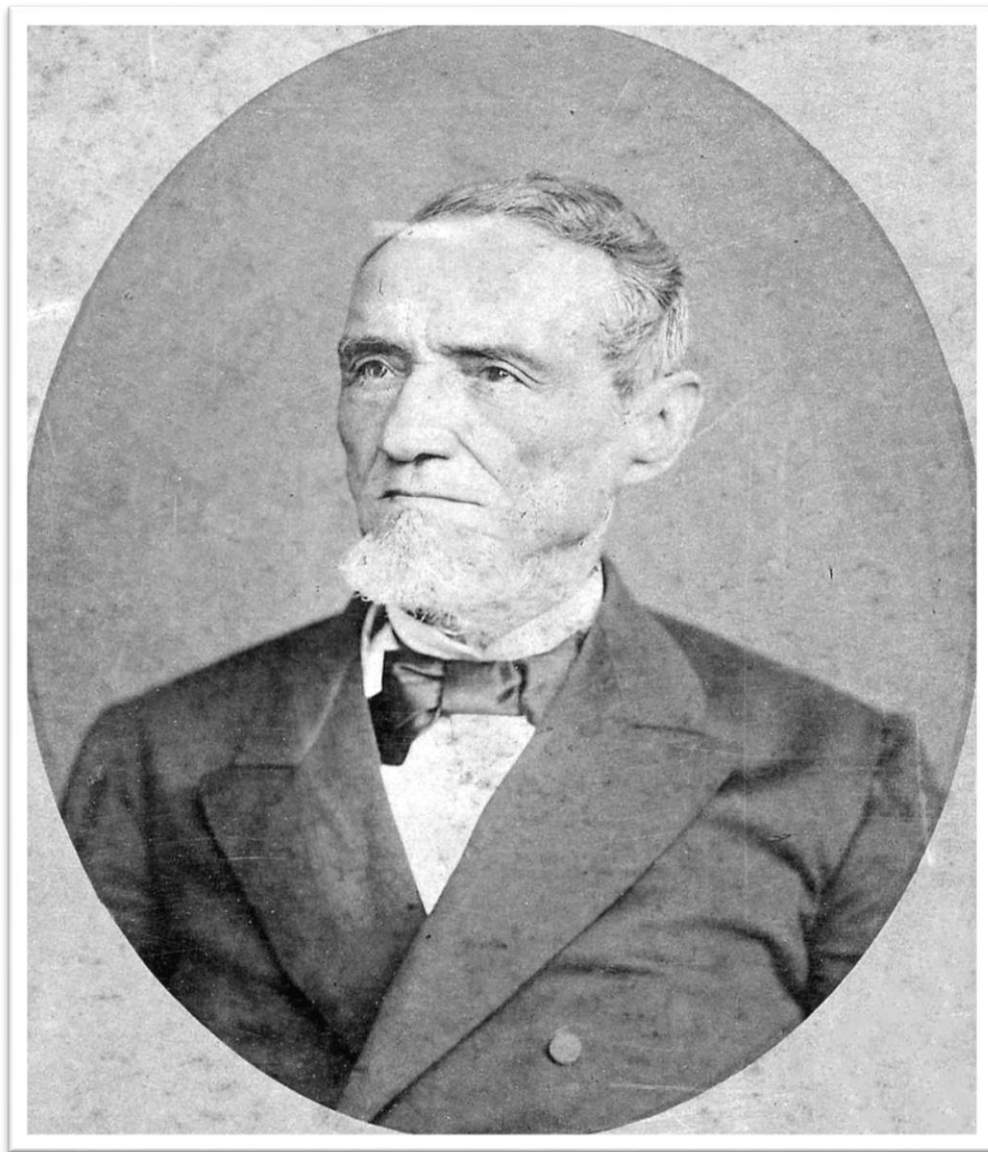
ANEXOS

Anexos A: Plano do Pará, geral e em detalhes.



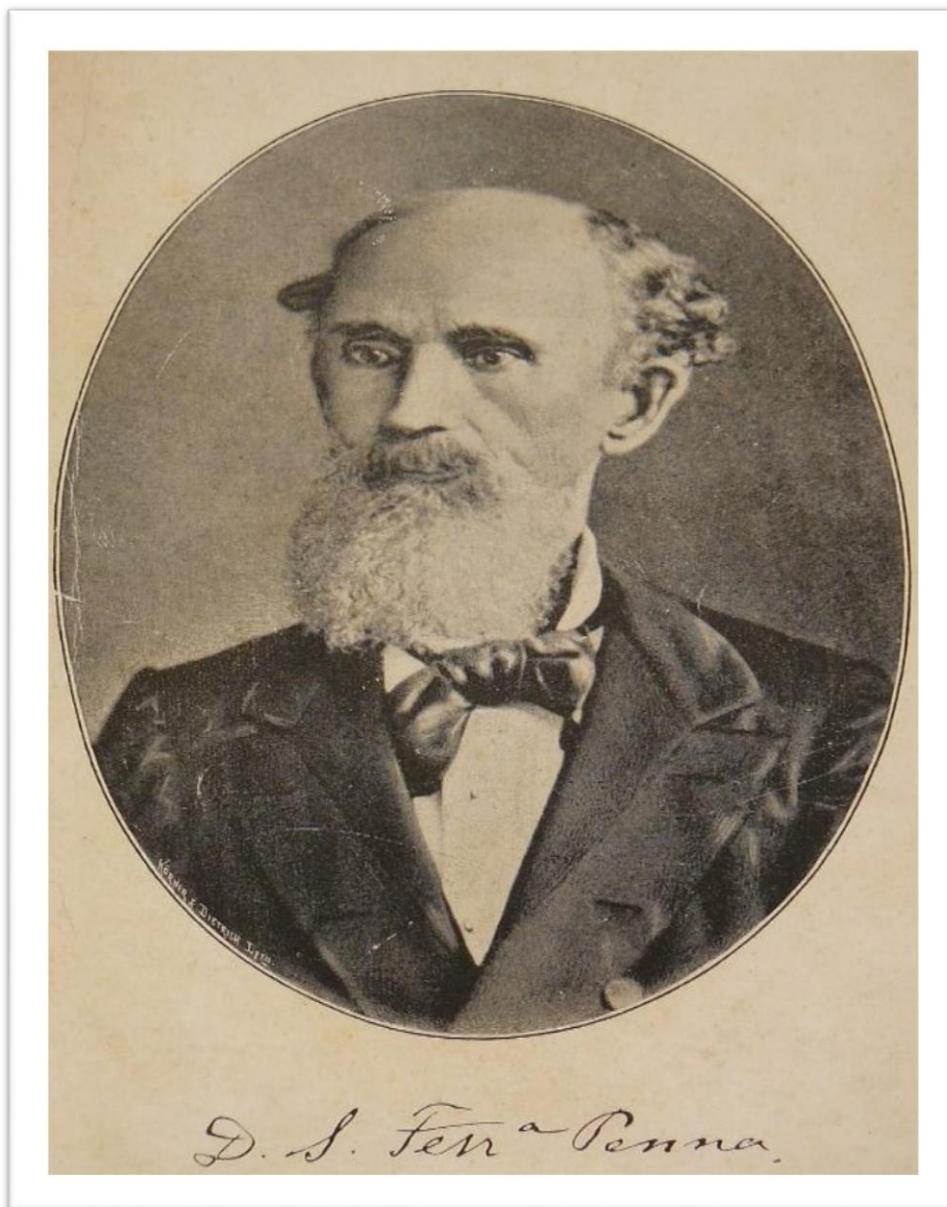
Fonte: Reis *apud* Pereira (2015, p. 207-208)

Anexo B: Fotografia de José Bento da Cunha Figueiredo (1808-1891), Visconde do Bom Conselho. Nasceu em Pernambuco, formou-se Doutor pela Faculdade de Direito de Olinda em 1833, foi presidente de diversas províncias



Fonte: <https://www.parentesco.com.br/index.php?apg=arvore&idp=12356&ver=por>.
Acesso em: 12 de fevereiro de 2023.

Anexo C: Domingos Soares Ferreira Penna (1818-1888).



Fonte: Boletim do Museu Paraense de História Natural e Etnografia (1895).

Anexo D: Quadro das matérias do currículo de criação da Escola Normal em 1871

Matérias constituintes do currículo da Escola Normal em 1871
<i>1ª Instrução moral e religiosa.</i>
<i>2ª Gramática da Língua Nacional. Exercícios de leitura de clássicos em prosa e verso. Redação. Exercícios caligráficos.</i>
<i>3ª Aritmética. Sistema métrico. Elementos de geografia.</i>
<i>4ª Noções gerais de geografia e de história. Geografia e história do Brasil, principalmente do Pará. Leitura refletida da Constituição Política do Império.</i>
5ª Noções gerais de Física, de Química e de Agricultura.
<i>6ª Pedagogia e legislação do ensino.⁴⁴</i>

Fonte: Regulamento da Instrução Pública – Capítulo IV – Escola Normal (JORNAL DO PARÁ, 1871, p. 2)

Anexo E: Fotografia de Joaquim Pedro Corrêa de Freitas (1829-1888).

Fonte: (SARAIVA, GOUVEIA e CHAQUIAM, 2015, p. 1819)

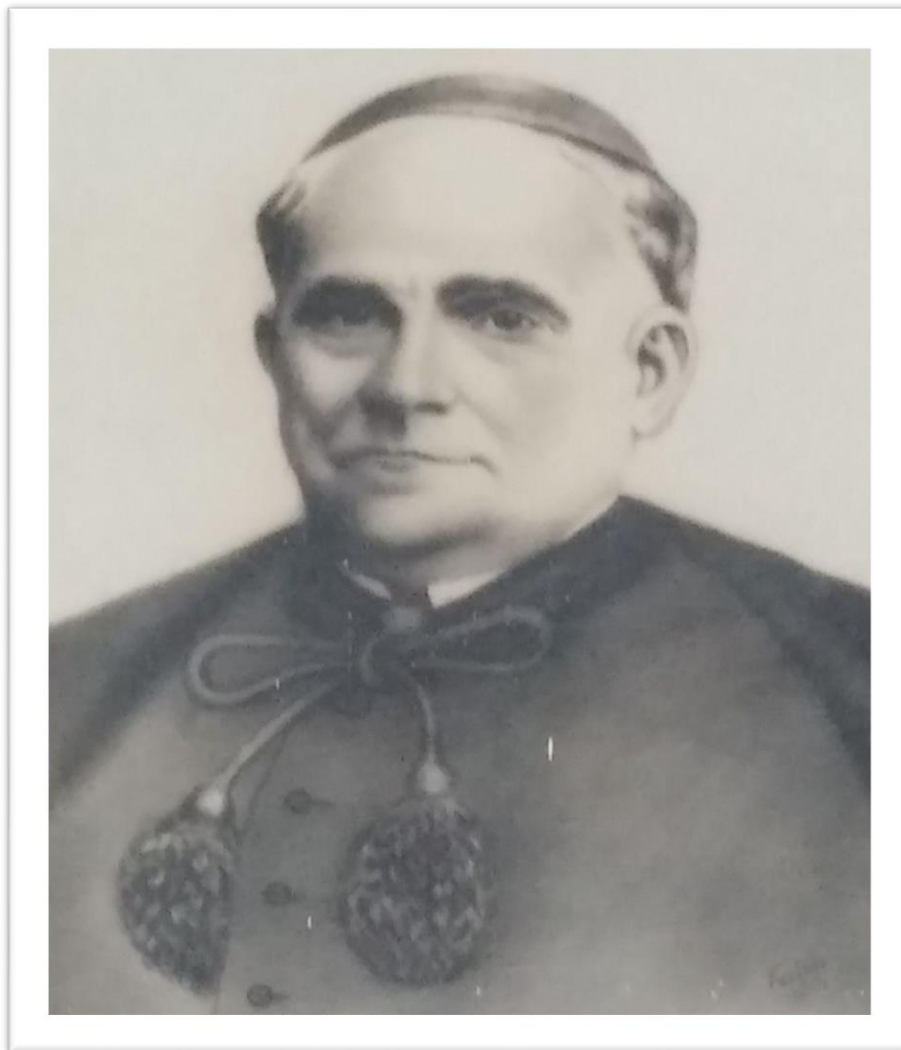
⁴⁴ "Haverá também uma aula de Desenho linear e outra de música". (JORNAL DO PARÁ, 1871, p. 2).

Anexo F: Plano de curso proposto pela Associação Propagadora da Instrução Pública em 1871

Cadeiras	Professores
1ª cadeira - Leitura e escrita, princípios elementares de aritmética, gramática portuguesa, instrução moral e religiosa, leitura da constituição, e de caligrafia	Antônio Geminiano Baptista da Silva
2ª cadeira - Aritmética em suas aplicações práticas, quer em quebrados e decimais, quer em complexos e proporções, sistema métrico, elementos de geometria e desenho;	Professor Dr. Guilherme F. Cruz
3ª cadeira - Noções de geografia e história, principalmente a do Brasil;	Professor Dr. Francisco Mendes Pereira
4ª cadeira - Noções de História Natural;	professor Dr. Joaquim Pedro Corrêa de Freitas
5ª cadeira - Música;	professor...
6ª cadeira - - Noções de Física e Química.	professor Dr. Lobato

Fonte: (JORNAL DO PARÁ, Edição n. 226, Belém, quarta-feira, 11 de outubro de 1871, p. 1).

Anexo G: Cônego Manoel José de Siqueira Mendes (1825-1892).



Fonte: Acervo do Colégio Estadual Paes de Carvalho (2021)

Anexo I: Recortes do Jornal do Pará, detalhando a publicação da matéria sobre o regulamento do Curso Normal, em 1873.

JORNAL DO PARÁ

ORGÃO OFFICIAL.

<p>CAPITAL. PREÇOS D'ASSIGNATURAS</p> <p>Anno 18000 Semestre 9000 Trimestre 4500</p>	<p>Propriedade de Santos & Irmãos.—Luz de S. João canto da estrada de S. José Publica-se diariamente, exceptuados os dias immediatos dos anniversarios e de festa nacional. Pode começar a assignatura em qualquer dia acabando sempre com o termo Juho de Setembro e Dezembro.</p>	<p>INTERIORE E EXTERIOR PREÇOS D'ASSIGNATURAS</p> <p>Anno 18000 Semestre 9000 Trimestre 4500</p>
---	---	---

ANNO XI. SABBADO 5 DE ABRIL DE 1873. N.º 77.

Em cumprimento da ordem de s. exc. o sr. vice-presidente da provincia, em officio de 6 do corrente, sob n. 747, manda o illm. sr. inspector deste thesouro, fazer publico, que se acha em concurso por espaço de 30 dias, á contar d'esta data, o logar de conferente da recebedoria de rendas provinciaes.

Os candidatos á este logar prova-ção que sabem correctamente gram-atica da lingua nacional e arithmetica até proporções inclusive; assim como, não pederão ser admittidos, sem que proveem perante a presiden-cia da provincia, 1.º com certidão de idade ou justificação no juizo ecclesiastico, que são maiores de 18 annos; 2.º com folha corrida no lo-gar de sua re-idencia, dentro de 60 dias, que estão livre de culpa e pe-na, e 3.º com documentos e attesta-dos fidedignos que tem bom com-portamento.

Secretaria do thesouro publico provincial do Pará, 11 de março de 1873.—Servindo de official-maior o official, *Agnello Romão da Costa.*

INSTRUCÇÃO PUBLICA.

Para conhecimento dos srs. pro-fessores e alumnos do curso normal; e de ordem do illm. sr. dr. director geral Francisco Pereira de Souza se publica o seguinte regulamento, que rege o dito curso e foi approved pelo exm. sr. vice-presidente da provincia por officio de 21 de Março proximo passado.

Copia—1.ª secção—O vice-presi-dente da provincia, dando execução a lei provincial n.º 767 de 19 de de-zembro do anno proximo passado, e usando da autorisação que lhe con-fere o artigo 9 da dita lei, resolve additar ao regulamento do Licêo Paraense que com esta portaria baixa regulando o ensino do novo curso normal do mesmo Licêo,

Regulamento do curso normal do Lyçeo Paraence.

Art.º 1.º Alem dos cursos de hu-manidade e commercio haverá no Lyçeo mais um curso normal para a habilitação das pessoas que se des-tinarem ao magisterio primario.

Art.º 2.º O curso normal será de tres annos e comprehenderá as dez cadeiras seguintes.

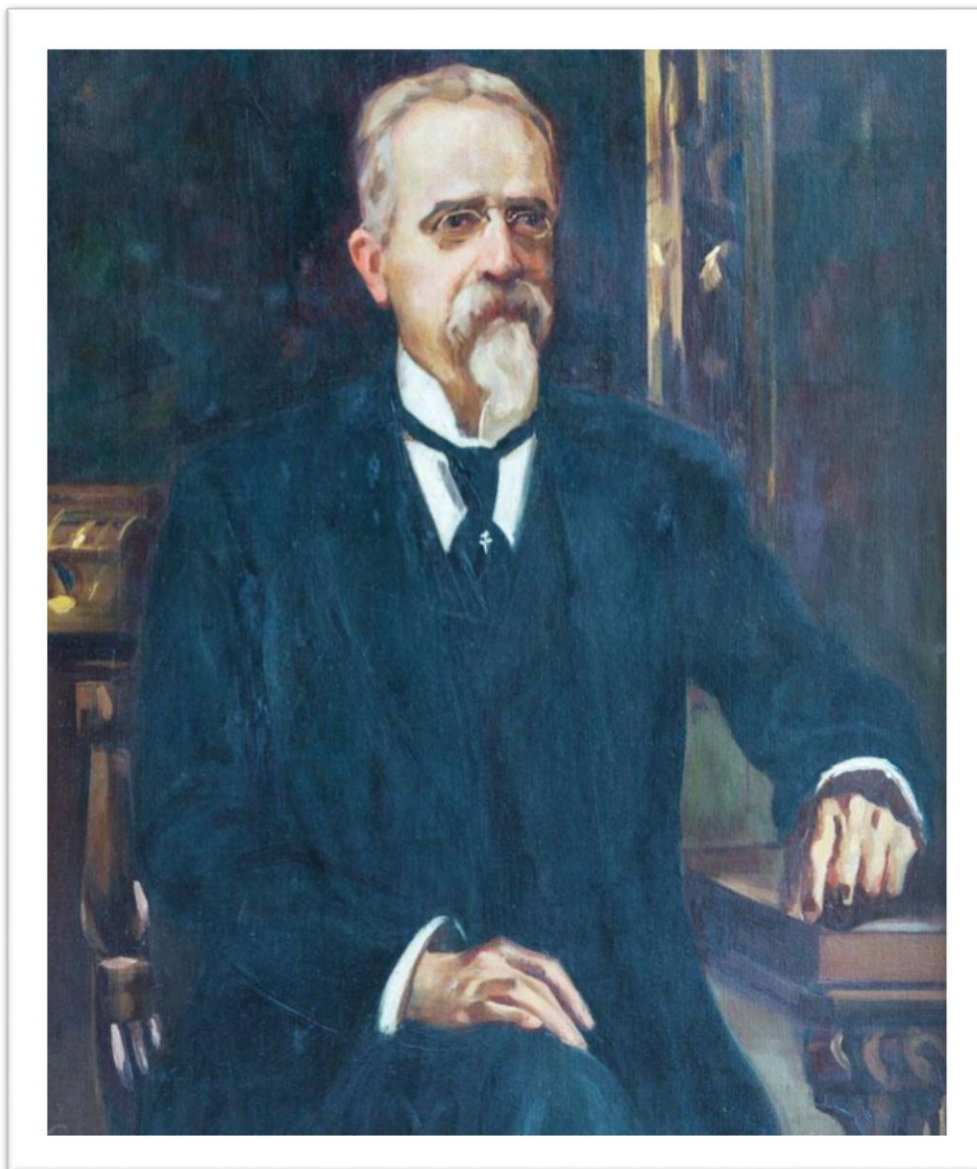
- 1.ª Instrueção moral e religiosa.
- 2.ª Grammatica da lingua portu-gueza, exercicios de leitura de clas-sicos em proza e verso, redacção e exercicios caligraphicos.
- 3.ª Arithmetica, systema metrico elementos de geometria.
- 4.ª Noções geraes de geographia do Brazil particularmente do Pará.
- 5.ª Noções geraes de historia, his-toria do Brazil particularmente do Pará.
- 6.ª Noções geraes de physica e chimica, historia natural e de agricul-tura.
- 7.ª Pedagogia e legislação d'ensi-no, leitura reflectida da constitui-ção do imperio.
- 8.ª Dezenho linear applicado a ar-chitectura e a machinas.
- 9.ª Muzica.
- 10.ª Uma escola primaria com a denominação de escola pratica, onde os alumnos mestres sejam obrigados a fazer exercicios práticos desde que se matricularem no 3.º anno do curso.

Art.º 3.º O ensino das materias fica organizado da maneira seguinte:

- 1.º anno. Instrueção moral e reli-gioza, grammatica nacional, pedago-gia, dezenho e muzica.
- 2.º anno. Grammatica, arithmeti-ca, geographia e pedagogia.
- 3.º anno. Instrueção moral e reli-

Fonte: Jornal do Pará, edição 77 de sábado, 5 de abril de 1873.

Anexo J: Pintura imagem do Presidente da Província do Pará, em 1874, Pedro Vicente de Azevedo (1843-1912).



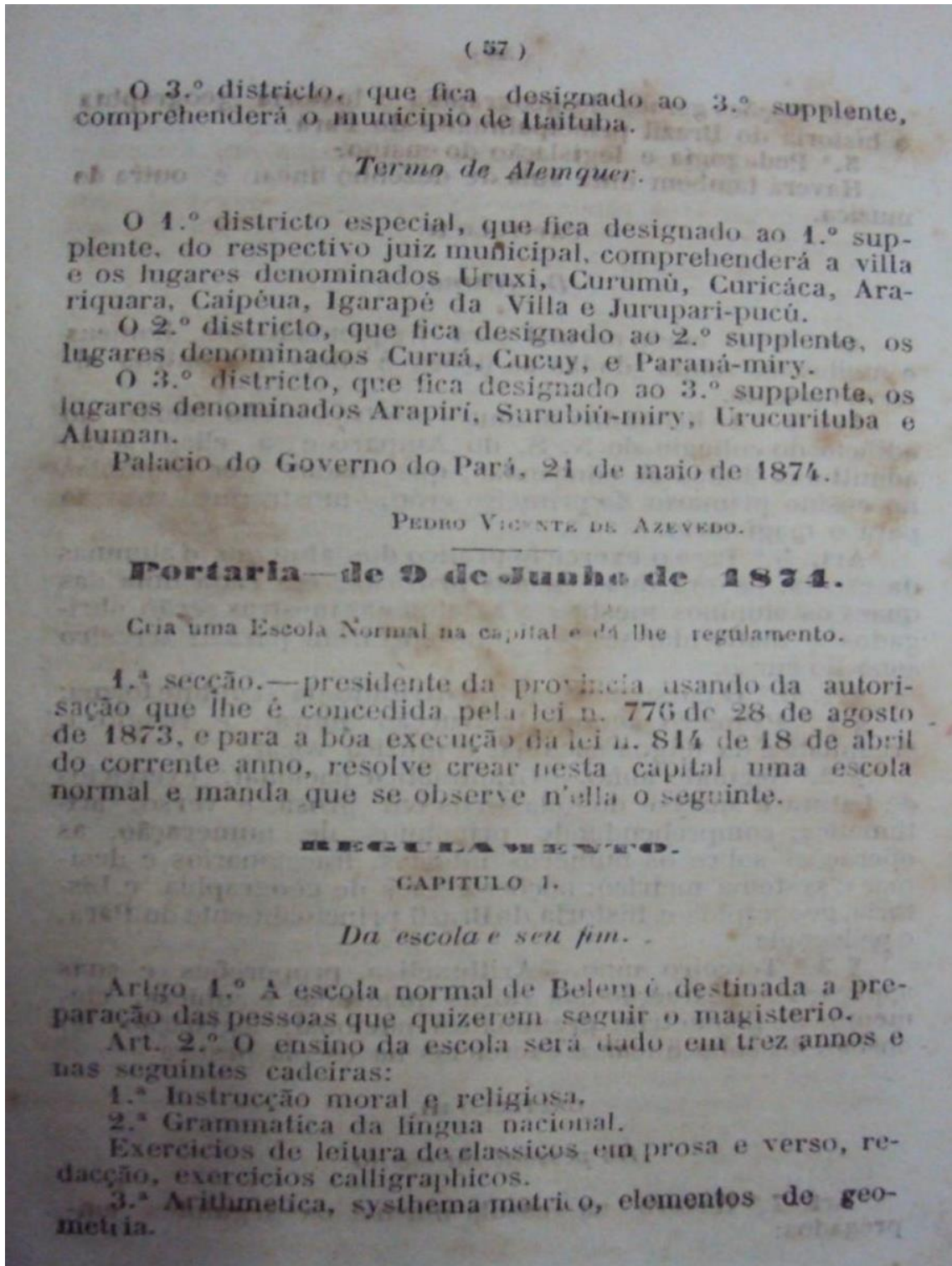
Fonte: Acervo do Centro de Memória da Câmara Municipal de São Paulo (2021).
Disponível em: https://www.saopaulo.sp.leq.br/memoria/wp-content/uploads/sites/20/2018/05/pedro_vicente_azevedo_full.jpg

Anexo K: Quadro das nomeações de diretor e professores da Escola Normal em junho de 1874.

Nome	Função/Matéria
Joaquim Pedro Corrêa de Freitas	Diretor
Antônio Manuel Gonçalves Tocantins	Matemáticas
Américo Marques Santa Rosa	Gramatica da língua nacional
Camillo Henrique Salgado	Pedagogia e Legislação do ensino; secretário da Escola Normal e do Liceu Paraense
Constantino Pedro Chaves da Motta	Desenho
Henrique Eulálio Gorjão	Música
Domingos Soares Ferreira Penna Fellipe Pinto Marques (subst.)	Geografia e História
Padre Raymundo Amâncio de Miranda	Religião

Fonte: Pará (1875, p. 27)

Anexos L: Páginas 57 e 58 do Regulamento de reabertura da Escola Normal do Pará: Portaria de 9 de junho de 1874. O regulamento conforme as imagens não apresenta a História Natural.



(58)

4.ª Noções geraes de geographia e historia, geographia e historia do Brazil principalmente do Pará.

5.ª Pedagogia e legislação do ensino.

Haverá tambem uma aula de dezenho linear e outra de muzica.

CAPITULO II.

Do ensino.

Art. 3.º O curso normal será frequentado por homens e mulheres, sendo dadas as lições á umas e a outros alternadamente.

Art. 4.º As lições das alumnas mestras serão dadas no edificio do collegio de N. S. do Amparo e a ellas serão admittidas todas as educandas, que dadas por promptas no ensino primario do primeiro gráo, mostrarem vocação para o magisterio.

Art. 5.º Para o exercicio pratico dos alumnos e alumnas da escola, haverá duas *escolas praticas*, em cada uma das quaes os alumnos mestres e as alumnas mestras serão obrigados a matricular-se logo que entrarem para o terceiro anno do curso.

Art. 6.º O curso normal fica dividido da seguinte forma:

§ 1.º Primeiro anno.—Instrucção moral e religiosa; grammatica da lingua nacional e muzica vocal.

§ 2.º Segundo anno.—Grammatica nacional, exercicios de leitura e analyse dos classicos em prosa e verso; arithmetica, comprehendendo principios de numeração, as operações sobre os numeros inteiros, fraccionarios e decimales; systema metrico; noções geraes de geographia e historia, geographia e historia do Brazil principalmente do Pará, e pedagogia.

§ 3.º Terceiro anno.—Arithmetica, proporções e suas applicações, extracção das raizes quadradas e cubicas; elementos de geometria; grammatica nacional; legislação do ensino; desenho linear e exercicios na escola pratica.

CAPITULO III.

Do pessoal da escola.

Art. 7.º Haverá na escola normal os seguintes empregados:

Fonte: Pará (1874, p. 57-58).

Anexo M: Fotografia da fachada do antigo Liceu Paraense.



Fonte: Álbum Vistas do Pará – Brasil (1875).

Anexo N: Fotografia da fachada da antiga Escola Normal.



Fonte: Biblioteca do IBGE (1875).

Anexo O: Recorte do jornal O Liberal do Pará contendo o quadro comparativo dos salários da Escola Normal, com os do projeto apresentado pelo deputado Guilherme Cruz em 1875.

LIBERAL DO PARÁ.

BELEM, 20 DE MARÇO DE 1875.

o projecto de reforma da escola normal

II

Desde a sua criação a escola normal teve de lutar contra dous inimigos implacaveis—a rotina e a intolerancia politica.

Pensara o exm. sr. dr. Portella pola ao abrigo das paixões partidarias, escolhendo os professores indifferente-mente entre liberaes e conservadores. Foi um erro. Os seus correligionarios irritaram-se contra a imparcialidade do seu procedimento, e levaram o seu despeito ao ponto de protestar desde logo destruir tão importante instituição.

Installada em maio de 1870; em menos de cinco annos, a escola normal tem passado por varias transformações.

Em 1872 foi reduzida a curso normal, em 1874 foi restaurada a sua organização primitiva, com a suppressão da cadeira de physica e chymica, e agora já se apresenta novo projecto de reforma!

Qual o fim destas successivas alterações?

Não é certamente o bem publico, nem o interesse da instrucção que as motiva; ao que menos se attende, é a essas considerações.

Satisfãça-se o capricho, sacionem-se os odios, vença o obscurantismo, o mais pouco importa.

Entremos na analyse do projecto do sr. Guilherme F. Cruz.

Folgamos de ver o seu autor passar pelas forcas caudinas, declarando no art. 1.º que é approvada a creação da escola normal.

... os vencimentos dos professores do curso normal, com accrescimos de obrigações.

Como no estado precario de nossas finanças, é a economia, que deve presidir a todos os actos emanados da assembléa provincial, pois que a ella compete fixar as despezas; vejamos primeiro que tudo se o projecto encarado por esse lado tem alguma vantagem real, se a nova organização proposta é menos onerosa aos cofres publicos.

A linguagem dos algarismos felizmente escapa aos floreios da rhetorica e no seu positivismo se não presta á argucias do sophisma e ás subtilidades da argumentação.

Façamos um apauamento dos vencimentos dos actuaes professores da escola normal.

Professor de pedagogia servindo de secretario	2:400\$000
Professor de geographia e historia.....	2:200\$000
Professor de arithmetica e geometria.....	2:200\$000
Professor de grammatica.....	1:000\$000
	7:800\$000

Copiemos agora a tabella annexa ao projecto n. 1126.

1.º Professor de grammatica da lingua nacional.....	1:600\$000
2.º Professor de arithmetica e geometria	1:600\$000
3.º Professor de geographia e historia ...	1:600\$000
Professor de elementos de physica, chymica e sciencias naturaes...	2:400\$000
Professor da escola practica.....	2:400\$000
Professora.....	2:400\$000
	12:000\$000

Fonte: O Liberal do Pará (1875c).

Anexo P: Fachada e espaço interno do atual do Colégio Estadual Paes de Carvalho (antigo Liceu Paraense).



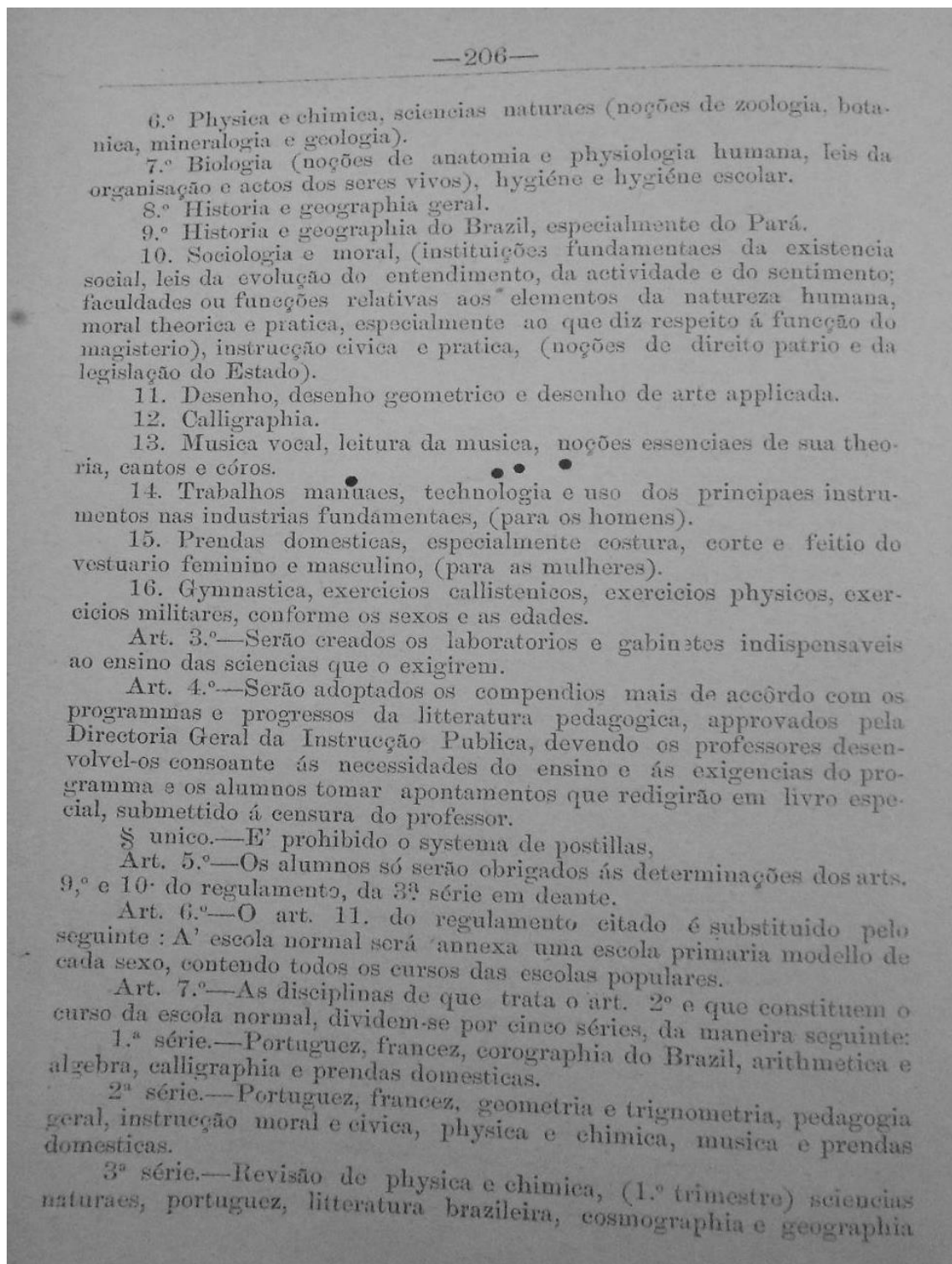
Fonte: Acervo do autor (2021).

Anexo Q: Fotografia da fachada atual do Centro de Formação dos Profissionais da Educação Básica do Estado do Pará (CEFOR), antiga Escola Normal.



Fonte: Acervo do autor (2022).

Anexo R: Regulamento da Escola Normal do Pará: modificado de acordo com o Decreto 165 de 23 de julho de 1890.



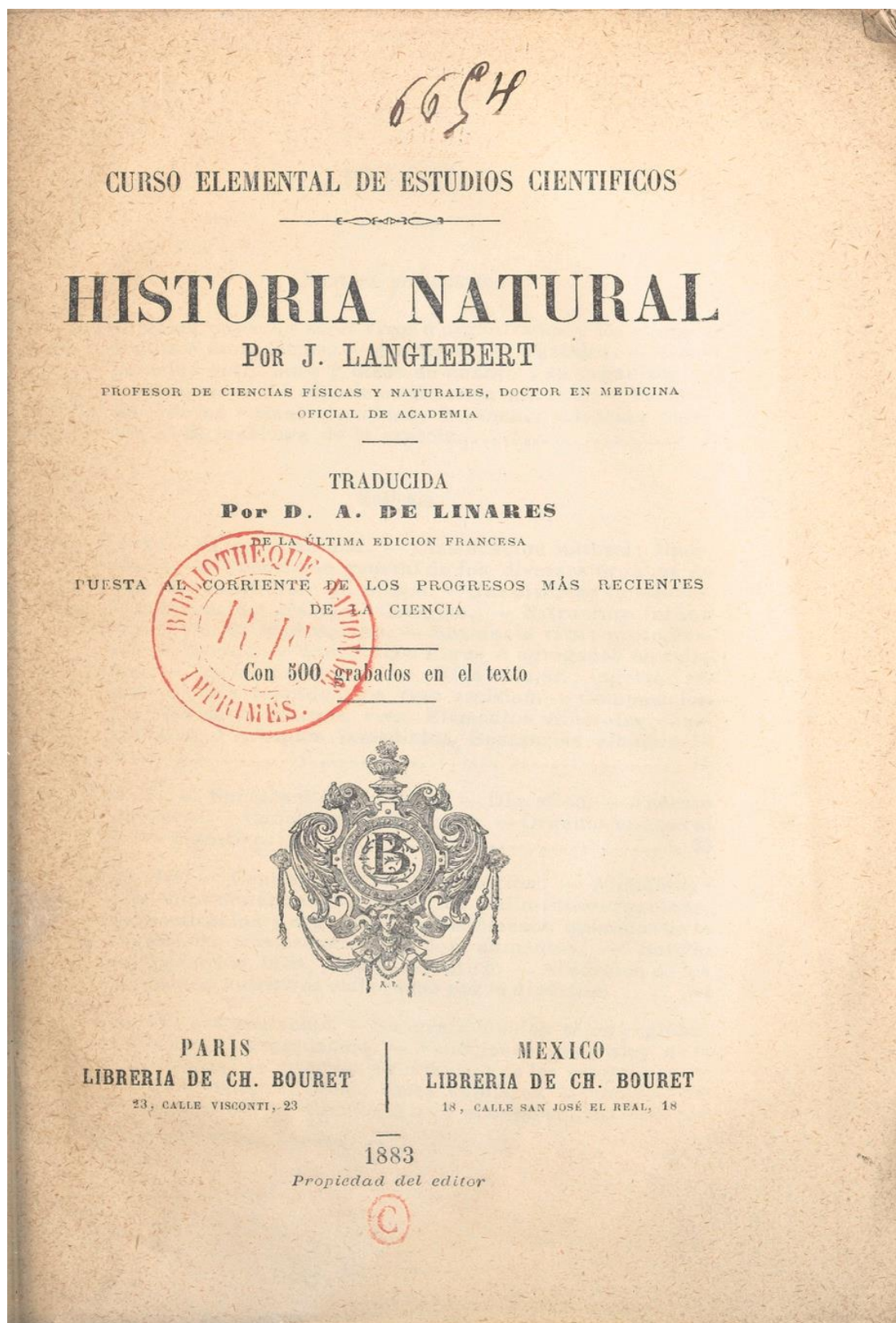
Fonte: Pará (1890, p. 206).

Anexo S: Fotografia de José Veríssimo Dias de Mattos, Diretor-geral de Instrução Pública do Pará, em 1890.



Fonte: <http://www.obidos.net.br/index.php/cultura/biografias/535-biografia-de-jose-verissimo>.
Acesso em: 12 de fevereiro de 2023.

Anexo T: Capa do Livro de J. Langlebert intitulado *História Natural* publicado em apresentado na parte de cadeira de História Natural a qual se subdividia em Zoologia, Botânica, Mineralogia e Geologia. Edição francesa de 1883.



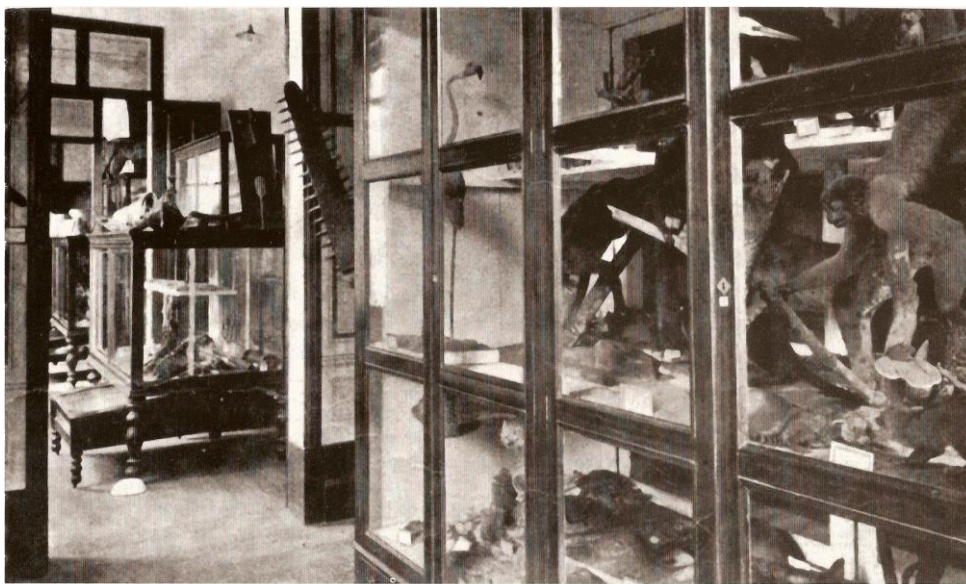
Fonte: Site da Biblioteca Nacional Francesa.
<https://gallica.bnf.fr/accueil/fr/content/accueil-fr?mode=desktop>.

Anexo U: fotografia de Rogério Correa de Miranda, professor da cadeira de História Natural da Escola Normal, 1893.



Fonte: Álbum do Pará (1908, p. 12).

Anexo V: Museu Paraense, seção de zoologia, animais empalhados à mostra.



Fonte: Crispino, Bastos e Toledo (2006); Álbum do Pará (1899, p. 19)